

PREGÃO ELETRÔNICO
Nº. 289/2022/ZETA/SUPEL/RO

S
U
P
E
L

AVISO

Recomendamos aos licitantes a leitura atenta às condições/exigências expressas neste edital e seus anexos, notadamente quanto ao credenciamento, objetivando uma perfeita participação no certame licitatório.

Dúvidas: (69) 3212-9267

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
Equipe de licitação ZETA

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N°: 289/2022/ZETA/SUPEL/RO

1 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. PREÂMBULO:

A SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES, por meio de seu(a) Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio, nomeada por força das disposições contidas na **Portaria nº 11 de 28 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial de 28/01/2022**, torna público que se encontra autorizada a realização da licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, sob o n° **289/2022/ZETA/SUPEL/RO**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, Regime de Execução **Indireto – Empreitada por Preço Global**, tendo por finalidade a qualificação de empresas e a seleção da proposta mais vantajosa, conforme disposições descritas neste edital e seus anexos, em conformidade com as [Leis Federais nº 10.520/02](#) e [nº 8.666/93](#) e suas alterações a qual se aplica subsidiariamente a modalidade de Pregão, [Decreto Federal nº. 10.024 de 20 de setembro de 2019](#) e [Portaria nº 248/2019/SUPEL-CI](#), com os [Decretos Estaduais nº 26.182/2021](#), [nº 16.089/2011](#) e [nº 21.675/2017](#), com a [Lei Complementar nº 123/06](#) e suas alterações, com a [Lei Estadual nº 2414/2011](#), e demais legislações vigentes, tendo como interessado (a) o (a) **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGENS E TRANSPORTES DER/RO**.

1.1.1. A Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, atua como Órgão provedor do Sistema Eletrônico;

1.1.2. Sempre será admitido que o presente Edital de Licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, foi cuidadosamente examinado pelas LICITANTES, sendo assim, não se isentarão do fiel cumprimento dos dispostos neste edital e seus anexos, devido à omissão ou negligência oriunda do desconhecimento ou falsa interpretação de quaisquer de seus itens;

1.1.3. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>.

1.1.4. A sessão inaugural deste PREGÃO ELETRÔNICO dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário, conforme abaixo:

DATA DE ABERTURA: 08 de agosto de 2022.

HORÁRIO: às 09h30min. (HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>

1.1.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e locais estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.

1.1.6. Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília - DF.

1.2. DA FORMALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO:

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
Equipe de licitação ZETA

1.2.1. Esta Licitação encontra-se formalizada e autorizada por meio do Processo Administrativo nº **0009.068268/2022-82**, e destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo de que lhe são correlatos.

1.2.2. O processo acima mencionado poderá ser consultado por meio do Sistema Eletrônico de Informações-SEI (<https://www.sei.ro.gov.br/sobre>).

2 – DAS DISPOSIÇÕES DO OBJETO

2.1. Do Objeto: Registro de Preços para Eventuais e Futuras Aquisições do Serviço de Usinagem de Concreto Asfáltico (Faixa C), para atender as necessidades deste Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER/RO, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações deste Termo de Referência, sob o regime de fornecimento parcelado.

2.1.1 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no endereço eletrônico – COMPRASNET/CATMAT, e as especificações constantes no ANEXO I deste Edital – Termo de Referência, prevalecerão as últimas;

2.2. Local/Horários/Entrega: Ficam aquelas estabelecidas no item 13 do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.3. Prazo/Cronograma de Entrega: Ficam aquelas estabelecidas no item 12 do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.4. Garantia/Assistência Técnica: Ficam aquelas estabelecidas no item 22 do Anexo I – Termo de Referência, os quais foram devidamente aprovados pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.5. Do Recebimento: Ficam aquelas estabelecidas no item 14 do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

3 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

3.1. Até 03 (três) dias úteis que anteriores a abertura da sessão pública, qualquer cidadão e licitante poderá IMPUGNAR o instrumento convocatório deste PREGÃO ELETRÔNICO, conforme art. 24, do Decreto Estadual N. 26.182/2021, devendo o licitante mencionar o número do pregão, o ano e o número do processo licitatório, manifestando-se PREFERENCIALMENTE via e-mail: equipezeta@supel.ro.gov.br (ao transmitir o e-mail, o mesmo deverá ser confirmado pelo(a) Pregoeiro(a) e/ou equipe de apoio responsável, para não tornar sem efeito, pelo telefone (069) 3212-9267, ou ainda, protocolar o original junto a Sede desta Superintendência de Licitações, no horário das 07h30min. às 13h30min., de segunda-feira a sexta-feira, situada na Av. Farquar, S/N - Bairro: Pedrinhas - Complemento: Complexo Rio Madeira, Ed. Prédio Central – Rio Pacaás Novos, 2º Andar em Porto Velho/RO - CEP: 76.903-036, Telefone: (0XX) 69.3212-9242.

3.1.1. A impugnação não possui efeito suspensivo. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos Autos do processo de licitação.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
Equipe de licitação ZETA

3.1.2. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos (Secretarias e Autarquias de Origem), decidir sobre a impugnação no prazo de até 1 (um) dia útil antecedente à data marcada para a abertura da licitação.

3.1.2.1. A decisão do(a) Pregoeiro(a) quanto à **impugnação** será informada **preferencialmente via e-mail (aquele informado na impugnação), e ainda através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site Comprasnet**, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a).

3.1.3. Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

4 – DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E INFORMAÇÕES ADICIONAIS QUE DEVERÃO SER INCONDICIONALMENTE OBSERVADOS

4.1. Os pedidos de esclarecimentos, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e seus anexos, e as informações adicionais que se fizerem necessárias à elaboração das propostas, referentes ao processo licitatório deverão ser enviados o(a) Pregoeiro(a), até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO, conforme art. 23 do [Decreto Estadual n. 26.182/2021](#), manifestando-se **PREFERENCIALMENTE** via e-mail: equipezeta@supel.ro.gov.br (ao transmitir o e-mail, o mesmo deverá ser confirmado pelo(a) Pregoeiro(a) e/ou equipe de apoio responsável, para não tornar sem efeito, pelo telefone (069) 3212-9267 ou ainda, protocolar o original junto a Sede desta Superintendência, no horário das 07h: 30min. às 13h:30min. (Horário de Rondônia), de segunda-feira a sexta-feira, situada na Av. Farquar, S/N - Bairro: Pedrinhas - Complemento: Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos - 2º Andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.903-036, Telefone: (0XX) 69.3212-9242, devendo o licitante mencionar o número do Pregão, o ano e o número do processo licitatório.

4.1.1. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos **até a data definida para a sessão inaugural** e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos. Caso contrário, o(a) Pregoeiro(a) antes da data e horário previsto suspenderá o certame licitatório, para confecção da resposta pretendida, e assim, definir uma nova data para a realização do referido certame.

4.1.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração

4.2. As respostas às dúvidas formuladas, bem como as informações que se tornarem necessárias durante o período de elaboração das propostas, ou qualquer modificação introduzida no edital no mesmo período, serão encaminhadas em forma de aviso de erratas, adendos modificadores ou notas de esclarecimentos, às licitantes que tenham adquirido o Edital.

5 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1. A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário IMPEDIMENTO da proponente, no referido certame.

5.1.1. Não cabe aos licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
Equipe de licitação ZETA

atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do [ANEXO I \(TERMO DE REFERÊNCIA\)](#).

5.2. Como requisito para participação no PREGÃO ELETRÔNICO o Licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA).

5.2.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital e nas demais cominações legais (Art. 7º, Lei n. 10.520/02).

5.3. Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO as empresas que:

5.3.1. Atendam às condições deste EDITAL e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida para habilitação, e estiverem devidamente credenciados na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do site www.comprasgovernamentais.gov.br/;

5.3.2. Poderão participar desta Licitação, somente empresas que estiverem regularmente estabelecidas no País, cuja finalidade e ramo de atividade seja compatível com o objeto desta Licitação;

5.3.3. Poderão participar cooperativas e outras formas de associativismo, desde que, dependendo da natureza do serviço, não haja, quando da execução contratual, a caracterização do vínculo empregatício entre os executores diretos dos serviços (cooperados) e a pessoa jurídica da cooperativa ou a própria Administração Pública.

5.3.4. As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet.

5.3.5. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site www.comprasgovernamentais.gov.br.

5.3.6. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

5.3.7. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou da Superintendência Estadual de Licitações - SUPEL, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros.

5.3.8. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

5.3.9. Como requisito para participação deste Pregão Eletrônico, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta encontra-se em conformidade com as exigências previstas neste Edital, ressalvados os casos de participação de microempresa e de empresa de pequeno porte, no que concerne a regularidade fiscal.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
Equipe de licitação ZETA

5.4. Não poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, empresas que estejam enquadradas nos seguintes casos:

- 5.4.1. Que se encontrem sob falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- 5.4.2. Sob a forma de consórcio, conforme motivação exposta no item 26 do Termo de Referência;
- 5.4.3. Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública (Federal, Estadual e Municipal), durante o prazo de sanção; conforme art. 87, inciso IV, da Lei nº 8.666/93;
- 5.4.4. Empresa impedida de licitar e contratar com o Estado de Rondônia, durante o prazo da sanção; conforme art. 7º, da Lei nº 10.520/2002;
- 5.4.5. Empresa punida com suspensão temporária (art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666/93) do direito de licitar e contratar com o órgão ou entidade administrativa contratante, durante o prazo de sua vigência;
- 5.4.6. Empresário proibido de contratar com o Poder público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), durante o prazo de sanção;
- 5.4.7. Empresário proibido de contratar com a Administração Pública, em razão do disposto no art. 72, parágrafo 8º, inciso V, da Lei nº 9.605/98 (Lei de Crimes ambientais), durante o prazo de sanção;
- 5.4.8. Estrangeiras que não funcionem no País;

5.5. Não poderão concorrer direta ou indiretamente nesta licitação:

- 5.5.1. Servidor ou dirigente de órgão ou Entidade contratante ou responsável pela licitação, conforme [art. 9º, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93](#).
- 5.5.2. É vedada a participação de servidor público na qualidade de diretor ou integrante de conselho da empresa licitante, participante de gerência ou Administração da empresa, ou exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário. Conforme preceitua artigo 12 da Constituição Estadual c/c artigo 155 da Lei Complementar 68/92.
- 5.5.3. A Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta de preços, independente do resultado do procedimento licitatório.
- 5.5.4. Uma Licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso uma Licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas de preços não serão levadas em consideração e serão rejeitadas pela Entidade de Licitação.
 - 5.5.4.1. Para tais efeitos entende-se que, fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aquelas que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
Equipe de licitação ZETA

6 – DA QUALIFICAÇÃO DAS ME, EPP, AGRICULTORES FAMILIARES, PRODUTORES RURAIS PESSOA FÍSICA, MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS E SOCIEDADES COOPERATIVAS DE CONSUMO.

6.1 As microempresas e das empresas de pequeno porte e empresas equiparadas a ME/EPP, agricultores familiares, produtores rurais, pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo devem atender as disposições estabelecidas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e demais normas de estilo para fins de fruição dos benefícios ali dispostos.

7 – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1. O julgamento da Proposta de Preços dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO POR LOTE**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital.

7.1.1. O lance será realizado considerando o VALOR TOTAL de cada lote.

8 – DO REGISTRO (INSERÇÃO) DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO SISTEMA ELETRÔNICO

8.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do Licitante a partir da data da liberação do Edital no site **www.comprasgovernamentais.gov.br**, até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, devendo ser encaminhado, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente os *documentos de habilitação e proposta* conforme as exigências do edital.

8.1.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006 e alterações.

8.1.2.1. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

8.1.3. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento da fase de lances.

8.1.4. O Licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subsequentes lances, se for o caso, bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.1.5. As propostas de preços e documentos de habilitação registradas no Sistema Comprasnet, implicarão em plena aceitação, por parte da Licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;

8.2. Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico **www.comprasgovernamentais.gov.br**, as Licitantes deverão **REGISTRAR** suas propostas de preços, no campo **“DESCRIÇÃO**

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
Equipe de licitação ZETA

DETALHADA DO OBJETO”, contendo a **DESCRIÇÃO DO OBJETO OFERTADO**, incluindo **QUANTIDADE, PREÇO** e a **MARCA (CONFORME SOLICITA O SISTEMA COMPRASNET)**, até a data e hora marcada para a abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de proposta.

8.2.1. As propostas registradas no Sistema **COMPRASNET NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE**, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas. Em caso de identificação da licitante na proposta registrada, esta será **DESCCLASSIFICADA** pelo(a) Pregoeiro(a).

8.2.1.1 A vedação de identificação que trata o subitem 8.2.1 refere-se ao *cadastramento* da proposta no sistema eletrônico de compras.

8.3. O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações **do objeto** descritas no **COMPRASNET** e as **especificações constantes no ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA)**, prevalecerão as últimas.

8.4. Na Proposta de Preços registrada/inserida no sistema deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como: despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação, os quais deverão compor sua proposta.

8.6 – DA POSSIBILIDADE DE COMPOR O CADASTRO DE RESERVA EM ITENS/LOTES DA FUTURA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.6.1. Em atendimento ao Art.14, I, do Decreto Estadual n. 18.340, de 2013, poderão ser incluídas na Ata de Registro de Preços, as empresas remanescentes que **ACEITAREM PREÇOS IGUAIS AO DO LICITANTE VENCEDOR**, na sequência da classificação do certame.

8.6.2. As empresas que desejarem ser convocadas para manifestação sobre os itens nos quais desejam compor o cadastro de reserva da futura Ata de Registro de Preços deverão, obrigatoriamente, juntar no sistema Comprasnet, juntamente com a proposta de preços (com a proposta de preços, não no anexo de habilitação, quando não será recepcionada), antes da abertura da licitação, declaração de que desejam, no decorrer do certame, ser convocadas para manifestação.

8.6.2.1. A ausência de envio de declaração prévia, nos termos do item 8.6.2, implicará na não convocação das empresas que se quedaram inertes da manifestação de interesse prévio, sendo, tal fato, desde já, de conhecimento de todos os licitantes.

8.6.3. Ante a juntada da declaração prevista no item 8.6.2, o Pregoeiro, após a convocação de proposta ajustada por parte dos licitantes classificados em primeiro lugar nos itens/lotes da licitação, convocará unicamente as empresas que apresentaram a declaração prevista no item imediatamente acima.

8.6.3.1 Em nome da celeridade processual, a convocação se dará em apenas um item no qual a empresa figure como remanescente, devendo, na declaração, a licitante indicar os itens nos quais deseja compor o cadastro de reserva. A declaração enviada terá validade para todos os itens, e será de responsabilidade da empresa o possível esquecimento na menção de um ou outro item.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
Equipe de licitação ZETA

8.6.4. Convocada pelo Pregoeiro, a empresa que deseje compor o cadastro de reserva na futura Ata de Registro de Preços deverá juntar **DECLARAÇÃO DE QUE ACEITA OS PREÇOS DO LICITANTE VENCEDOR**, e de que, nessa condição, deseja compor o cadastro de reserva, ocasião que indicará, na declaração, o item/lote, ou os itens/lotos, nos quais deseja ser inscrita no referido cadastro.

8.6.5. Caso a declaração encaminhada não deixe exposto de que a empresa interessada em compor o cadastro de reserva da futura Ata de Registro de Preços **ACEITA O PREÇO DO LICITANTE VENCEDOR**, a mesma será desconsiderada pelo Pregoeiro, por ser irregular, e a empresa não será inscrita no referido cadastro. O mesmo se dará se a empresa encaminhar documento diverso da declaração solicitada.

8.6.6. O prazo para envio da declaração supramencionada (que não se confunde com o prazo de envio de proposta ajustada, ou com outro prazo a ser fixado pelo pregoeiro) será de, no máximo, 30 minutos.

8.6.7. A decisão sobre participar ou não do cadastro de reserva da futura Ata de Registro de Preços é unicamente da empresa participante, todavia, após apresentar declaração, a mesma vincula a empresa a cumprir os seus termos, pelo que não será aceito pelo Pregoeiro pedido de desistência.

09 – DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO DAS ME/EPP E CRITÉRIOS DE DESEMPATE

9.1. A partir da data e horário estabelecido no subitem 1.1.4 de conformidade com o estabelecido neste Edital, o(a) Pregoeiro(a) abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas no **Item 8.2** do Edital.

9.1.1. O(a) Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo **“DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO”** do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos **(podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente), DESCLASSIFICANDO**, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

9.2. Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestadamente inexecutável, o(a) Pregoeiro(a) obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então **DESCLASSIFICARÁ**.

9.3. Em seguida ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/> conforme Edital.

9.4. Todas as licitantes poderão apresentar lances para os **ITENS** cotados, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

9.4.1. Assim como será lançado na proposta de preços, que deverá conter o menor preço ofertado, os lances serão ofertados observando que somente **serão aceitos lances em moeda corrente nacional**

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
Equipe de licitação ZETA

(R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

9.5. A abertura e o fechamento da fase de lances “via Internet” será feita pelo(a) Pregoeiro(a), a qual é responsável somente pelo prazo iminente, sendo o Sistema Comprasnet, responsável pelo fechamento do prazo aleatório.

9.6. As licitantes poderão oferecer lances menores e sucessivos, observado o horário fixado e as regras de sua aceitação;

9.8. A licitante somente poderá oferecer lances inferiores ao último por ele ofertado e registrado no sistema;

9.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser:

a) 1% (um por cento)

9.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

9.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

9.15. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance;

9.16. Sendo efetuado lance manifestamente inexequível, o(a) Pregoeiro(a) poderá alertar o proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, através do sistema, o excluirá, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo proponente;

9.16.1. A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do item;

9.16.2. O proponente que encaminhar o lance com valor aparentemente inexequível durante o período de encerramento aleatório, e, não havendo tempo hábil, para exclusão e/ ou reformulação do lance, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta **DESCCLASSIFICADA** na fase de aceitabilidade;

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
Equipe de licitação ZETA

9.17. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances;

9.17.1. O(a) Pregoeiro(a), quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;

9.17.2. Quando a desconexão persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, através do CHAT MENSAGEM, no endereço eletrônico utilizado para divulgação no site <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>

9.18. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão;

9.19. A desistência em apresentar lance implicará exclusão da licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços;

9.20. Após a etapa de envio de lances, haverá (conforme caso concreto) a aplicação dos critérios de desempate previstos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e Decreto Estadual nº 21.675, de 3 de março de 2017, seguido da aplicação do critério estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei Federal nº 8.666, de 1993, se não houver licitante que atenda as primeiras hipóteses.

9.21. Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do art. 36, do Decreto Estadual 26.182/2021, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

9.22. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas

10 – DA NEGOCIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

10.1. Após finalização dos lances haverá negociações e atualizações dos preços por meio do CHAT MENSAGEM do sistema Comprasnet, devendo o(a) Pregoeiro(a) examinar a compatibilidade dos preços em relação ao estimado para contratação, **apurado pelo Setor de Pesquisa e Cotação de Preços da SUPEL/RO, bem como, se o valor unitário e total encontram-se com no máximo 02 (duas) casas decimais;**

10.1.1. O(a) Pregoeiro(a) não aceitará e não adjudicará o item cujo preço seja superior ao estimado (valor de mercado) para a contratação, apurado pelo Setor de Pesquisa e Cotação de Preços da SUPEL/RO.

10.1.2. Serão aceitos somente preços em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

10.1.3. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido no item 10.1.2,

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
Equipe de licitação ZETA

o(a) Pregoeiro(a), poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente, ficando desde já os licitantes cientes.

10.2. O pregoeiro poderá solicitar ao licitante melhor classificado que, no prazo mínimo de 120 (cento e vinte) minutos, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos *documentos complementares*, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

11. DA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

11.1. Cumpridas as etapas anteriores, o(a) Pregoeiro(a) verificará a aceitação da licitante conforme disposições contidas no presente Edital.

11.1.1. Toda e qualquer informação, referente ao certame licitatório, será transmitida pelo(a) Pregoeiro(a), por meio do CHAT MENSAGEM;

11.2. Se a proposta de preços não for aceitável, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta de preços subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta de preços que atenda ao Edital;

11.2.1 Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestadamente inexecuível, o(a) Pregoeiro(a) obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então **DECLASSIFICARÁ**.

11.2.1.1 O proponente que encaminhar o valor inicial de sua proposta manifestadamente inexecuível, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta rejeitada na fase de aceitabilidade.

11.2.1.2 Quando houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, será oportunizado ao licitante o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, para que querendo esclareça a composição do preço da sua proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do [§ 3º do artigo 43 da Lei Federal nº 8.666/93](#).

11.2.1.3. Se, no curso da licitação, depreender indício de que o levantamento prévio de preços padece de fragilidade, a Pregoeira poderá diligenciar a disparidade dos preços ofertados pelos participantes em razão da estimativa inicial.

11.3. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades estabelecidas neste Edital;

11.4. O julgamento da Proposta de Preços dar-se-á pelo critério estabelecido no [ITEM 7.1](#) deste edital de licitação;

11.5. Para ACEITAÇÃO da proposta, o(a) Pregoeiro(a) e equipe de apoio analisará a proposta anexada ao sistema quanto à conformidade do objeto proposto com o solicitado no Edital. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar relacionado à proposta, bem como a proposta ajustada ao valor do último lance ofertado e/ou valor negociado, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo mínimo de 120 (cento e vinte) minutos, podendo fixar prazo maior, se for o caso;

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
Equipe de licitação ZETA

11.5.1. O licitante que convocado para envio de sua proposta ajustada, caso não envie o documento solicitado, será DESCLASSIFICADO.

11.5.1.1. O Pregoeiro poderá convocar todas as empresas que apresentarem valor dentro do estimado pela Administração para envio de proposta ajustada, tendo em vista a necessária celeridade processual. As empresas que não atenderem a convocação serão DESCLASSIFICADAS.

11.5.1.2 Para aceitação de proposta, quando utilizado o critério de menor preço por lote ou global, deverão os itens, de forma individual, estarem com valor abaixo do estimado pela Administração, além do valor total do lote/grupo, ao contrário, a proposta será recusada.

11.6. Toda e qualquer informação, referente à convocação do anexo será transmitida pelo(a) Pregoeiro(a), via sistema ou por meio do CHAT MENSAGEM, ficando os licitantes obrigados a acessá-lo;

11.7. Havendo apenas uma oferta, esta poderá ser aceita, desde que atenda a todos os termos do Edital e seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, e atualizado;

11.8. Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda este Edital.

11.8.1 Na situação em que houver oferta ou lance considerado qualificado para a classificação, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar com a licitante para que seja obtido um preço melhor.

11.9. A aceitação da proposta poderá ocorrer em momento ou data posterior a sessão de lances, a critério do(a) Pregoeiro(a) que comunicará às licitantes por meio do sistema eletrônico, via CHAT MENSAGEM;

11.10. (a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, pelo Sistema Eletrônico, contraproposta diretamente a licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido um preço justo, bem assim decidir sobre a sua aceitação, divulgando ACEITO, e passando para a fase de habilitação;

12 – DAS CORREÇÕES ADMISSÍVEIS

12.1. Nos casos em que o(a) Pregoeiro(a) constatar a existência de erros numéricos nas propostas de preços, sendo estes não significativos, proceder-se-á as correções necessárias para a apuração do preço final da proposta, obedecendo às seguintes disposições:

12.1.1. Havendo divergências entre o preço final registrado sob a forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último;

12.1.2. Havendo divergências nos subtotais, provenientes dos produtos de quantitativos por preços unitários, o(a) Pregoeiro(a) procederá à correção dos subtotais, mantendo os preços unitários e alterando em consequência o valor da proposta.

13 – DA HABILITAÇÃO DA(S) LICITANTE(S)

13.1. Concluída a fase de ACEITAÇÃO, ocorrerá a fase de habilitação da(s) licitantes(s);

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
Equipe de licitação ZETA

13.1.2. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF e/ou Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEFOR da SUPEL, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

13.1.3. Os cadastros supramencionados serão consultados pelo(a) Pregoeiro(a), onde seus respectivos certificados, relatórios e declarações, serão inclusos aos autos.

13.1.4. O licitante que não possuir o cadastro nesta Superintendência poderá providenciá-lo antes da data de abertura da sessão, no Setor de Protocolo da SUPEL, podendo obter informações por meio do telefone (69) 3212-9242.

13.2. Ressalvado o disposto no item 13.1.2, os licitantes deverão encaminhar concomitantemente com a proposta de preços, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

13.3. O licitante deverá declarar, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos, na forma do art. 27, inciso V, da [Lei nº 8.666/93](#), com a redação dada pela [Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999](#).

13.3.1. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, que se compromete a informar a SUPERVENIÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO de sua habilitação, nos termos do [§ 2º do art. 32 da Lei nº 8.666/93](#), observadas as penalidades cabíveis.

13.4. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL:

a) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

b) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Federal (da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional), admiti da comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

c) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual, admiti da comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

c.1) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto. O licitante deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

d) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal, admiti da comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

e) Certidão de Regularidade do FGTS, admiti da comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
Equipe de licitação ZETA

f) Certidão de Regularidade de Débito - CND, relativa às Contribuições Sociais fornecida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social Seguridade Social, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

13.5. RELATIVOS À REGULARIDADE TRABALHISTA:

a) **Certidão de Regularidade de Débito – CNDT**, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

13.6. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>, podendo ser substituída por outro documento que comprove o atual enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, tendo em vista a desburocratização e simplificação da função administrativa do Estado;

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

e) No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI, podendo ser substituída por outro documento que comprove o atual enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, tendo em vista a desburocratização e simplificação da função administrativa do Estado;

f) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971](#);

g) No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, nos termos do art. 4º, §2º do [Decreto nº 7.775, de 2012](#).

h) No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução [Normativa RFB nº 971, de 2009 \(arts. 17 a 19 e 165\)](#).

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
Equipe de licitação ZETA

i) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

13.6.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva, e devem comprovar compatibilidade entre o objeto social/atividade comercial das empresas licitantes e o objeto do certame, sob pena de inabilitação.

13.6.2. As empresas licitantes devem apresentar documento de identificação do (s) sócio (s) (RG/CNH/outro), sob pena de inabilitação.

13.7. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão Negativa de Recuperação Judicial – Lei nº. 11.101/05 (recuperação judicial, extrajudicial e falência) emitida pelo órgão competente (conforme art.31, II, da Lei 8.666/93), expedida nos últimos 90 (noventa) dias caso não conste o prazo de validade.

a.1). Na hipótese de apresentação de Certidão Positiva de recuperação judicial, o (a) Pregoeiro verificará se a licitante teve seu plano de recuperação judicial homologado pelo juízo, conforme determina o art.58 da Lei 11.101/2005.

a.2) Caso a empresa licitante não obteve acolhimento judicial do seu plano de recuperação judicial, a licitante será inabilitada, uma vez que não há demonstração de viabilidade econômica.

b) Balanço Patrimonial, referente ao último exercício social (ano-civil 2021), ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado na Junta Comercial do Estado, para que o(a) Pregoeiro(a) possa aferir se esta possui Patrimônio Líquido (licitantes constituídas há mais de um ano) ou Capital Social (licitantes constituídas há menos de um ano), de 5% (cinco por cento) do valor estimado do item que o licitante estiver participando.

b.1) no caso do licitante classificado em mais de um item/lote, o aferimento do cumprimento da disposição acima levará em consideração a soma de todos os valores referencias;

b.2) caso seja constatada a insuficiência de patrimônio líquido ou capital social para a integralidade dos itens/lotos em que o licitante estiver classificado, o Pregoeiro o convocará para que decida sobre a desistência do(s) item(ns)/lote(s) até o devido enquadramento a regra acima disposta;

b.3) as regras descritas nos itens b.1 e b.2 deverão ser observadas em caso de ulterior classificação de licitante que já se consagrou classificado em outro item(ns)/lote(s).

13.8. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.8.1. As exigências de qualificação técnica se darão na forma da ORIENTAÇÃO TÉCNICA Nº 001/2017/GAB/SUPEL, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2017, e alterações, da seguinte forma:

Art. 4º Os Termos de Referência, Projetos Básicos e Editais relativos à prestação de serviços em geral e obras de engenharia, considerando o valor estimado da contratação, devem observar o seguinte:

I – até 80.000,00 (oitenta mil reais) - apresentar Atestado de Capacidade Técnica compatível em características;

II - de 80.000,00 (oitenta mil reais) a 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO

Equipe de licitação ZETA

reais) - apresentar Atestado de Capacidade Técnica compatível em características e quantidade, limitados a parcela de maior relevância e valor significativo;

III – acima de 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) – apresentar Atestado de Capacidade Técnica compatível em características, quantidade e prazo, limitados a parcela de maior relevância e valor significativo.

13.8.2. PARA TODOS OS LOTE, cujos valores estiverem acima do patamar de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil), será aplicado o art. 4º, III, Orientação Técnica nº 01/2017/GAB/SUPEL, ou seja, deverão os licitantes apresentar atestado de capacidade técnica que comprove a execução de serviços compatíveis em **CARACTERÍSTICA, QUANTIDADE e PRAZO** com a parcela de maior relevância do lote para o qual apresentar proposta.

13.8.5. A comprovação de compatibilidade em **CARACTERÍSTICA** se dará por meio da apresentação de atestado de capacidade técnica que evidencie que o licitante já prestou serviço assemelhado com a parcela de maior relevância do lote para o qual apresentar proposta.

13.8.6. A comprovação de **QUANTIDADE** se dará por meio da apresentação de atestado de capacidade técnica que evidencie que o licitante já prestou serviço assemelhado com a parcela de maior relevância do lote para o qual apresentar proposta no patamar mínimo de 10%.

13.8.7. A comprovação de **PRAZO** se dará por meio da apresentação de atestado de capacidade técnica que evidencie que o licitante já prestou serviço assemelhado com a parcela de maior relevância do lote para o qual apresentar proposta por, no mínimo, de 3 meses.

PARCELA DE MAIOR RELEVÂNCIA: a parcela de maior relevância e valor significativo dos lotes desta licitação ficam determinadas na forma abaixo:

- a) No Lote 01: o item 1;
- b) No Lote 02: o item 1;
- c) No Lote 03: o item 1;
- d) No Lote 04: o item 1;
- e) No Lote 05: o item 1;

13.8.2. Os atestados deverão indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone e data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.). Além da descrição do objeto, quantidade e prazos de fornecimento dos objetos.

13.8.3. Os atestados de capacidade técnica apresentados estarão sujeitos à confirmação de autenticidade, exatidão e veracidade conforme previsto no art. 43, parágrafo 3º da [Lei Federal nº 8.666/93](#), sujeitando o emissor às penalidades previstas em lei caso ateste informações inverídicas.

13.10. A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ANEXADA NO SISTEMA COMPRASNET TERÁ EFEITO PARA TODOS OS ITENS, OS QUAIS A EMPRESA ENCONTRA-SE CLASSIFICADA.

13.10.1. O ENVIO DE TODA DOCUMENTAÇÃO SOLICITADA, DEVERÁ SER ANEXADA CORRETAMENTE NO SISTEMA COMPRASNET, SENDO A MESMA COMPACTADA EM 01 (UM) ÚNICO ARQUIVO (excel, word, .Zip, .doc, .docx, .JPG ou PDF), TENDO EM VISTA

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO

Equipe de licitação ZETA

QUE O CAMPO DE INSERÇÃO É ÚNICO; A SUPEL CUMPRIRÁ RIGOROSAMENTE O [ART. 7º DA LEI Nº. 10.520/02.](#)

13.10.2. O(A) PREGOEIRO(A), EM HIPÓTESE ALGUMA, CONVOCARÁ O LICITANTE PARA REENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.

13.11. A documentação de habilitação enviada implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, vinculando o seu autor ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame;

13.12. O(a) Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão para análise da documentação de habilitação.

13.13. O não envio dos anexos ensejará à licitante, as sanções previstas neste Edital e nas normas que regem este Pregão.

13.14. Para fins de habilitação, a verificação pelo(a) Pregoeiro(a) nos sítios oficiais de órgão e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova;

13.14.1. A Administração não se responsabiliza pela perda de negócios quanto aos documentos exigidos para habilitação que puderem ser emitidos pelo(a) Pregoeiro(a) via *on line*, gratuitamente, quando da ocorrência de eventuais problemas técnicos de sistemas ou quaisquer outros, pois é de inteira responsabilidade das licitantes a apresentação dos documentos exigíveis legalmente quando da convocação, pelo(a) Pregoeiro(a), para o envio dos mesmos.

13.15. AS LICITANTES QUE DEIXAREM DE APRESENTAR QUAISQUER DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA A HABILITAÇÃO NA PRESENTE LICITAÇÃO OU OS APRESENTAR EM DESACORDO COM O ESTABELECIDO NESTE EDITAL, SERÃO INABILITADAS, EM RESPEITO AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA E VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, DISPOSTOS NO ART. 3º, DA LEI 8.666/93, E NO ART. 5º, DO DECRETO ESTADUAL N. 26.182/21.

13.15.1. EM NENHUMA HIPÓTESE SERÁ ADMITIDA A INCLUSÃO DE DOCUMENTO NOVO EM SEDE DE DILIGÊNCIA, QUE SE DESTINA UNICAMENTE A ESCLARECER E COMPLEMENTAR A INSTRUÇÃO PROCESSUAL, CONFORME ART. 8.666/93, ART. 43, §3º. TODOS OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DEVEM SER ANEXADOS NO SISTEMA COMPRASNET CONCOMITANTEMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS – ART. 26, I, DO DECRETO ESTADUAL N. 26.182/21.

13.16. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

13.16.1. Havendo alguma restrição na comprovação da Regularidade Fiscal e Trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, nos termos do Decreto Estadual nº 21.675/2017.

13.16.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à SUPEL convocar os licitantes remanescentes, na ordem de

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO

Equipe de licitação ZETA

classificação, para a assinatura/retirada do Instrumento Contratual, ou revogar a licitação;

13.17. Serão realizadas consultas, ao **Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP**, instituído pela [Lei Estadual nº 2.414, de 18 de fevereiro de 2011](#), ao **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS/CGU (Lei Federal nº 12.846/2013)**, **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF**, **Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça** (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php) e Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

13.18. Sob pena de inabilitação, os documentos apresentados deverão estar:

13.18.1. Em nome da licitante com o nº do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue:

- a) *Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz e;*
- b) *Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;*

13.18.2. No caso das alíneas anteriores, serão dispensados da filial aqueles documentos que, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz e vice-versa.

13.19. Na fase de Habilitação, após ACEITA e comprovada a Documentação de Habilitação, o(a) Pregoeiro(a) HABILITARÁ a licitante, em campo próprio do sistema eletrônico.

13.20. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

14 – DOS RECURSOS

14.1. Após a fase de HABILITAÇÃO, declarada a empresa VENCEDORA do certame, qualquer Licitante poderá manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas razões sua intenção de recorrer no prazo mínimo de 20 (vinte) minutos.

14.2. Será concedido à licitante que manifestar a intenção de interpor recurso o prazo de **03 (três) dias para apresentar as razões recursais**, ficando as demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos (redação conforme o inc. XVIII, [art. 4º, Lei Federal nº 10.520/2002](#)).

14.2.1. A manifestação de interposição do recurso e contrarrazão, somente será possível por meio eletrônico (campo próprio do sistema Comprasnet), devendo o licitante observar as datas registradas.

14.3. A falta de manifestação imediata e motivada da Licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo(a) Pregoeiro(a) ao vencedor.

14.4. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.5. A decisão do(a) Pregoeiro(a) a respeito da apreciação do recurso deverá ser motivada e submetida à apreciação da Autoridade Competente pela licitação, caso seja mantida a decisão anterior.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
Equipe de licitação ZETA

14.6 A decisão do(a) Pregoeiro(a) e da Autoridade Competente será informada em campo próprio do Sistema Eletrônico, ficando todos os licitantes obrigados a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a).

14.7. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a **Autoridade Competente adjudicará o objeto e homologará** o resultado da licitação para determinar a contratação.

14.8. Durante o prazo recursal, os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL, caso não esteja disponível no Sistema de Eletrônico de Informação (SEI).

14.9. Cabe ainda, recurso contra a decisão de:

- a) Anular ou revogar o Pregão Eletrônico;
- b) Determinar a aplicação das penalidades de advertência, multa, suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Governo do Estado de Rondônia.

14.9.1. Os recursos acima deverão ser interpostos no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, e terão efeito suspensivo;

14.9.2. A intimação dos atos referidos no subitem 14.9, alíneas “a” e “b”, será feita mediante publicação na imprensa oficial e comunicação direta às licitantes participantes do Pregão Eletrônico, que poderão impugná-los no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

14.9.3. Os recursos interpostos fora do prazo não serão acolhidos;

14.9.4. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar a sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou nesse mesmo prazo fazê-lo subir, devidamente informados, devendo, nesse caso, a decisão ser proferida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

15 – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

15.1. Atendidas as especificações do Edital, estando habilitada a Licitante e tendo sido aceito o menor preço apurado, o(a) Pregoeiro(a) declarará a(s) empresa(s) vencedora(s) do(s) respectivo(s) ITENS ADJUDICANDO-O.

15.2. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no Sistema Eletrônico <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/> sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

15.3. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo(a) Pregoeiro(a) sempre que não houver recurso. Havendo recurso, a adjudicação será efetuada pela Autoridade Competente que decidiu o recurso.

15.4. A homologação da licitação é de responsabilidade da Autoridade Competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
Equipe de licitação ZETA

15.5. Quando houver recurso e o(a) Pregoeiro(a) mantiver sua decisão, essa deverá ser submetida à Autoridade Competente para decidir acerca dos atos do(a) Pregoeiro(a).

16. DO REGISTRO DE PREÇOS

16.1. Homologada a licitação pela Autoridade Competente, a Ata de Registro de Preços será publicada na imprensa Oficial, momento em que terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

16.2. A Ata de Registro e Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no Diário Oficial do Estado.

16.3. Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços terão sua vigência em conforme as disposições contidas no art. 57, da Lei nº 8.666/93.

16.4. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

16.5. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

16.6. A ata de registro de preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão a Decreto Estadual nº 18.340/2013, Lei Federal nº 8.666/93, demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

16.7. Nos termos do Decreto Estadual 18.340/13 e suas alterações, a Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

16.8. Para efeito de revisão dos valores registrados, aplica-se os ditames do Decreto Estadual nº 25.969/2021.

17 – DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

17.1. Após a homologação da licitação, o adjudicatário terá o prazo de 05 dias úteis, contados a partir de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato (ou documento equivalente, por exemplo, como nota de empenho, se for o caso), cuja vigência será de 12 meses, podendo ser prorrogado por interesse da contratante, na forma [do art. 57 da Lei 8.666/93](#).

17.2. O prazo previsto para assinatura ou aceite poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

18 – DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

Conforme estabelecido no item 15 e 31 do [Termo de Referência – Anexo I](#) deste Edital.

19 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Conforme estabelecido no item 19 do [Termo de Referência – Anexo I](#) deste Edital.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
Equipe de licitação ZETA

20 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Conforme estabelecido no item 18.1 do [Termo de Referência – Anexo I](#) deste Edital.

21 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Conforme estabelecido no item 18.2 do [Termo de Referência – Anexo I](#) deste Edital.

22 – DA TRANSFERÊNCIA/CESSÃO OU SUBCONTRATAÇÃO

Conforme estabelecido no item 25 do [Termo de Referência – Anexo I](#) deste Edital.

23 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Tendo em vista que o processo em tela visa a à elaboração de ata de registro de preços, deixa-se de indicar, neste momento, a rubrica orçamentária pela qual será executada a despesa, o que será feito quando da efetivação da contratação.

A presente decisão está ancorada no Decreto Estadual N. 18.340/2013, art. 8º, §4º, no Acórdão 297/2011, do Plenário do Tribunal de Contas da União, e ainda Acórdão 8946/2012, bases jurídicas as quais colaciono abaixo:

1. DECRETO ESTADUAL N. 18.340/2013, art. 8º, §4º: “na licitação para registro de preços, não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil”.

2. ACÓRDÃO 297/2011 - PLENÁRIO

“3.61 Tem-se, portanto, que, de fato, os instrumentos convocatórios não trazem definida a rubrica orçamentária pela qual será executada a despesa. Contudo, entendemos que, por se referirem a licitações com vistas à elaboração de atas de registro de preços, se mostra prescindível a presença de tal informação nos aludidos documentos.

3.62 Consoante afirmado anteriormente, o registro de preços dos bens/serviços de um determinado licitante não lhe garante que a contratação futura irá se concretizar, ou seja, não vincula a Administração a executar determinada despesa (art. 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93). Dessa forma, a indicação precisa da dotação orçamentária por meio da qual correrá a despesa deve ser feita quando da efetivação da contratação, e não na elaboração do edital.

Frise-se que nesse senti do é a doutrina do insigne Jorge Ulisses Jacoby Fernandes: “Com a adoção do Sistema de Registro de Preços, a Administração deixa a proposta mais vantajosa previamente selecionada, ficando no aguardo da aprovação de recursos orçamentários e financeiros.

Não há necessidade de que o órgão tenha prévia dotação orçamentária porque o Sistema de Registro de Preços, ao contrario da licitação convencional, não obriga a Administração Pública face à expressa disposição legal nesse senti do.

No sistema convencional de licitação, a Administração tem que ter prévia dotação orçamentária, porque há um compromisso que só em caráter excepcional pode ser revogado e anulado (...).” (Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, Sistema de Registro de Preços e Pregão, Editora Fórum, 2003, p. 88)

VOTO DO MINISTRO RELATOR:

7. Mostrou-se ainda presente nos editais examinados a definição das estimativas a serem contratadas. Quanto à ausência de indicação de rubrica orçamentária para suportar as respectivas despesas e mesmo das localidades onde os serviços deverão

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
Equipe de licitação ZETA

ser executados, tem-se que essas especificações serão necessárias quando da efetiva contratação dos serviços, sendo, neste momento, prescindível.

Por essas razões, acolho integralmente o exame empreendido pela unidade técnica e VOTO por que seja adotado o Acórdão ora submetido à deliberação desse Colegiado.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 09 de fevereiro de 2011. JOSÉ JORGE

(Análise da Unidade Técnica, corroborada pelo Min. Relator, no ACÓRDÃO 297/2011 - PLENÁRIO)

3. “Na licitação para registro de preços, a indicação da dotação orçamentária é exigível apenas antes da assinatura do contrato”.

Acórdão 8946/2012-Segunda Câmara/TCU | Relator: ANDRÉ DE CARVALHO.

24 – DAS CONDIÇÕES GERAIS

24.1. A Administração Pública se reserva no direito de:

24.1.1. Anular a licitação se houver vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros;

24.1.2. Revogar por interesse da Administração Pública em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros, sem que à Licitante tenha direito a qualquer indenização.

24.2. Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta de preços.

24.3. O(a) Pregoeiro(a) ou a Autoridade Competente, é facultado, em qualquer fase da licitação a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar do mesmo desde a realização da sessão pública.

24.4. As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

24.5. Após apresentação da proposta de preços, não caberá desistência desta, sob pena da licitante sofrer as sanções previstas no art. [7º, da Lei Federal nº. 10.520/2002](#) c/c as demais normas que regem esta licitação, salvo se houver motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceita pelo(a) Pregoeiro(a).

24.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto.

24.7. O Licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta de preços, não celebrar o instrumento contratual, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta de preços, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa, ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. [4º da Lei nº 10.520/2002](#), **pelo**

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
Equipe de licitação ZETA

prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

24.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normais no órgão responsável pela licitação.

24.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua proposta de preços de preços, durante a realização da sessão pública do Pregão Eletrônico.

24.10. Para fins de aplicação das Sanções Administrativas constantes no presente Edital, o lance é considerado o da proposta de preços.

24.11. As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas, em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da Administração Pública, a finalidade e a segurança da contratação.

24.12. O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no § 1º, do [Art. 65, da Lei Federal nº. 8.666/93](#).

24.13. As Licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do CONTRATADO de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do instrumento contratual.

24.14. O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da proponente vencedora, farão parte integrante do Instrumento Contratual como se nele estivesse transcrito, ressalvado o valor proposto, porquanto prevalecerá o melhor lance ofertado ou valor negociado;

24.15. Dos atos praticados, o sistema gerará Ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

24.16. Havendo divergência entre as exigências contidas no Edital e em seus Anexos, prevalecerá pela ordem, o Edital, o Termo de Referência, e por último os demais anexos.

24.17. Os casos omissos, serão solucionados diretamente pelo(a) Pregoeiro(a) ou autoridade Competente, observados os preceitos de direito público e as disposições que se aplicam as demais condições constantes na [Lei Federal nº.10.520](#), de 17 de julho de 2002, no [Decreto Estadual nº. 26.182/2020](#), e subsidiariamente, na [Lei Federal nº. 8.666](#), de 21 de junho de 1993, com suas alterações, e ainda, Lei complementar nº. 123/06 e alterações.

24.18. A Administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízos das sanções previstas na [Lei 8.666/93](#).

24.18.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desse que ocorra motivo justificado aceito pela Administração;

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
Equipe de licitação ZETA

24.18.2. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista na [Lei nº 8.666/93](#).

24.20. O Edital e seus Anexos poderão ser lidos e retirados somente por meio da Internet no site <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/> e alternativamente no site www.supel.ro.gov.br.

24.21. Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra e, após a apresentação da documentação e da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento e discordâncias de seus termos, e tampouco alegação de desconhecimento dos termos dos anexos deste ato convocatório.

24.22. Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone/fax **(069) 3212-9267**, ou na sede SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL/RO.

24.23. O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem do presente procedimento licitatório será o da Comarca de Porto Velho/RO.

25 – ANEXOS

25.1. São anexos deste Edital o Termo de Referência, de responsabilidade da Secretaria/Autarquia de Origem, e o Quadro Estimativo de Preços, elaborado pela Gerência de Pesquisa e Análise de Preços (SUPEL-GEPEAP).

A Publicação de tais documentos como anexos do Edital não transfere a responsabilidade por tais documentos ao Pregoeiro responsável pela condução do certame, dado ao princípio da Segregação de Funções.

ANEXO I - Termo de Referência;
ANEXO II - Quadro Estimativo de Preços;
ANEXO III -Minuta da Ata de Registro de Preço;
ANEXO IV -Minuta de Contrato.

Porto Velho-RO, 05 de maio de 2022.

JADER C BERNARDO DE OLIVEIRA
Pregoeiro(a) SUPEL-RO
Mat. 300130075



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
Equipe de licitação ZETA

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER

TERMO DE REFERÊNCIA

1. IDENTIFICAÇÃO:

Unidade Orçamentária: **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGENS E TRANSPORTES DER/RO.**

Departamento: **COORDENADORIA DE USINAS DE ASFALTO DER-COUSA.**

2. OBJETO:

2.1. Registro de Preços para Eventuais e Futuras Aquisições do Serviço de Usinagem de Concreto Asfáltico (Faixa C), para atender as necessidades deste Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER/RO, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações deste Termo de Referência, sob o regime de fornecimento parcelado.

3. ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO:

3.1. O Concreto asfáltico é uma mistura executada a quente, em usina apropriada, com características específicas, composta de agregado graduado, material de enchimento (*filer*) se necessário e cimento asfáltico, espalhada e compactada a quente.

3.2. O Concreto asfáltico deve estar de acordo com as características mínimas exigíveis segundo a **norma 031 (DNIT-ES, 2006)**.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE MÁXIMA DE CBUQ (t)	QUILOMETRAGEM ESTIMADA POR LOTE (km)
1.0	Lote 01 – Ariquemes			
1.1	<p>Aquisição do Serviço de Usinagem de Concreto asfáltico na faixa C segundo a norma 031 (DNIT-ES, 2006). É dever da Contratada a aquisição de todos os insumos necessários para a produção, fornecimento e entrega do Concreto asfáltico na faixa C segundo a norma 031 (DNIT-ES, 2006), como agregado graduado, material de enchimento (<i>filer</i>) se necessário e cimento asfáltico de petróleo.</p> <p>A Contratada deverá garantir que a Usina de Asfalto tenha como requisito mínimo de 80 t/h (toneladas/hora) e que a mesma se encontre em boas condições.</p> <p>É de responsabilidade da Contratada o combustível e a manutenção da usina de asfalto.</p> <p>A Contratada deve apresentar a usina de asfalto em conformidade nos locais de serviço determinados pela fiscalização do DER-RO, em condições de iniciar a execução dos serviços. Para isto, todos os procedimentos relativos à manutenção preventiva, limpeza e outras verificações da usina e deverão ser previamente realizados.</p> <p>A Contratada deve manter, durante a execução do serviço, apoio de manutenção em problemas mecânicos, elétricos, eletrônicos, hidráulicos e borracharia; mantendo os equipamentos em bom estado de conservação.</p> <p>É dever da contratada entregar o concreto asfáltico na faixa C nas rodovias mencionadas no item 1.2, ou em local designado pelo próprio DER-RO, para execução dos serviços de conservação, restauração ou pavimentação de outras rodovias além das mencionadas.</p>	t	88.704,00	-
1.2	<p>Transporte com caminhão basculante de no mínimo 10 m³ apropriado para o descarregamento de concreto asfáltico (faixa C) na vibroacabadora, saindo do município de Ariquemes/RO, podendo entregar na RO-460 (ENTRONC. RO-421 / BURITIS), RO-459 (BR-364 / Alto Paraíso) e RO-459 (BR-364 / Rio Crespo). O caminhão basculante carregado deve estar coberto com lona térmica, com tamanho suficiente para proteger a mistura, sobrepassando a caçamba nas laterais e na traseira. Deve estar bem fixada na dianteira para não permitir a entrada de ar entre a cobertura e a mistura asfáltica.</p> <p>A quantidade máxima a ser transportada através da ata de registro de preços será de 88.704,00 toneladas de concreto asfáltico.</p> <p>O frete será calculado de acordo com a quantidade a ser transportada para as referidas localidades, de acordo com a programação que será emitida pela Contratante (Preço x quilômetros rodados x toneladas transportada).</p> <p>A Contratada deve garantir frota para que seja entregue pelo menos 640 toneladas de concreto asfáltico por dia, no local indicado pela Contratante, visando manter a produção e aplicação da carga constantes e sem atrasos.</p> <p>O peso específico do concreto asfáltico na faixa C é considerado: 2,4 t/m³.</p>	tkm (tonelada transportada * quilômetro rodado)	88.704,00	182,27
2.0	Lote 02 – Jaru			
2.1	<p>Aquisição do Serviço de Usinagem de Concreto asfáltico na faixa C segundo a norma 031 (DNIT-ES, 2006). É dever da Contratada a aquisição de todos os insumos necessários para a produção, fornecimento e entrega do Concreto asfáltico na faixa C segundo a norma 031 (DNIT-ES, 2006), como agregado graduado, material de enchimento (<i>filer</i>) se necessário e cimento asfáltico de petróleo.</p> <p>A Contratada deverá garantir que a Usina de Asfalto tenha como requisito mínimo de 80 t/h (toneladas/hora) e que a mesma se encontre em boas condições.</p> <p>É de responsabilidade da Contratada o combustível e a manutenção da usina de asfalto.</p> <p>A Contratada deve apresentar a usina de asfalto em conformidade nos locais de serviço determinados pela fiscalização do DER-RO, em condições de iniciar a execução dos serviços. Para isto, todos os procedimentos relativos à manutenção preventiva, limpeza e outras verificações da usina e deverão ser previamente realizados.</p>	ton	86.386,00	-

	<p>A Contratada deve manter, durante a execução do serviço, apoio de manutenção em problemas mecânicos, elétricos, eletrônicos, hidráulicos e borracharia; mantendo os equipamentos em bom estado de conservação.</p> <p>É dever da contratada entregar o concreto asfáltico na faixa C nas rodovias mencionadas no item 2.2, ou em local designado pelo próprio DER-RO, para execução dos serviços de conservação, restauração ou pavimentação de outras rodovias além das mencionadas.</p>			
2.2	<p>Transporte com caminhão basculante de no mínimo 10 m³ apropriado para o descarregamento de concreto asfáltico (faixa C) na vibroacabadora, saindo do município de Jarú/RO, podendo entregar na RO-463 (GOV. JORGE TEIXEIRA/BR-364), RO-464 (BR-364/THEOBRAMA), RO-133 (THEOBRAMA/5° BEC) e RO-470 (BR-364 / Mirante da Serra).</p> <p>O caminhão basculante carregado deve estar coberto com lona térmica, com tamanho suficiente para proteger a mistura, sobrepassando a caçamba nas laterais e na traseira. Deve estar bem fixada na dianteira para não permitir a entrada de ar entre a cobertura e a mistura asfáltica.</p> <p>A quantidade máxima a ser transportada através da ata de registro de preços será de 86.386,00 toneladas de concreto asfáltico.</p> <p>O frete será calculado de acordo com a quantidade a ser transportada para as referidas localidades, de acordo com a programação que será emitida pela Contratante (Preço x quilômetros rodados x toneladas transportada).</p> <p>A Contratada deve garantir frota para que seja entregue pelo menos 640 toneladas de concreto asfáltico por dia, no local indicado pela Contratante, visando manter a produção e aplicação da carga constantes e sem atrasos.</p> <p>O peso específico do concreto asfáltico na faixa C é considerado: 2,4 t/m³.</p>	tkm (tonelada transportada * quilômetro rodado)	86.386,00	175,22
3.0	Lote 03 – Ji-Paraná			
3.1	<p>Aquisição do Serviço de Usinagem de Concreto asfáltico na faixa C segundo a norma 031 (DNIT-ES, 2006). É dever da Contratada a aquisição de todos os insumos necessários para a produção, fornecimento e entrega do Concreto asfáltico na faixa C segundo a norma 031 (DNIT-ES, 2006), como agregado graduado, material de enchimento (<i>filer</i>) se necessário e cimento asfáltico de petróleo.</p> <p>A Contratada deverá garantir que a Usina de Asfalto tenha como requisito mínimo de 80 t/h (toneladas/hora) e que a mesma se encontre em boas condições.</p> <p>É de responsabilidade da Contratada o combustível e a manutenção da usina de asfalto.</p> <p>A Contratada deve apresentar a usina de asfalto em conformidade nos locais de serviço determinados pela fiscalização do DER-RO, em condições de iniciar a execução dos serviços. Para isto, todos os procedimentos relativos à manutenção preventiva, limpeza e outras verificações da usina e deverão ser previamente realizados.</p> <p>A Contratada deve manter, durante a execução do serviço, apoio de manutenção em problemas mecânicos, elétricos, eletrônicos, hidráulicos e borracharia; mantendo os equipamentos em bom estado de conservação.</p> <p>É dever da contratada entregar o concreto asfáltico na faixa C nas rodovias mencionadas no item 3.2, ou em local designado pelo próprio DER-RO, para execução dos serviços de conservação, restauração ou pavimentação de outras rodovias além das mencionadas.</p>	ton	99.960,00	-
3.2	<p>Transporte com caminhão basculante de no mínimo 10 m³ apropriado para o descarregamento de concreto asfáltico (faixa C) na vibroacabadora, saindo do município de Ji-Paraná/RO, podendo entregar na RO-135 (JI-PARANA/NOVA LONDRINA), RO-479 (BR-364 / ESTRELA DE RONDÔNIA), RO-133 (RO-480 / NOVA COLINA) e RO-473 (BR-364 / Urupá).</p> <p>O caminhão basculante carregado deve estar coberto com lona térmica, com tamanho suficiente para proteger a mistura, sobrepassando a caçamba nas laterais e na traseira. Deve estar bem fixada na dianteira para não permitir a entrada de ar entre a cobertura e a mistura asfáltica.</p> <p>A quantidade máxima a ser transportada através da ata de registro de preços será de 99.960,00 toneladas de concreto asfáltico.</p> <p>O frete será calculado de acordo com a quantidade a ser transportada para as referidas localidades, de acordo com a programação que será emitida pela Contratante (Preço x quilômetros rodados x toneladas transportada).</p> <p>A Contratada deve garantir frota para que seja entregue pelo menos 640 toneladas de concreto asfáltico por dia, no local indicado pela Contratante, visando manter a produção e aplicação da carga constantes e sem atrasos.</p> <p>O peso específico do concreto asfáltico na faixa C é considerado: 2,4 t/m³.</p>	tkm (tonelada transportada * quilômetro rodado)	99.960,00	189,00
4.0	Lote 04 – Cacoal			
4.1	<p>Aquisição do Serviço de Usinagem de Concreto asfáltico na faixa C segundo a norma 031 (DNIT-ES, 2006). É dever da Contratada a aquisição de todos os insumos necessários para a produção, fornecimento e entrega do Concreto asfáltico na faixa C segundo a norma 031 (DNIT-ES, 2006), como agregado graduado, material de enchimento (<i>filer</i>) se necessário e cimento asfáltico de petróleo.</p> <p>A Contratada deverá garantir que a Usina de Asfalto tenha como requisito mínimo de 80 t/h (toneladas/hora) e que a mesma se encontre em boas condições.</p> <p>É de responsabilidade da Contratada o combustível e a manutenção da usina de asfalto.</p> <p>A Contratada deve apresentar a usina de asfalto em conformidade nos locais de serviço determinados pela fiscalização do DER-RO, em condições de iniciar a execução dos serviços. Para isto, todos os procedimentos relativos à manutenção preventiva, limpeza e outras verificações da usina e deverão ser previamente realizados.</p> <p>A Contratada deve manter, durante a execução do serviço, apoio de manutenção em problemas mecânicos, elétricos, eletrônicos, hidráulicos e borracharia; mantendo os equipamentos em bom estado de conservação.</p> <p>É dever da contratada entregar o concreto asfáltico na faixa C nas rodovias mencionadas no item 4.2, ou em local designado pelo próprio DER-RO, para execução dos serviços de conservação, restauração ou pavimentação de outras rodovias além das mencionadas.</p>	ton	84.630,00	-
4.2	<p>Transporte com caminhão basculante de no mínimo 10 m³ apropriado para o descarregamento de concreto asfáltico (faixa C) na vibroacabadora, saindo do município de Cacoal/RO, podendo entregar na RO-383 (BR-364/NOVA ESTRELA), RO-387 (ENT. BR-364 / ESPIGÃO DO OESTE), RO-486 (Cacoal / RO-133) e RO-494 (Ent. RO-010 / Primavera de Rondônia).</p> <p>O caminhão basculante carregado deve estar coberto com lona térmica, com tamanho suficiente para proteger a mistura, sobrepassando a caçamba nas laterais e na traseira. Deve estar bem fixada na dianteira para não permitir a entrada de ar entre a cobertura e a mistura asfáltica.</p>	tkm (tonelada transportada * quilômetro rodado)	84.630,00	149,88

	<p>A quantidade máxima a ser transportada através da ata de registro de preços será de 84.630,00 toneladas de concreto asfáltico.</p> <p>O frete será calculado de acordo com a quantidade a ser transportada para as referidas localidades, de acordo com a programação que será emitida pela Contratante (Preço x quilômetros rodados x toneladas transportada).</p> <p>A Contratada deve garantir frota para que seja entregue pelo menos 640 toneladas de concreto asfáltico por dia, no local indicado pela Contratante, visando manter a produção e aplicação da carga constantes e sem atrasos.</p> <p>O peso específico do concreto asfáltico na faixa C é considerado: 2,4 t/m³.</p>			
5.0	Lote 05 – Rolim de Moura			
5.1	<p>Aquisição do Serviço de Usinagem de Concreto asfáltico na faixa C segundo a norma 031 (DNIT-ES, 2006). É dever da Contratada a aquisição de todos os insumos necessários para a produção, fornecimento e entrega do Concreto asfáltico na faixa C segundo a norma 031 (DNIT-ES, 2006), como agregado graduado, material de enchimento (<i>filer</i>) se necessário e cimento asfáltico de petróleo.</p> <p>A Contratada deverá garantir que a Usina de Asfalto tenha como requisito mínimo de 80 t/h (toneladas/hora) e que a mesma se encontre em boas condições.</p> <p>É de responsabilidade da Contratada o combustível e a manutenção da usina de asfalto.</p> <p>A Contratada deve apresentar a usina de asfalto em conformidade nos locais de serviço determinados pela fiscalização do DER-RO, em condições de iniciar a execução dos serviços. Para isto, todos os procedimentos relativos à manutenção preventiva, limpeza e outras verificações da usina e deverão ser previamente realizados.</p> <p>A Contratada deve manter, durante a execução do serviço, apoio de manutenção em problemas mecânicos, elétricos, eletrônicos, hidráulicos e borracharia; mantendo os equipamentos em bom estado de conservação.</p> <p>É dever da contratada entregar o concreto asfáltico na faixa C nas rodovias mencionadas no item 5.2, ou em local designado pelo próprio DER-RO, para execução dos serviços de conservação, restauração ou pavimentação de outras rodovias além das mencionadas.</p>	ton	81.564,00	-
5.2	<p>Transporte com caminhão basculante de no mínimo 10 m³ apropriado para o descarregamento de concreto asfáltico (faixa C) na vibroacabadora, saindo do município de Rolim de Moura/RO podendo entregar na RO-383 (ROLIM DE MOURA / ALTA FLORESTA DO OESTE) e na RO-481 (Nova Brasilândia / São Miguel).</p> <p>O caminhão basculante carregado deve estar coberto com lona térmica, com tamanho suficiente para proteger a mistura, sobrepassando a caçamba nas laterais e na traseira. Deve estar bem fixada na dianteira para não permitir a entrada de ar entre a cobertura e a mistura asfáltica.</p> <p>A quantidade máxima a ser transportada através da ata de registro de preços será de 81.564,00 toneladas de concreto asfáltico.</p> <p>O frete será calculado de acordo com a quantidade a ser transportada para as referidas localidades, de acordo com a programação que será emitida pela Contratante (Preço x quilômetros rodados x toneladas transportada).</p> <p>A Contratada deve garantir frota para que seja entregue pelo menos 640 toneladas de concreto asfáltico por dia, no local indicado pela Contratante, visando manter a produção e aplicação da carga constantes e sem atrasos.</p> <p>O peso específico do concreto asfáltico na faixa C é considerado: 2,4 t/m³.</p>	tkm (tonelada transportada * quilômetro rodado)	81.564,00	107,75

3.3. Nos itens de transportes, os impostos e custos operacionais e de manutenção deverão estar inclusos até a localidade de cada item.

3.4. Requisitos

3.4.1. A composição do concreto asfáltico deve satisfazer aos requisitos da FAIXA C do quadro seguinte com as respectivas tolerâncias no que diz respeito à granulometria (DNERME 083) e aos percentuais do ligante asfáltico determinados pelo projeto da mistura.

Peneira de malha quadrada		% em massa, passando	
Série ASTM	Abertura (mm)	C	Tolerâncias
2"	50,8	-	-
1 1/2"	38,1	-	± 7%
1"	25,4	-	± 7%
3/4"	19,1	100	± 7%
1/2"	12,7	80 - 100	± 7%
3/8"	9,5	70 - 90	± 7%
Nº 4	4,8	44 - 72	± 5%
Nº 10	2	22 - 50	± 5%
Nº 40	0,42	8 - 26	± 5%
Nº 80	0,18	4 - 16	± 3%
Nº 200	0,075	2 - 10	± 2%
Asfalto solúvel no CS2(+) (%)		4,5 - 9,0 Camada de rolamento	± 0,3%

3.4.2. Devem ser obedecidos os valores limites para as características especificadas no quadro a seguir:

Características	Método de ensaio	Camada de rolamento
Porcentagem de vazios, %	DNER-ME 043	3 a 5
Relação betume/vazios	DNER-ME 043	75 - 82
Estabilidade, mínima, (Kgf) (75 golpes)	DNER-ME 043	500
Resistência à Tração por Compressão Diametral estática a 25°C, mínima, Mpa	DNER-ME 138	0,65

4. JUSTIFICATIVA:

- 4.1. Motivo da aquisição:** A pretensa aquisição visa contribuir para o fortalecimento das execuções dos serviços de concreto asfáltico, proporcionando a sociedade rondoniense uma melhora na trafegabilidade, tencionando sua integração com as rodovias municipais e federais e sua interação com os transportes intermodais, objetivando o atendimento aos usuários no transporte de pessoas e cargas.
- 4.2. Finalidade do bem:** Se faz necessário a aquisição dos serviços para utilização nas rodovias estaduais de execução direta por este órgão.
- 4.3. Benefícios diretos e indiretos gerados com a aquisição do bem:** Tal princípio visa a propiciar à Administração uma consecução mais econômica e vantajosa de seus fins, servindo como instrumento de racionalização da atividade administrativa, com redução de custos e otimização da aplicação de recursos.
- 4.4. A importância da aquisição do bem para o desenvolvimento do setor ou órgão:** A conclusão dos serviços de atribuídos tem como finalidade oferecer condição de tráfego nas rodovias estaduais, com segurança, trazendo melhorias na qualidade de vida da população dos municípios.
- 4.5. Justificativa para aquisição do bem neste momento:**
- 4.5.1** O concreto asfáltico serve como uma das soluções mais tradicionais e utilizadas na manutenção, recuperação e pavimentação. Tanto que, esta aquisição se justifica pela necessidade da massa asfáltica para a realização de operações recapeamento, bem como pavimentação de novas vias, em virtude do Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER-RO ser um órgão da administração pública estadual responsável pela construção, pavimentação, recuperação, restauração e manutenção preventiva e periódica da malha rodoviária Estadual e essencialmente executor, que necessita oferecer respostas rápidas à população.
- 4.5.2.** Apesar do DER-RO possuir 06 (seis) usinas de asfalto no Estado de Rondônia, a produção anual do ano de 2021 foi insuficiente perante a grande demanda desta Autarquia, de recapear em torno de 1.500 km da malha pavimentada. Corroborando, no ano de 2021 o DER-RO produziu cerca de 141 mil toneladas de concreto asfáltico na faixa C, proporcionando, aproximadamente, apenas 170 km de recapeamento.
- 4.5.3.** Alguns fatores impactaram diretamente na quantidade produzida no ano de 2021, tais como: reequilíbrio contratual, manutenções nas usinas, envolvendo o período para a inspeção do problema, compra de peças e instalação, atrasos nas entregas de materiais em virtude das intempéries do inverno amazônico, em que a BR-319 torna-se intransitável e do período da seca, encalhando as balsas com os materiais asfálticos.
- 4.5.4.** Desse modo, a referida aquisição do bem neste momento servirá para o auxílio da meta de recapeamento desta Autarquia, uma vez que as situações de manutenção da usina ficará por conta da Contratante. Cabe ressaltar que atualmente o DER-RO possui equipe para atender a aquisição do bem, no qual é evidente as várias frentes de serviço, sendo elas de manutenção, recapeamento e pavimentação nova.
- 4.5.5.** Vale frisar que o transporte do concreto asfáltico está incluso para a referida contratação e que grande parte dos serviços de manutenção e recuperação da malha rodoviária Estadual é executada hoje por administração direta do DER/RO. Todavia a quantidade de caminhão basculante disponíveis para atendimento aos serviços de recuperação e manutenção são insuficientes para atingir a meta estipulada. Desta forma, existe sempre a necessidade de se equipar frota de basculantes com a presente contratação.
- 4.5.6.** Considerando que a pretensa contratação visa desafogar a frota de caminhões do Governo do Estado, promovendo assim a infraestrutura logística voltada para o serviço de recapeamento e pavimentação nova, tão importantes para o desenvolvimento da economia regional e o escoamento da produção agropecuária, produção de grãos, leite e derivados dos agricultores.
- 4.5.7.** Considerando que a população necessita de ações imediatas, motivada pela busca constante em melhorar a locomoção da população, bem como proporcionar aos transeuntes do Estado de Rondônia condições para que os mesmos possam trafegar nas rodovias em situação aceitável, é notável a necessidade de aquisição da massa asfáltica, material esse imprescindível para a realização dos serviços.
- 4.5.8.** Neste contexto, torna-se indispensável a contratação supramencionada, vistos que a contratação em si justifica-se pela necessidade de atender com concreto asfáltico e transporte em diversos municípios, sendo de grande valia para o recapeamento e pavimentação das estradas.
- 4.5.9.** O compromisso do Governo do Estado é buscar continuamente estratégias alternativas, direcionando seus objetivos para as políticas públicas que atendam aos anseios da sociedade rondoniense e a demanda dos órgãos/entidades envolvidos para, assim, alcançar uma melhor distribuição e harmonia na utilização dos recursos disponíveis.
- 4.5.10.** Com isso, o Estado o promoverá a geração de renda, superação da pobreza e desigualdades de gênero, etnia e geração, possibilitando as condições para melhoria da qualidade de vida aos Rondonienses.
- 4.5.11.** Assim, visando melhorias nas condições de trafegabilidade e conforto aos usuários dos municípios que integram nosso Estado, este procedimento tem como finalidade, contribuir com a segurança no deslocamento, menor desgaste dos veículos, trazendo maior perspectiva no desenvolvimento econômico e social dos municípios e construindo qualidade de vida para a população.

5. JUSTIFICATIVA QUANTO AO CRITÉRIO DE JULGAMENTO MENOR PREÇO POR LOTE:

- 5.1.** A Administração pretende realizar licitação para registro de preços por lote tendo em vista a necessidade de o objeto ser entregue em sua totalidade, a fim de evitar prejuízos no resultado esperado pela Administração.
- 5.2.** Cumpre destacar que, o agrupamento por lote se deu em razão da natureza e características do objeto que possa ser fornecido por um mesmo fornecedor, sendo mais satisfatória do ponto de vista da eficiência técnica, por manter a qualidade do objeto, haja vista que o gerenciamento permanece todo o tempo a cargo de um mesmo administrador, trazendo economicidade e vantajosidade no procedimento licitatório.
- 5.3.** O lote traz mais eficiência e eficácia no que diz respeito ao momento do fornecimento, tendo em vista este Departamento necessitar que a entrega de todos os itens possam ocorrer de uma só vez sem prejuízo qualquer de atrasos para fornecimento por parte de empresas diversas.
- 5.4.** Desta maneira, visualizando o atendimento integral no critério escolhido acima, o fornecimento do material irá ocorrer de uma forma mais segura para que o mesmo possa ser utilizado nos serviços de CBUQ em várias vias urbanas de responsabilidade deste DER/RO.
- 5.5.** No presente caso, mostra-se a vantajosidade na aquisição do objeto pelo menor preço por lote visando maior nível de controle pela Administração na execução das obras e serviços, maior facilidade no cumprimento do cronograma preestabelecido e na observância dos prazos, concentração da responsabilidade pela execução do empreendimento em uma só pessoa e concentração da garantia dos resultados.
- 5.6.** Ademais, haverá grande ganho para a Administração na economia de escala que, aplicada na execução do objeto, implicaria em aumento de quantitativos e, conseqüentemente, numa redução de preços a serem pagos pela Administração.
- 5.7.** Desta forma, resta justificada que, a reunião de itens em um mesmo lote (mesmo que o objeto seja de natureza divisível), não afetará a competitividade, e ainda, não prejudicará a obtenção da proposta mais vantajosa uma vez que, a forma de fornecimento pela empresa vencedora para o lote, demonstra maior controle no fornecimento e gerenciamento do objeto.

6. DA SUSTENTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL:

- 6.1. É de total responsabilidade da empresa a ser CONTRATADA o cumprimento das normas ambientais vigentes para a aquisição do objeto deste instrumento, no que diz respeito à poluição ambiental e destinação de resíduos;
- 6.2. A empresa a ser CONTRATADA deverá tomar todos os cuidados necessários para que, quando da consecução dos serviços, não decorra qualquer degradação ao meio ambiente;
- 6.3. A empresa a ser CONTRATADA deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas cabíveis para a correção dos danos que vierem a ser causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução de suas atividades objeto deste instrumento;
- 6.4. A empresa a ser CONTRATADA deverá cumprir as orientações da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, em seus Artigos 5º e 6º, no que couber bem como, o artigo 6º, inciso I do Decreto Estadual n. 21.264/2016.
- 6.5. Conforme dispõe o Capítulo III, art. 5º, inciso III da Instrução Normativa/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010, poderá ser exigido o seguinte critério de sustentabilidade ambiental: "que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento".
- 6.6. Conforme dispõe o artigo 6º, inciso I do Decreto Estadual n. 21.264/2016, poderá ser exigido o seguinte critério de sustentabilidade ambiental: " Art. 6º. Quando da aquisição de bens poder-se-á exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental: I - que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico ou biodegradável".

7. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS:

7.1. O sistema de Registro de Preços trata-se de um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à aquisição para contratações futuras, realizado por meio de uma única licitação, na modalidade Pregão, em que as empresas disponibilizam os bens e serviços a preços e prazos registrados em ata específica e que a aquisição ou contratação é feita quando melhor convier aos órgãos/entidades que integram a Ata. Nesse sentido, o sistema de registro de preços não obriga a sua execução, nem mesmo nas quantidades indicadas, podendo a Administração promover a aquisição em unidades de acordo com suas necessidades.

8. DA COTA ME/EPP:

- 8.1. **FICA VEDADO** a reserva de COTA ME/EPP, uma vez que a futura contratada deverá dispor de infraestrutura, logística, quantidade e capital para a execução dos serviços, tendo em vista que a Administração, via de regra, não realiza pagamento antecipado, podendo-se assim restar inviabilizada a execução do futuro contrato.
- 8.2. Dessa forma, considerando que a administração pública não deve elevar a hipossuficiência econômica acima do interesse público, sopesando os princípios pertinentes ao presente certame, tais como da competitividade, economicidade, eficiência, buscando-se a proposta mais vantajosa conforme é vislumbrado no art. 3º da Lei n. 8.666/1993, e ainda com escopo no art. 49, III, da Lei Complementar n. 123/2006, somos pela vedação da reserva de COTA para Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, conforme § 5º do Art. 8º do Decreto Nº 21675 DE 03/03/2017, uma vez que não é vantajoso para administração pública e pode gerar prejuízo ao objeto constante neste Termo de Referência.

9. DO CRITÉRIO DE ESTIPULAÇÃO DO QUANTITATIVO:

- 9.1. De início, cumpre destacar que a Coordenadoria de Usina de Asfalto - COUSA é responsável por planejar todas as ações voltadas à manutenção da malha viária asfaltada existente no Estado de Rondônia, como também é neste setor que ocorreu no ano de 2021 e está ocorrendo no ano de 2022, o planejamento, organização, fiscalização e o controle das ações do Programa de Governo, denominado "Tchau Poeira", que tem por escopo realizar em cada município várias ações de melhoria da trafegabilidade nas vias municipais nas áreas urbanas destes entes.
- 9.2. No Estado de Rondônia a malha viária encontra-se positivada no Decreto 22.474/17, tal norma estabelece uma quantidade de 4.981,09 Km, os quais compõem o Sistema Rodoviário Estadual de Rondônia - SRE, de competência do Estado de Rondônia através do DER. Por oportuno, a título de informação, existe uma proposta de estadualização de vários quilômetros de vias municipais que passarão a integrar a malha viária do Estado, aumentando o valor da malha viária para mais de 7.500 Km, o que refletirá uma demanda muito maior de manutenção para o DER, tal inclusão será feita através de novo Decreto que atualizará o Decreto 22.474/17, processo nº 0009.578768/2021-47, o andamento desta nova reformulação da norma encontra-se na Casa Civil, a qual aprovada, seguirá para que o chefe do Poder Executivo Estadual assine e dê publicidade à norma.
- 9.3. Além das metas elencadas no Plano Anual de Manutenção de Obras de Rodovias Pavimentadas no ano de 2022, que são de manter 1.502,59 km de estradas pavimentadas, o DER através da COUSA deve realizar, conforme Informação 111 (0029361487), com as suas 06 (seis) usinas, ramificadas em todo o Estado, juntamente com as usinas licitadas no PE 497/2021/ZETA/SUPEL/RO, o serviço de 203,70 km de ações de recapeamento, lançamento de 81,20 km microrrevestimento e 51,70 km de pavimentação nova, conforme metas do programa Tchau Poeira que são periodicamente encaminhadas para a Casa Civil.
- 9.4. Com isso, um dos critérios estabelecidos para estipular o quantitativo teve como referência a atual produtividade das usinas, que considerando o valor máximo de produção encontrado em uma das 06 (seis) usinas de asfalto, no período médio de 12 meses, o valor máximo encontrado foi de 60 toneladas/hora, em virtude da usinagem de concreto asfáltico ser influenciada por alguns fatores, tais como: capacidade de armazenamento de cimento asfáltico de petróleo, umidade dos agregados, número de caminhões basculantes, sendo que o número ideal para manter constante o lançamento da mistura asfáltica na pista depende da velocidade de produção da mistura asfáltica na usina, da distância de transporte, do tipo de tráfego no percurso e do tempo estimado para descarregamento.
- 9.5. Corroborando, a Distância Média de Transporte - DMT é a distância, em projeção horizontal, entre o centro de massa de uma camada do pavimento e o centro de massa da usina de asfalto que fornecerá material para a camada de execução. A DMT é utilizada para elaboração de quantitativos de pavimentação para orçamento ou pagamento do transporte dos materiais necessários à execução de uma camada do pavimento. Tal cálculo se dá:

$$\text{Distância Fixa (usina até o início do trecho a ser executado)} + \text{Distância Variável (trecho a ser executado)}/2$$

- 9.6. Considerando que a baixa produtividade das usinas de asfalto do DER acarreta em prejuízo ao erário público devido à paralisação das frentes de serviço, com maquinários parados e mão-de-obra ociosa, se faz necessário a estipulação de quantitativo de Registro de Preços para Eventuais e Futuras Aquisições do Serviço de Usinagem de Concreto Asfáltico (Faixa C), uma vez que o aumento da produção diária de concreto asfáltico está relacionado diretamente ao aumento da produtividade das frentes de serviço.
- 9.7. A memória de cálculo e as localidades para onde os serviços serão contemplados constam no Quadro Referência (0027808259) acostados nos autos, no qual foi adotada as rodovias com as maiores Distâncias Média de Transporte, em razão do dever da Contratada de adquirir todos os insumos necessários para a produção, fornecimento e entrega do Concreto asfáltico na faixa C, desfogando, assim, a frota de caminhões basculantes do DER.
- 9.8. Para tanto, na memória de cálculo da referida licitação constou o quantitativo de 525,29 km de recapeamento, bem como da estimativa da quilometragem por lote, que ficaria a encargo da contratada a produção do concreto asfáltico, restando para o DER a produção de concreto asfáltico

necessária para manter 977,30 km de rodovias pavimentadas. O quantitativo de 525,29 km foi estipulado para ser licitado em virtude de ser necessário 441.243,60 toneladas de CBUQ, e considerando a produção das usinas do DER de 60 t/h, é necessário 7.354,06 horas de serviço, que considerando 220 horas mensais, chegou-se em um quantitativo aproximado de 33 meses de trabalho. Insta salientar que as 220 horas por mês está de acordo com o artigo 7º, inciso XIII da CF, que consta a carga horária máxima de trabalho de 8hs/dia e 44 horas semanais (em meses com 5 semanas, calcula-se $44 \times 5 = 220$ horas). Logo, resta claro a necessidade da licitação do quantitativo encontrado, uma vez que apenas as usinas do DER não conseguem produzir a quantidade necessária para atender as demandas desta Autarquia.

10. DO CONTRATO E LOCAL DE APLICAÇÃO:

10.1. Nos termos do Art. 62, pará. 1º e 4º da Lei Federal Nº 8666/93 de 21.06.93, torna-se indispensável a elaboração de contrato, eis que o fornecimento se dará em parcelas e frações nos termos do peculiar interesse e necessidade da Administração Pública.

10.2. As aquisições dos produtos constantes do presente ocorrerão de acordo com as necessidades e conveniências deste DER-RO, e desde que exista o respectivo crédito orçamentário, mediante a emissão de Nota de Empenho.

10.3. A Contratada deve garantir frota para que seja entregue pelo menos 640 toneladas de concreto asfáltico por dia, no local indicado pela Contratante, visando manter a produção e aplicação da carga constantes e sem atrasos.

10.4. Os Concretos asfálticos na faixa C serão utilizados para serviços de conservação, restauração ou pavimentação nas vias de jurisdição estadual, deste DER-RO.

11. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

11.1. Os serviços de conservação, restauração ou pavimentação em Concreto asfáltico serão realizados por Administração Direta do DER-RO.

11.2. A CONTRATANTE é responsável pelo serviço de usinagem, incluso todo o custo operacional e insumos necessários para a confecção de Concreto asfáltico na Faixa C, segundo a norma 031 (DNIT-ES, 2006).

11.3. A CONTRATANTE é responsável pela manutenção, diesel, lona específica para concreto asfáltico e frota suficiente para que seja entregue 640 toneladas de concreto asfáltico por dia, no local indicado pela Contratante, visando manter a produção e aplicação da carga constantes e sem atrasos.

12. DO PRAZO DE ENTREGA:

12.1. A Contratada terá um prazo de até 05 (cinco) dias corridos, contados da data de recebimento da solicitação de material (ordem de fornecimento) emitida pelo DER/RO. Este prazo poderá ser ampliado em casos excepcionais, mediante justificativa, com concordância da Administração.

12.2. A entrega dos materiais se dará de forma parcelada, de acordo com os quantitativos solicitados por este Departamento, podendo variar com a necessidade de utilização da massa asfáltica de Concreto asfáltico na faixa C.

13. DO LOCAL DE INSTALAÇÃO E ENTREGA:

13.1. A contratada poderá se instalar nos seguinte municípios:

Lote 1: Município de Ariquemes, Município de Buritis ou Distrito de Cabajá.

Lote 2: Município de Jaru.

Lote 3: Município de Ji-Paraná.

Lote 4: Município de Cacoal.

Lote 5: Município de Rolim de Moura.

13.2. Os produtos desse termo de referência deverão ser entregues nas rodovias mencionadas no item 3, **ou em local designado pelo próprio DER-RO, para execução dos serviços de conservação, restauração ou pavimentação de outras rodovias além das mencionadas no item 3**, no horário das 08:00 às 17:00 horas, de segunda-feira à sexta-feira.

13.2.1. A entrega do objeto se realizará nas seguintes localidades:

Lote 1: O Concreto asfáltico na faixa C deverá ser entregue na RO-460 (ENTRONC. RO-421 / BURITIS), RO-459 (BR-364 / Alto Paraíso) e RO-459 (BR-364 / Rio Crespo). Horário de funcionamento: De segunda-feira a domingo, das 06h00min às 18h00min.

Lote 2: O Concreto asfáltico na faixa C deverá ser entregue na RO-463 (GOV. JORGE TEIXEIRA/BR-364), RO-464 (BR-364/THEOBRAMA), RO-133 (THEOBRAMA/5º BEC) e RO-470 (BR-364 / Mirante da Serra). Horário de funcionamento: De segunda-feira a domingo, das 06h00min às 18h00min.

Lote 3: O Concreto asfáltico na faixa C deverá ser entregue na RO-135 (JI-PARANA/NOVA LONDRINA), RO-479 (BR-364 / ESTRELA DE RONDÔNIA), RO-133 (RO-480 / NOVA COLINA) e RO-473 (BR-364 / Urupá). Horário de funcionamento: De segunda-feira a domingo, das 06h00min às 18h00min.

Lote 4: O Concreto asfáltico na faixa C deverá ser entregue na RO-383 (BR-364/NOVA ESTRELA), RO-387 (ENT. BR-364 / ESPIGÃO DO OESTE), RO-486 (Cacoal / RO-133) e RO-494 (Ent. RO-010 / Primavera de Rondônia).. Horário de funcionamento: De segunda-feira a domingo, das 06h00min às 18h00min.

Lote 5: O Concreto asfáltico na faixa C deverá ser entregue na RO-383 (ROLIM DE MOURA / ALTA FLORESTA DO OESTE) e na RO-481 (Nova Brasilândia / São Miguel).. Horário de funcionamento: De segunda-feira a domingo, das 06h00min às 18h00min.

13.2. Além da entrega no(s) local(s) designados pelo DER-RO, deverá a contratada também carregar e descarregar os produtos no local indicado por servidor, comprometendo-se, ainda, integralmente com eventuais danos ou quebras causadas aos mesmos;

13.3. A Contratada deve garantir frota para que seja entregue pelo menos 640 toneladas de concreto asfáltico por dia, no local indicado pela Contratante, visando manter a produção e aplicação da carga constantes e sem atrasos.

14. DO RECEBIMENTO:

14.1. O Concreto asfáltico na faixa C segundo a norma 031 (DNIT-ES, 2006) será recebido pela Comissão de Recebimento de Materiais, formada por dois ou mais servidores do órgão, nomeados pelo Diretor Geral para tal finalidade, sendo que esta Comissão deverá seguir o estabelecido nos Artigos de 73 a 76 da Lei Federal Nº. 8.666/93.

14.2. É de responsabilidade da CONTRATADA a entregar o Concreto asfáltico na faixa C de acordo com a norma 031 (DNIT-ES, 2006) e com o **tiquete de pesagem** no local indicado pela CONTRATANTE.

14.3. A CONTRATANTE informará o local de entrega (município/distrito) na Nota de Empenho.

14.4. Será recebido o objeto do presente contrato, PROVISORIAMENTE, no prazo de 48 horas (quarenta e oito) horas, nos termos do Art. 73, II, "a" e § 2º, para efeito de verificação da conformidade do material com a especificação exigida;

14.5. Será recebido o objeto do presente contrato, DEFINITIVAMENTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos termos do Art. 73, II, "b", para comprovação da qualidade e quantidade do material adquirido;

14.6. Se, após o recebimento provisório, for constatado que os materiais foram entregues de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, será interrompido o prazo de recebimento definitivo e suspenso o prazo de pagamento até que seja sanada a situação;

14.7. Realizada a entrega pela Contratada, a Contratante, por intermédio da Comissão de Recebimento, realizará no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, os exames necessários para aceitação/aprovação do(s) Produto(s) solicitado de modo a comprovar que o mesmo atende as especificações estabelecidas neste Termo de Referência;

14.8. Por ocasião da entrega, caso seja detectado que o (s) produto (s) solicitado(s) não atende(m) às especificações previamente definidas neste Termo de Referência, poderá a Administração rejeitá-lo, integralmente ou em parte, obrigando-se a contratada a providenciar a substituição do produto não aceito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos.

14.9. O(s) produto(s) que for(em) recusado(s) pela Contratante deverá ser substituído, automaticamente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados da data de recebimento da notificação, correndo por conta do fornecedor as despesas de devolução dos produtos recusados;

14.10. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do material, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo Instrumento Contratual;

14.11. A Contratada permitirá e oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização.

14.12. O Gestor ou fiscal do Contrato poderá exigir apresentação da documentação do veículo (CRLV), para fins de comprovação da propriedade do mesmo.

15. DO PAGAMENTO:

15.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária e depósito em conta bancária informada pela Contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da entrega, mediante apresentação da Nota Fiscal / Fatura devidamente certificada por meio de Relatório de Medição (Relatório de medição deverá conter informações do material recebido com registro fotográfico com data e hora do recebimento) emitido pela Comissão de Recebimento, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções vigentes;

15.1.1. As notas fiscais / faturas deverão ser emitidas em 02 (duas) e apresentadas à Contratante para certificação, devendo conter em seu corpo a descrição do objeto a indicação do número do contrato e da conta bancária da Contratada.

15.1.2. A(s) Nota(s) Fiscal(is) / Fatura(s) deverão, ainda, estar acompanhada(s), obrigatoriamente, das certidões que atestem a regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, ao recolhimento do FGTS e do INSS e aos Débitos Trabalhistas.

15.2. Em caso de atraso de pagamento, motivado exclusivamente pela Administração Contratante, o valor devido deverá ser acrescido de atualização monetária, à ser calculada entre a data limite prevista para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = N \times VP \times I$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da Parcela a ser paga

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$I = (TX/100) / 365$ I =

TX = Percentual atribuído ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA

15.3. Havendo erro ou irregularidade na Nota Fiscal / Fatura ou circunstancia que impeça a liquidação da despesa, àquela será devolvida à Contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, e o pagamento ficará pendente até que se providenciem as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou apresentação de novo documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

15.4. A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha à ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão;

15.5. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

16. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

16.1. Justificativa:

Tendo em vista que o processo em tela visa a à elaboração de ata de registro de preços, deixa-se de indicar, neste momento, a rubrica orçamentária pela qual será executada a despesa, o que será feito quando da efetivação da contratação.

A presente decisão está ancorada no Decreto Estadual N. 18.340/2013, art. 8º, §4º, no Acórdão 297/2011, do Plenário do Tribunal de Contas da União, e ainda Acórdão 8946/2012, bases jurídicas as quais colaciono abaixo:

1. DECRETO ESTADUAL N. 18.340/2013, art. 8º, §4º: "na licitação para registro de preços, não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil".

2. ACÓRDÃO 297/2011 - PLENÁRIO

"3.61 Tem-se, portanto, que, de fato, os instrumentos convocatórios não trazem definida a rubrica orçamentária pela qual será executada a despesa. Contudo, entendemos que, por se referirem a licitações com vistas à elaboração de atas de registro de preços, se mostra prescindível a presença de tal informação nos aludidos documentos.

3.62 Consoante afirmado anteriormente, o registro de preços dos bens/serviços de um determinado licitante não lhe garante que a contratação futura irá se concretizar, ou seja, não vincula a Administração a executar determinada despesa (art. 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93). Dessa forma, a indicação precisa da dotação orçamentária por meio da qual correrá a despesa deve ser feita quando da efetivação da contratação, e não na elaboração do edital.

Frise-se que nesse sentido é a doutrina do insigne Jorge Ulisses Jacoby Fernandes:

“Com a adoção do Sistema de Registro de Preços, a Administração deixa a proposta mais vantajosa previamente selecionada, ficando no aguardo da aprovação de recursos orçamentários e financeiros.

Não há necessidade de que o órgão tenha prévia dotação orçamentária porque o Sistema de Registro de Preços, ao contrário da licitação convencional, não obriga a Administração Pública face à expressa disposição legal nesse sentido.

No sistema convencional de licitação, a Administração tem que ter prévia dotação orçamentária, porque há um compromisso que só em caráter excepcional pode ser revogado e anulado (...).” (Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, Sistema de Registro de Preços e Pregão, Editora Fórum, 2003, p. 88)

VOTO DO MINISTRO RELATOR:

7. Mostrou-se ainda presente nos editais examinados a definição das estimativas a serem contratadas. Quanto à ausência de indicação de rubrica orçamentária para suportar as respectivas despesas e mesmo das localidades onde os serviços deverão ser executados, tem-se que essas especificações serão necessárias quando da efetiva contratação dos serviços, sendo, neste momento, prescindível.

Por essas razões, acolho integralmente o exame empreendido pela unidade técnica e VOTO por que seja adotado o Acórdão ora submetido à deliberação desse Colegiado.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 09 de fevereiro de 2011. JOSÉ JORGE

(Análise da Unidade Técnica, corroborada pelo Min. Relator, no ACÓRDÃO 297/2011 - PLENÁRIO)

3. “Na licitação para registro de preços, a indicação da dotação orçamentária é exigível apenas antes da assinatura do contrato”.

Acórdão 8946/2012-Segunda Câmara/TCU | Relator: ANDRÉ DE CARVALHO.

17. ESTIMATIVA DA DESPESA:

17.2 O valor total desta aquisição será de acordo com o Quadro Estimativo desenvolvido pela Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL.

18. DEVERES:

18.1. Da Contratada:

18.1.1. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas nos instrumentos convocatórios.

18.1.2. Não utilizar de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do que dispõe o artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal.

18.1.3. Responsabilizar-se pela fiel execução do objeto.

18.1.4. Entregar o objeto de acordo com as especificações constantes na proposta de preços, no prazo e local indicados na mesma.

18.1.5. Fazer acompanhar, quando da entrega do material, a respectiva nota fiscal, na qual deve haver referência ao processo e a respectiva nota de empenho da despesa, na qual deverá constar o objeto da presente contratação com seus valores correspondentes.

18.1.6. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto desta licitação em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação para tal.

18.1.7. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais, bem como pelos custos de frete e de tributos, resultantes da execução do contrato.

18.1.8. Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao DER ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, se for o caso, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

18.1.9. Comunicar ao órgão Contratante qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

18.1.10. Se responsabilizará por eventuais danos ou prejuízos causados direta ou indiretamente ao Estado ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo de seus representantes ou empregados na execução do futuro contrato;

18.1.11. Assumir todos e quaisquer ônus referentes a salário, horas extras, adicionais e demais encargos sociais relativos a seus empregados;

18.1.12. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação da licitação;

18.1.13. Entregar o (s) produto (s) dentro das especificações contidas no anexo I deste termo de referência, responsabilizando-se pela troca, em caso de danificação do material, independentemente do motivo alegado, conforme parecer técnico da Contratante;

18.1.14. A inobservância ao disposto do item anterior implicará o não pagamento à contratada, até a sua regularização;

18.1.15. Comunicar ao órgão solicitador no prazo máximo de 07 (sete) dias que antecedam o prazo de vencimento da entrega, os motivos que venham a impossibilitar o seu cumprimento;

18.1.16. A Contratada deverá entregar o Concreto Asfáltico dentro da FAIXA C em conformidade com a norma 031 (DNIT-ES, 2006), dentro das especificações contidas neste instrumento, inclusive apresentando os devidos ensaios de laboratório comprovando a qualidade do material, com isso deve ser realizado um **mínimo de 02 (dois) ensaios mensais e/ou a cada 400 toneladas do produto entregue**, a contratante poderá também solicitar ensaios a qualquer momento, para atestar a qualidade da massa asfáltica. A Contratada deve responsabilizar-se pela troca, em caso de anormalidade, desde que comprometa o uso do produto em questão, independentemente do motivo alegado, conforme parecer técnico do servidor encarregado do recebimento;

18.1.17. Todos os materiais utilizados na fabricação de Concreto Asfáltico (Insumos) devem ser examinados em laboratório, obedecendo a metodologia indicada pelo DNIT, com:

- Determinação de Viscosidade Saybolt Furol (NBR-14950);
- Determinação de Teor de betume em CAP (NBR-14855 ou DNER-ME 043);
- Determinação do Ponto de fulgor (NBR-11341);
- Determinação de Densidade Aparente (DNER-ME 117/94);
- Determinação do Índice de vazios (DNER-ME 043).

18.1.18. Deverá, na entrega do Concreto Asfáltico - faixa C, apresentar Laudo Técnico devidamente registrado no CREA/RO que comprove que foram realizados todos os ensaios em conformidade com as especificações anexas, podendo ser solicitada outras especificações técnicas que o DER/RO julgue necessário. O recebimento do lote fica condicionado, entre outros aspectos técnicos, a apresentação do Laudo;

18.1.19. Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao DER/RO ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos prepostos, se for o caso, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

- 18.1.20.** Realizar testes e corrigir defeitos nos materiais/bens, inclusive com a sua substituição quando necessário, sem ônus para a Contratante;
- 18.1.21.** A empresa deverá satisfazer às especificações em vigor, responsabilizando-se pela troca, em caso de anormalidade, desde que comprometa o uso do produto em questão, independentemente do motivo alegado, conforme parecer do servidor encarregado do recebimento.
- 18.1.22.** Reparar ou substituir às suas expensas no total ou em parte, os materiais em que se verificarem má qualidade, na forma do Art. 618, do Código Civil Brasileiro, sem ônus para o DER-RO. O produto ofertado deverá atender aos dispositivos da Lei nº. 8.078/90 (Código De Defesa do Consumidor) e as demais legislações pertinentes.
- 18.1.23.** Além da entrega no(s) local (s) designados pelo DER-RO, deverá a contratada carregar e descarregar os produtos no local indicado por servidor, comprometendo-se, ainda, integralmente com eventuais danos ou quebras causadas aos mesmos.
- 18.1.24.** Toda e qualquer entrega de produtos fora do estabelecido neste termo será imediatamente notificada à licitante vencedora que ficará obrigada a substituí-los, o que fará prontamente, ficando entendido que correrão por sua conta e risco tais substituições, sendo aplicadas também, as sanções previstas neste termo.
- 18.1.25.** Realizar testes e corrigir defeitos nos materiais, inclusive com a sua substituição quando necessário, sem ônus para a Contratante.
- 18.1.26.** Para tramitação da medição e pagamento das faturas serão exigidos os documentos e informações, conforme o que se segue:
- a) Nota Fiscal;
 - b) Certidão negativa da Fazenda Estadual;
 - c) Certidão negativa da Receita Federal;
 - d) Certidão da Dívida Ativa da União;
 - e) Certidão negativa do INSS;
 - f) Certidão negativa municipal;
 - g) Certidão de Regularidade do FGTS;
 - h) Guia GPS INSS (original / autenticada);
 - i) Guia GFIP INSS (original / autenticada);
 - j) Certidão Negativa de Débitos Fiscais Trabalhistas – CNDT.
- 18.1.27. A Contratada deverá apresentar, no momento da assinatura do contrato:**
- a) Certificado de Regularidade-CR, emitido pelo IBAMA;
 - b) Certidão Negativa de Débito, emitida pelo IBAMA;
 - c) Licença Ambiental de Operação, emitida por órgão ambiental;
 - d) Composição de custo unitário de Usinagem de concreto asfáltico - faixa C e de Transporte com caminhão basculante;
 - e) Ensaio laboratoriais comprovando o traço da composição unitária de Usinagem de concreto asfáltico dentro faixa C.
- 18.1.28.** Retirar a Nota de Empenho e assinar Termo Contratual ou instrumento equivalente junto ao Contratante no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da ciência da convocação.
- 18.1.29.** Realizar cadastro no sistema SEI, bem como manter suas informações atualizadas até o término de suas obrigações.
- 18.1.30.** A Contratada é responsável pela segurança do transporte dos materiais até o local da entrega, somente se desincumbindo desse ônus com o recebimento provisório dos materiais.
- 18.1.31.** A Contratada possui obrigação de aceitar supressões até 25% (vinte e cinco por cento) propostos pela Contratante, conforme previsto no art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93, ficando os acréscimos vedados conforme § 1º, art. 15, do Decreto Estadual n. 18.340/13 (*Redação do parágrafo dada pelo Decreto n. 24.082 de 22/07/2019*).
- 18.1.32.** A Contratada deverá garantir que a Usina de Asfalto tenha como requisito mínimo de 80 t/h (toneladas/hora) e que a mesma se encontre em boas condições.
- 18.1.33.** É dever da Contratada efetuar periodicamente as manutenções da Usina de Asfalto.
- 18.1.34. É dever da contratada fornecer o serviço de pesagem através de** balança rodoviária, com certificado de verificação e aprovação do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços junto ao INMETRO e IPEM-RO, e com suas revisões realizadas e certificadas sendo obrigatoriamente necessário o devido funcionamento para liberação da Massa Asfáltica.
- 18.1.35.** A pesagem do carregamento de cada caminhão deverá efetuada na presença de um servidor indicado pela Contratante, podendo ser membro da Comissão de Fiscalização, o qual incumbirá de conferir e certificar o ticket de balança.
- 18.1.36.** O carregamento dos caminhões, a critério da Contratante, poderá ocorrer nos seguintes turnos **06:00 às 18:00 de segunda-feira a domingo.**
- 18.1.37.** É dever da CONTRATADA efetuar a pesagem do Concreto asfáltico (Faixa C) para e entregar o **ticket de pesagem** no local indicado pela CONTRATANTE.
- 18.1.38.** A contratada deverá comprovar frota própria de no mínimo de 05 caminhões basculantes para transportar o total do volume de concreto asfáltico contratado pela Ata de Registro de Preço.
- 18.1.39.** Antes da assinatura do contrato, a contratada deverá informar o nome do seu representante, caso utilize de instrumento de procuração para representar a empresa.
- 18.1.40.** Havendo subcontratação, a contratada deverá apresentar cópia do Contrato junto a Contratante antes de iniciar os serviços.
- 18.1.41.** A Contratada responderá por todos os acidentes de trânsito em que se envolverem veículos próprios ou de seus subcontratados.
- 18.1.42.** A Contratada deverá observar as leis de segurança do trânsito para efetivação dos transportes, condições de segurança dos veículos, sinalização adequada nos locais de saída e chegada dos caminhões.
- 18.1.43.** É de responsabilidade da Contratada o combustível e a manutenção dos caminhões basculantes e da usina de asfalto.
- 18.1.44.** É de responsabilidade da Contratada o fornecimento de equipamento de proteção individual e alimentação do motorista, bem como das possíveis estadias.
- 18.1.45.** A Contratada deverá garantir que os caminhões basculantes e a usina de asfalto estejam em condições de uso.
- 18.1.46.** Prestar à CONTRATANTE qualquer informação sobre o objeto a ser adquirido, sobretudo qualquer dificuldade encontrada na entrega do objeto.

18.1.47. A execução do objeto contratado não esgota a responsabilidade da contratada quanto a eventuais quebras ou avarias que deverão corrigidas de imediato.

18.1.48. Levar, imediatamente ao conhecimento da fiscalização do contratante qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços, para adoção das medidas cabíveis, bem como, comunicar por escrito e de forma detalhada, todo tipo de acidente que eventualmente venha a ocorrer.

18.1.49. Diligenciar para que seus empregados prepostos tratem o pessoal do contratante com atenção e urbanidade.

18.1.50. Indicar e manter, durante o cumprimento do contrato, funcionário da empresa com poderes para resolver quaisquer adversidades referentes a obrigações contratuais para atuar como preposto, mantendo atualizado o seu telefone de contato.

18.1.51. No momento da apresentação dos caminhões basculantes apropriados para o descarregamento de concreto asfáltico na vibro acabadora, disponibilizar cópia do Documento de Propriedade e habilitação do motorista/operador (indicando estar em dia e quite com todas as suas obrigações) para cadastro. Na hipótese de não ser a proprietária dos caminhões basculantes, a CONTRATADA deverá apresentar a documentação que comprove o vínculo formal da CONTRATADA com o proprietário dos caminhões basculantes, de modo a demonstrar a disponibilidade dos caminhões basculantes.

18.1.52. Iniciar a efetiva prestação de serviços após a emissão, pelo Diretor Geral do DER-RO, da "Ordem de Início dos Serviços"; quanto a paralização dos mesmos, a contratada deverá ser notificada 30 (trinta) dias antes, tendo ciência da "Ordem de Paralização dos Serviços".

18.1.53. Apresentar a usina de asfalto e os caminhões basculantes em conformidade nos locais de serviço determinados pela fiscalização do DER-RO, em condições de iniciar a execução dos serviços. Para isto, todos os procedimentos relativos à manutenção preventiva, limpeza e outras verificações da usina e dos caminhões basculantes deverão ser previamente realizados.

18.1.54. Manter, durante a execução do serviço, apoio de manutenção em problemas mecânicos, elétricos, eletrônicos, hidráulicos e borracharia; mantendo os equipamentos em bom estado de conservação.

18.1.55. Comunicar com antecedência ou imediatamente à fiscalização do DER-RO a substituição dos caminhões basculantes e motoristas que se fizer necessário.

18.1.56. Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais ao patrimônio público ou privado, bem como danos ambientais ocasionados por seus funcionários ou equipamentos durante a execução dos serviços.

18.1.57. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes do contrato.

18.1.58. Manter motoristas habilitados e capacitados para a condução das unidades, conforme a legislação pertinente; neste caso a contratada apresentará mensalmente junto às medições, documento atestado pelo titular da contratada indicando a legitimidade dos seus operadores e motoristas.

18.1.59. Fornecer e exigir o uso de uniformes com timbre da contratada incluindo em seu *slogan* a escrita (A SERVIÇO DO DER/RO) e Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) para os seus funcionários, conforme legislação pertinente; neste caso a contratada apresentará mensalmente junto às medições, cópia das fichas de EPI'S contendo a assinatura de seus funcionários.

18.1.60. Manter em dia todas as suas obrigações com terceiros, em especial as sociais, trabalhistas, previdenciárias, tributárias e comerciais, bem como assumir inteira responsabilidade pelo cumprimento destas obrigações.

18.1.61. Apresentar, durante a execução do contrato, quando solicitado, os documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial quanto aos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários e comerciais.

18.1.62. Cumprir todas as disposições legais em vigor e, em especial, as pertinentes à segurança do trabalho as quais estão sujeitos os contratos de trabalho regidos pela CLT, pela Lei nº 6.514, de 22/12/77, pela Portaria nº 3.214, de 08/06/78 do Ministério do Trabalho e Emprego, e demais normas pertinentes à matéria, independente do seu quadro de pessoal enquadrar-se nesta situação.

18.1.63. É dever da contratada entregar o concreto asfáltico na faixa C nas rodovias mencionadas no item 3, ou em local designado pelo próprio DER-RO, para execução dos serviços de conservação, restauração ou pavimentação de outras rodovias além das mencionadas no item 3.

18.1.64. É dever da Contratada a aquisição de todos os insumos necessários para a produção, fornecimento e entrega do Concreto asfáltico na faixa C segundo a norma 031 (DNIT-ES, 2006), como agregado graduado, material de enchimento (*filer*) se necessário e cimento asfáltico de petróleo.

18.2. Da Contratante:

18.2.1. Realizar os pagamentos nos prazos e condições estabelecidos no item 15 deste instrumento;

18.2.2. Prestar informações indispensáveis a regular execução do contrato e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

18.2.3. Realizar a fiscalização e o gerenciamento da entrega do objeto;

18.2.4. Registrar os defeitos, as falhas e as imperfeições detectadas e comunicar à Contratada;

18.2.5. Remeter à Contratada a expedição da Ordem de Fornecimento para que se efetue seu recebimento no prazo estipulado;

18.2.6. Zelar pela preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

19. SANÇÕES:

19.1. Pela Inexecução total ou parcial do objeto, o DER-RO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada as seguintes sanções:

19.1.1. Advertência, que será aplicada por meio de notificação, estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa contratada apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da Administração;

19.1.2. Multa moratória correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso no cumprimento das obrigações assumidas, até a data do efetivo adimplemento, observado o limite de 10 (dez) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso;

19.1.2.1. A multa moratória será aplicada a partir do 1º dia útil da inadimplência, contado da data definida para o regular cumprimento da obrigação;

19.1.3. Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso na assinatura do instrumento contratual ou no recebimento da Ordem de Fornecimento ou da Nota de Empenho, observado o limite de 10 (dez) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total do contrato, salvo no caso de justificativa aceita pela Administração;

19.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa injustificada em assinar o contrato, em aceitar ou retirar o instrumento equivalente (nota de empenho), ou em receber a Ordem de Fornecimento, caso em que será caracterizada a inexecução total do contrato, salvo no caso de justificativa aceita pela Administração;

19.1.5. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do produto não entregue, no caso de inexecução parcial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao DER/RO pela execução parcial do contrato;

19.1.6. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de sua inexecução total, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao DER/RO;

19.1.7. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do produto não entregue, pela recusa injustificada na substituição de material defeituoso no prazo estabelecido neste Termo de Referência;

19.1.8. Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do produto não entregue, por dia de atraso na substituição do material defeituoso, observado o limite de 10 (dez) dias corridos, após o qual será considerada a inexecução parcial do contrato, salvo em caso de justificativa aceita pela administração;

19.2. A multa prevista nos subitens **19.1.2**, **19.1.3** e **19.1.8** poderão ser aplicadas isoladas ou em conjunto com as previstas nos subitens **19.1.5** e **19.1.6**;

19.3. As multas eventualmente impostas à Contratada serão descontadas dos pagamentos a que fizer jus, acrescidas de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a Contratada não tenha nenhum valor a receber do Contratante, ser-lhe-á concedido o prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, os dados da Contratada serão encaminhados ao órgão competente para inscrição em dívida ativa.

19.4. O convocado que, dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, e será descredenciado do Sistema de Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no presente instrumento e das demais cominações legais.

19.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no cadastro estadual de fornecedores impedidos de licitar, e no caso de suspensão de licitar, a empresa contratada deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas das demais cominações legais.

20. EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO:

20.1. REGULARIDADE FISCAL:

a) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

b) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Federal (da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional), admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

c) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

c.1) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto. O licitante deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

d) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

e) Certidão de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

f) Certidão de Regularidade de Débito - CND, relativa às Contribuições Sociais fornecida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

20.2. RELATIVOS À REGULARIDADE TRABALHISTA:

a) Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

20.3. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldomicroempreendedor.gov.br/>, podendo ser substituída por outro documento que comprove o atual enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, tendo em vista a desburocratização e simplificação da função administrativa do Estado;

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

e) No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI, podendo ser substituída por outro documento que comprove o atual enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, tendo em vista a desburocratização e simplificação da função administrativa do Estado;

f) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

g) No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 7.775, de 2012.

h) No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

i) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

j) Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

H) Para fins de habilitação jurídica nas licitações, faz-se necessária a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas no contrato social das empresas licitantes - Acórdão 642/2014.

20.4. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão Negativa de Recuperação Judicial – Lei nº. 11.101/05 (recuperação judicial, extrajudicial e falência) emitida pelo órgão competente, expedida nos últimos 90 (noventa) dias caso não conste o prazo de validade.

a.1). Na hipótese de apresentação de Certidão Positiva de recuperação judicial, o (a) Pregoeiro verificará se a licitante teve seu plano de recuperação judicial homologado pelo juízo, conforme determina o art. 58 da Lei 11.101/2005.

a.2) Caso a empresa licitante não obteve acolhimento judicial do seu plano de recuperação judicial, a licitante será inabilitada, uma vez que não há demonstração de viabilidade econômica

b) Balanço Patrimonial, referente ao último exercício financeiro, ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado nos órgãos competentes, para que o Pregoeiro possa aferir se esta possui Patrimônio Líquido (licitantes constituídas a mais de um ano) ou Capital Social (licitantes constituídas a menos de um ano), de no mínimo **5% (cinco por cento)** do valor estimado para o item/lote no qual estiver participando.

b.1) no caso do licitante classificado em mais de um item/lote, o aferimento do cumprimento da disposição acima levará em consideração a soma de todos os valores referencias;

b.2) caso seja constatada a insuficiência de patrimônio líquido ou capital social para a integralidade dos itens/lotos em que o licitante estiver classificado, o Pregoeiro o convocará para que decida sobre a desistência do(s) item(ns)/lote(s) até o devido enquadramento a regra acima disposta;

b.3) as regras descritas nos itens b.1 e b.2 deverão ser observadas em caso de ulterior classificação de licitante que já se consagrou classificado em outro item(ns)/lote(s).

20.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - CONTRATAÇÃO POR LOTE:

20.5.1. As exigências de qualificação técnica se darão na forma da ORIENTAÇÃO TÉCNICA Nº 001/2017/GAB/SUPEL, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2017, e alterações, da seguinte forma:

20.5.2. Para os lotes, cujos valores não ultrapassarem R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será aplicado o art. 4º, I, Orientação Técnica nº 01/2017/GAB/SUPEL, ou seja, deverão os licitantes apresentar atestado de capacidade técnica que comprove a execução de serviços compatíveis em CARACTERÍSTICA com a parcela de maior relevância do lote para o qual apresentar proposta.

20.5.3. Para os lotes, cujos valores estiverem fixados entre R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) à R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), será aplicado o art. 4º, II, Orientação Técnica nº 01/2017/GAB/SUPEL, ou seja, deverão os licitantes apresentar atestado de capacidade técnica que comprove a execução de serviços compatíveis em CARACTERÍSTICA E QUANTIDADE com a parcela de maior relevância do lote para o qual apresentar proposta.

20.5.4. Para os lotes, cujos valores estiverem acima do patamar de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil), será aplicado o art. 4º, III, Orientação Técnica nº 01/2017/GAB/SUPEL, ou seja, deverão os licitantes apresentar atestado de capacidade técnica que comprove a execução de serviços compatíveis em CARACTERÍSTICA, QUANTIDADE e PRAZO com a parcela de maior relevância do lote para o qual apresentar proposta.

20.5.5. A comprovação de compatibilidade em CARACTERÍSTICA se dará por meio da apresentação de atestado de capacidade técnica que evidencie que o licitante já prestou serviço assemelhado com a parcela de maior relevância do lote para o qual apresentar proposta.

20.5.6. A comprovação de QUANTIDADE se dará por meio da apresentação de atestado de capacidade técnica que evidencie que o licitante já prestou serviço assemelhado com a parcela de maior relevância do lote para o qual apresentar proposta no patamar mínimo de **10%**.

20.5.7. A comprovação de PRAZO se dará por meio da apresentação de atestado de capacidade técnica que evidencie que o licitante já prestou serviço assemelhado com a parcela de maior relevância do lote para o qual apresentar proposta por, no mínimo, de **3 meses**.

20.5.8. PARCELA DE MAIOR RELEVÂNCIA: a parcela de maior relevância e valor significativo dos lotes desta licitação ficam determinadas na forma abaixo:

a) No Lote 01: o item 1.1 - Aquisição do Serviço de Usinagem de Concreto asfáltico na faixa C segundo a norma 031 (DNIT-ES, 2006).

É dever da Contratada a aquisição de todos os insumos necessários para a produção, fornecimento e entrega do Concreto asfáltico na faixa C segundo a norma 031 (DNIT-ES, 2006), como agregado graduado, material de enchimento (*filler*) se necessário e cimento asfáltico de petróleo.

A Contratada deverá garantir que a Usina de Asfalto tenha como requisito mínimo de 80 t/h (toneladas/hora) e que a mesma se encontre em boas condições.

É de responsabilidade da Contratada o combustível e a manutenção da usina de asfalto.

A Contratada deve apresentar a usina de asfalto em conformidade nos locais de serviço determinados pela fiscalização do DER-RO, em condições de iniciar a execução dos serviços. Para isto, todos os procedimentos relativos à manutenção preventiva, limpeza e outras verificações da usina e deverão ser previamente realizados.

A Contratada deve manter, durante a execução do serviço, apoio de manutenção em problemas mecânicos, elétricos, eletrônicos, hidráulicos e borracharia; mantendo os equipamentos em bom estado de conservação.

É dever da contratada entregar o concreto asfáltico na faixa C nas rodovias mencionadas no item 1.2, ou em local designado pelo próprio DER-RO, para execução dos serviços de conservação, restauração ou pavimentação de outras rodovias além das mencionadas.

b) No Lote 02: o item 2.1 - Aquisição do Serviço de Usinagem de Concreto asfáltico na faixa C segundo a norma 031 (DNIT-ES, 2006).

É dever da Contratada a aquisição de todos os insumos necessários para a produção, fornecimento e entrega do Concreto asfáltico na faixa C segundo a norma 031 (DNIT-ES, 2006), como agregado graduado, material de enchimento (*filler*) se necessário e cimento asfáltico de petróleo.

A Contratada deverá garantir que a Usina de Asfalto tenha como requisito mínimo de 80 t/h (toneladas/hora) e que a mesma se encontre em boas condições.

É de responsabilidade da Contratada o combustível e a manutenção da usina de asfalto.

A Contratada deve apresentar a usina de asfalto em conformidade nos locais de serviço determinados pela fiscalização do DER-RO, em condições de iniciar a execução dos serviços. Para isto, todos os procedimentos relativos à manutenção preventiva, limpeza e outras verificações da usina e deverão ser previamente realizados.

A Contratada deve manter, durante a execução do serviço, apoio de manutenção em problemas mecânicos, elétricos, eletrônicos, hidráulicos e borracharia; mantendo os equipamentos em bom estado de conservação.

É dever da contratada entregar o concreto asfáltico na faixa C nas rodovias mencionadas no item 2.2, ou em local designado pelo próprio DER-RO, para execução dos serviços de conservação, restauração ou pavimentação de outras rodovias além das mencionadas.

c) No Lote 03: o item 3.1 - Aquisição do Serviço de Usinagem de Concreto asfáltico na faixa C segundo a norma 031 (DNIT-ES, 2006).

É dever da Contratada a aquisição de todos os insumos necessários para a produção, fornecimento e entrega do Concreto asfáltico na faixa C segundo a norma 031 (DNIT-ES, 2006), como agregado graduado, material de enchimento (*filer*) se necessário e cimento asfáltico de petróleo.

A Contratada deverá garantir que a Usina de Asfalto tenha como requisito mínimo de 80 t/h (toneladas/hora) e que a mesma se encontre em boas condições.

É de responsabilidade da Contratada o combustível e a manutenção da usina de asfalto.

A Contratada deve apresentar a usina de asfalto em conformidade nos locais de serviço determinados pela fiscalização do DER-RO, em condições de iniciar a execução dos serviços. Para isto, todos os procedimentos relativos à manutenção preventiva, limpeza e outras verificações da usina e deverão ser previamente realizados.

A Contratada deve manter, durante a execução do serviço, apoio de manutenção em problemas mecânicos, elétricos, eletrônicos, hidráulicos e borracharia; mantendo os equipamentos em bom estado de conservação.

É dever da contratada entregar o concreto asfáltico na faixa C nas rodovias mencionadas no item 3.2, ou em local designado pelo próprio DER-RO, para execução dos serviços de conservação, restauração ou pavimentação de outras rodovias além das mencionadas.

d) No Lote 03: o item 4.1 - Aquisição do Serviço de Usinagem de Concreto asfáltico na faixa C segundo a norma 031 (DNIT-ES, 2006).

É dever da Contratada a aquisição de todos os insumos necessários para a produção, fornecimento e entrega do Concreto asfáltico na faixa C segundo a norma 031 (DNIT-ES, 2006), como agregado graduado, material de enchimento (*filer*) se necessário e cimento asfáltico de petróleo.

A Contratada deverá garantir que a Usina de Asfalto tenha como requisito mínimo de 80 t/h (toneladas/hora) e que a mesma se encontre em boas condições.

É de responsabilidade da Contratada o combustível e a manutenção da usina de asfalto.

A Contratada deve apresentar a usina de asfalto em conformidade nos locais de serviço determinados pela fiscalização do DER-RO, em condições de iniciar a execução dos serviços. Para isto, todos os procedimentos relativos à manutenção preventiva, limpeza e outras verificações da usina e deverão ser previamente realizados.

A Contratada deve manter, durante a execução do serviço, apoio de manutenção em problemas mecânicos, elétricos, eletrônicos, hidráulicos e borracharia; mantendo os equipamentos em bom estado de conservação.

É dever da contratada entregar o concreto asfáltico na faixa C nas rodovias mencionadas no item 4.2, ou em local designado pelo próprio DER-RO, para execução dos serviços de conservação, restauração ou pavimentação de outras rodovias além das mencionadas.

e) No Lote 03: o item 5.1 - Aquisição do Serviço de Usinagem de Concreto asfáltico na faixa C segundo a norma 031 (DNIT-ES, 2006).

É dever da Contratada a aquisição de todos os insumos necessários para a produção, fornecimento e entrega do Concreto asfáltico na faixa C segundo a norma 031 (DNIT-ES, 2006), como agregado graduado, material de enchimento (*filer*) se necessário e cimento asfáltico de petróleo.

A Contratada deverá garantir que a Usina de Asfalto tenha como requisito mínimo de 80 t/h (toneladas/hora) e que a mesma se encontre em boas condições.

É de responsabilidade da Contratada o combustível e a manutenção da usina de asfalto.

A Contratada deve apresentar a usina de asfalto em conformidade nos locais de serviço determinados pela fiscalização do DER-RO, em condições de iniciar a execução dos serviços. Para isto, todos os procedimentos relativos à manutenção preventiva, limpeza e outras verificações da usina e deverão ser previamente realizados.

A Contratada deve manter, durante a execução do serviço, apoio de manutenção em problemas mecânicos, elétricos, eletrônicos, hidráulicos e borracharia; mantendo os equipamentos em bom estado de conservação.

É dever da contratada entregar o concreto asfáltico na faixa C nas rodovias mencionadas no item 5.2, ou em local designado pelo próprio DER-RO, para execução dos serviços de conservação, restauração ou pavimentação de outras rodovias além das mencionadas.

21. DA VIGÊNCIA:

21.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preço será de doze meses, contados à partir da publicação da Ata no Diário Oficial do Estado de Rondônia;

21.2. A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos instrumentos convocatórios, conforme as disposições contidas no art. 57 da Lei Federal Nº 8.666/93.

22. DA GARANTIA:

22.1. Os produtos ofertados deverão atender aos dispositivos da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.

23. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

23.1. Além daqueles elencados no Item 01 objeto deste Termo, fundamentamos a adoção do Sistema de Registro de Preços para esta aquisição no Inciso II do Art. 3º do Decreto nº 18.340 de 06/11/2013 "*quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas, objetivando a adequação do estoque mínimo e máximo, ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa*", pois itens registrados serão adquiridos de forma parcelada atendendo as necessidades mais prementes das Residências Regionais, Usinas, Coordenadoria de Ações Urbanísticas e Sede deste DER/RO, nas quantidades máximas estimadas conforme Item 02 do Termo de Referência.

23.2. Este Termo de Referência encontra-se fundamentado ainda com os seguintes dispositivos: Decreto Federal n. 10.024 de 20 de setembro de 2019, Artigo 15, inciso II, §§ 1º a 6º da Lei 8.666/1993 e Artigo 11 da Lei 10.520/2002.

24. DA ADESÃO AO REGISTRO DE PREÇOS:

24.1. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades que não tenham participado do certame poderá ser efetivada em conformidade com o disposto no item II do Parecer Prévio 7/2014 – TCE/RO - PLENO.

25. DA SUBCONTRATAÇÃO:

25.1. Será permitido **20%** da subcontratação do item **1.2, 2.2, 3.2, 4.2 e 5.2 para cada lote**, indo de acordo com art. 72 da Lei 8.666/93, que determina que "o contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, **poderá** subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração."

25.2. Dentre as principais razões que justificam a subcontratação é a rejeição de cargas de mistura asfáltica transportadas para a obra, ressalta-se:

25.2.1. Temperatura baixa – a mistura asfáltica apresenta aspecto endurecido ou recobrimento irregular das partículas maiores do agregado. A temperatura deve ser verificada imediatamente e se for menor que os limites especificados a carga deve ser rejeitada;

25.2.2. As misturas asfálticas são levadas ao local de execução do pavimento por meio de caminhões transportadores geralmente com balsa traseira. O número de caminhões necessário é determinado por alguns fatores tais como: a velocidade de produção da mistura asfáltica na usina; a distância de transporte; o tipo de tráfego no percurso e o tempo estimado para descarregamento. O número de caminhões necessários para manter constante o lançamento da mistura asfáltica na pista pode ser estimado considerando-se o tempo de ida e volta dividido pelo tempo de carregamento de cada caminhão.

25.2.3. O caminhão basculante carregado deve estar coberto com lona térmica, com tamanho suficiente para proteger a mistura, sobrepassando a caçamba nas laterais e na traseira. Deve estar bem fixada na dianteira para não permitir a entrada de ar entre a cobertura e a mistura asfáltica.

25.2.4. A Contratada deve garantir frota para que seja entregue pelo menos 640 toneladas de concreto asfáltico por dia, no local indicado pela Contratante, visando manter a produção e aplicação da carga constantes e sem atrasos.

25.2.5. O peso específico do concreto asfáltico na faixa C é considerado: 2,4 t/m³.

26. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO:

26.1. Fica vedada a participação de empresas sob a forma de consórcio, tendo em vista o objeto da licitação não ser de grande porte, execução técnica complexa, e tampouco operacionalmente inviável de ser executado por apenas uma empresa, portanto, não é o caso da aplicação do art. 33, da Lei Federal N. 8.666/93.

26.2. A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos mínimo de habilitação do edital.

27. DA UTILIZAÇÃO DA ATA E DO FORNECIMENTO ADICIONAL “CARONAS”:

27.1. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão da Administração Direta e Indireta, inclusive autarquias e fundações do GOVERNO DE RONDÔNIA, ou qualquer outro Órgão tanto da Esfera Estadual, quanto Municipal, mediante consulta ao órgão gerenciador nos termos do Decreto Estadual 18.340/2013;

27.1.1. A utilização da Ata nos termos do subitem 27.1 somente poderá ser efetivada em conformidade com o disposto no item II do Parecer Prévio 7/2014 - TCE/RO – PLENO;

27.2. É facultada aos órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais a adesão a ata de registro de preços da Administração Pública Estadual;

27.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

27.4. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

27.5. As adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem;

27.6. Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.

28. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

28.1. De acordo com artigo 21 e 22 do Decreto Estadual 18.340/2013 os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do artigo 65 da Lei 8.666/93.

28.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

28.3. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

28.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

28.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

28.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação de penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes;

28.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

28.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder a revogação do item da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

29. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

29.1. O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

29.2. A Contratante poderá modificar unilateralmente o contrato para melhor adequá-lo às finalidades de interesse de qualquer dos órgãos beneficiados pela contratação, respeitados os direitos da Contratada, conforme o art. 58, inciso I e o art. 65, inciso I todos da Lei Nº. 8.666/93;

30. DO ACOMPANHAMENTO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

30.1. Conforme art. 67 da Lei 8666/93, a Gestão e Fiscalização do Contrato será exercida por servidores do DER-RO especialmente designados, demandantes através de Ordem de Fornecimento.

30.2. A Gestão e fiscalização exercida pelo Gestor e/ou Fiscal do Contrato, ou outro servidor designado, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

30.3. O Gestor e o Fiscal do Contrato oriundo deste Termo de Referência poderá ser localizado no prédio sede do DER-RO, Avenida Farquar, 2986 – Complexo Administrativo Palácio Rio Madeira – Anexo Rio Jamari (Curvo C) – 5º Andar – Bairro Pedrinhas – Cep: 76801-470 - Porto Velho - RO, fone (69) 3216-5904.

30.4. O Gestor e o Fiscal do Contrato terá como responsabilidade o controle e o acompanhamento da entrega dos materiais envolvidos no objeto contratual, com autoridade para exercer, como representante da Administração do Ente, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da entrega dos materiais.

30.5. O Gestor do Contrato terá as seguintes atribuições:

30.5.1. Verificar a entrega dos materiais, objetivando garantir sua qualidade e conformidade com o objeto do Contrato;

30.5.2. Manter organizado e atualizado um sistema de controle sobre entrega dos materiais, acompanhando toda a entrega do mesmo;

30.5.3. Atestar e encaminhar a nota fiscal ao Setor competente para autorização do pagamento;

30.5.4. Exigir da Contratada a substituição dos materiais com erros ou imperfeições;

30.5.5. Manter organizado e atualizado diário de acompanhamento do objeto do Contrato;

30.5.6. Informar à Contratada sobre quaisquer irregularidades apresentadas na entrega dos materiais do contrato;

30.5.7. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa entregar o objeto do Contrato, dentro das normas do contrato;

30.5.8. Prestar aos funcionários da Contratada todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados;

30.5.9. Acompanhar, fiscalizar e avaliar a entrega do objeto do contrato;

30.5.10. Comunicar ao representante da contratada sobre descumprimento do contrato e indicar os procedimentos necessários ao seu correto cumprimento;

30.5.11. Solicitar à Administração a aplicação de penalidades por descumprimento de cláusula contratual.

30.6. Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela entrega do objeto contemplados no Termo de Contrato, o DER-RO reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre a contratação, direta ou indiretamente, podendo para isso.

30.7. Solicitar da Contratada, ou obter do DER-RO, tempestivamente, todas as providências necessárias a entrega do bem do objeto em Contrato.

30.8. Fiscalizar o cumprimento das obrigações e encargos sociais pela Contratada, no que se refere ao objeto do Contrato.

30.9. Na gestão e fiscalização e acompanhamento a entrega do objeto contratual, o fiscal do contrato atenderá as disposições constantes da Lei 8.666/93.

30.10. Realizar o recebimento provisório e o recebimento definitivo mediante a elaboração dos seus respectivos termos circunstanciados;

30.11. Acompanhar e controlar o saldo do empenho, de modo a facilitar o acompanhamento das despesas;

30.12. Encaminhar a documentação pertinente aos demais setores responsáveis pela formalização dos procedimentos contratuais, como notificações, pagamentos, prorrogações, alterações, reequilíbrio, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros;

30.13. Verificar e conferir aspectos relacionados a conformidade, regularidade e legalidade dos atos e procedimentos contratuais e principalmente para legitimar a fiscalização e a liquidação dos pagamentos devidos ao contratado, e ainda, para orientar as autoridades competentes para adotar medidas necessárias que extrapolem a competência da gestão do contrato, quando for o caso de aplicação de sanções, rescisões contratuais e outras ações relacionadas;

30.14. Tratar com o preposto da contratada, para exigir o cumprimento do contrato, e ainda, para sugerir eventuais alterações que possam melhorar a execução contratual; Assim como sobre assuntos que extrapolem a competência da fiscalização do objeto, principalmente quanto à documentação e sua respectiva formalização, quando for o caso de garantias contratuais; da publicação dos extratos; da verificação da manutenção das condições de habilitação; da documentação para fins de pagamento, especialmente quanto aos comprovantes de pagamentos de salários de funcionários, taxas, impostos e outros; certificar as certidões apresentadas pela contratada; entre outras providências relacionadas;

30.15. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

31. DO REAJUSTE:

31.1. O reajuste em sentido estrito, espécie de reajuste nos contratos de obra, fornecimento ou serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra, consiste na aplicação de índice de correção monetária estabelecido no contrato, que retratará a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, de acordo com o art. 4º, §1º ao 3º a Lei nº25.892/21.

31.2. O pedido de reajuste deverá ser apresentado pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do fato gerador de seu direito, de acordo com o art. 15, §2º ao §7º da Lei nº25.892/21.

31.3. Observando-se o Art. 23-B:

Art. 23-B. Os preços registrados serão mantidos inalterados por todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços - ARP, admitida sua revisão, para majorar ou minorar os preços registrados, em casos excepcionais, nas hipóteses legais e considerando os preços vigentes de mercado. (Artigo acrescido pelo Decreto nº 25.969, de 7/4/2021)

§ 1º. A revisão de preços prevista no caput precederá de requerimento: (Parágrafo acrescido pelo Decreto nº 25.969, de 7/4/2021)

I - do detentor da ata, que deverá fazê-la antes do pedido de fornecimento e, instruindo seu pedido com documentação probatória de majoração de preço do mercado e a oneração de custos; ou (Inciso acrescido pelo Decreto nº 25.969, de 7/4/2021)

II - pelo órgão participante ou órgão interessado, comprovando por meio de pesquisas de preços que há minoração do valor originalmente registrado. (Inciso acrescido pelo Decreto nº 25.969, de 7/4/2021)

§ 2º. Comprovada a majoração dos valores de mercado nas hipóteses da alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993, o órgão gerenciador da Ata convocará, antes da efetiva alteração de preços, as demais licitantes na ordem de classificação original para que manifestem

interesse em manter o preço original registrado em ata, de modo que, inexistindo interessados dispostos em manter o valor da ARP; os preços poderão ser revisados conforme disposto no caput deste artigo. (Parágrafo acrescido pelo Decreto nº 25.969, de 7/4/2021)

§ 3º. Comprovada a minoração dos valores de mercado, o órgão gerenciador da ata convocará os licitantes na ordem de classificação original para que manifestem interesse em adequar o preço registrado em ata, de modo que o órgão, mediante análise de vantajosidade e probidade das licitantes, poderá realizar, a seu critério técnico, os trâmites administrativos cabíveis para o cancelamento do beneficiário da ata. (Parágrafo acrescido pelo Decreto nº 25.969, de 7/4/2021)

§ 4º. A revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época do registro. (Parágrafo acrescido pelo Decreto nº 25.969, de 7/4/2021)

§ 5º. Para fins deste Decreto e do Sistema de Registro de Preços - SRP, por ele regulamentado, o órgão gerenciador do registro de preços, fixará por meio de Portaria, a forma de apuração do preço de mercado para efetivação de ajustes decorrentes das Atas de Registro de Preços. (Parágrafo acrescido pelo Decreto nº 25.969, de 7/4/2021).

32. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

32.1. A Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, será o órgão responsável pelos atos de administração, controle e gerenciamento da Ata de Registro de Preços, conforme Decreto Estadual nº. 18.340 de 06/11/2013.

33. DOS CASOS OMISSOS

33.1 Fica estabelecido, caso venha ocorrer algum fato não previsto neste termo de referência, os chamados casos omissos, estes serão dirimidos respeitado o objeto dessa licitação, por meio de aplicação da legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial as diretrizes estabelecidas na Lei nº8.666/93 e 10.520/02, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

34. CONDIÇÕES GERAIS:

34.1. A empresa vencedora deverá entregar os materiais em perfeitas condições de uso e conforme especificações deste Termo de Referência.

35. DO FORO:

35.1. Fica eleito, pelas partes, o Foro da Comarca de Porto Velho, Capital do Estado de Rondônia, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas do presente ajuste, inclusive às questões entre a empresa CONTRATADA e a CONTRATANTE, decorrentes de execução deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

SÁVIO RICARDO DA SILVA BEZERRA
Coordenador de Usinas de Asfalto - COUSA

EDER ANDRÉ FERNANDES DIAS
Diretor-Geral do DER/RO



Documento assinado eletronicamente por **EDER ANDRÉ FERNANDES DIAS, Diretor(a)**, em 12/07/2022, às 11:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **SÁVIO RICARDO DA SILVA BEZERRA, Coordenador(a)**, em 12/07/2022, às 13:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0030305398** e o código CRC **A501798E**.



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
Equipe de licitação ZETA

ANEXO II – QUADRO ESTIMATIVO DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANTIDADE MÁXIMA DE OBIG (t)	QUILOMETRAGEM ESTIMADA POR LOTE (km)	EMP 1	EMP 2	EMP 3	PREÇO MÍNIMO (D)	PREÇO MÉDIO (E)	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIÇÃO	PARÂMETRO UTILIZADO (MÍNIMO/MÉDIO)	SUBTOTAL GERAL [F + G]
					BANCO DE PREÇOS	BANCO DE PREÇOS	BANCO DE PREÇOS						
LOTE 1 - ARIQUEMES													
1	Aquisição do Serviço de Usinagem de Concreto asfáltico na faixa C segundo a norma 031 (DNIT-ES, 2006). É dever da Contratada a aquisição de todos os insumos necessários para a produção, fornecimento e entrega do Concreto asfáltico na faixa C segundo a norma 031 (DNIT-ES, 2006), como agregado graduado, material de enchimento (filer) se necessário e cimento asfáltico de petróleo. A Contratada deverá garantir que a Usina de Asfalto tenha como requisito mínimo de 80 t/h (toneladas/hora) e que a mesma se encontre em boas condições.	Ton	88.704	-	750,00	735,66	726,60	R\$ 726,60	R\$ 737,42	11,80	1,60%	MÉDIO	R\$ 65.412.103,68
2	Transporte com caminhão basculante de no mínimo 10 m³ apropriado para o descarregamento de concreto asfáltico (faixa C) na vibrocabadora, saindo do município de Ariquesmes/RO, podendo entregar na RO-460 (ENTRONC. RO-421/ BURITIS), RO-459 (BR-364/ Alto Paraíso) e RO-459 (BR-364/ Rio Crespo). O caminhão basculante carregado deve estar coberto com lona térmica, com tamanho suficiente para proteger a mistura, sobrepassando a caçamba nas laterais e na traseira. Deve estar bem fixada na dianteira para não permitir a entrada de ar entre a cobertura e a mistura asfáltica.	tkm (tonelada a transportada + quilômetro rodado)	88.704	182	0,67	0,67	0,67	R\$ 0,67	R\$ 0,67	0,00	0,00%	MÉDIO	R\$ 10.832.612,31
TOTAL LOTE I												R\$ 76.244.715,99	
LOTE 2 - JARU													
1	Aquisição do Serviço de Usinagem de Concreto asfáltico na faixa C segundo a norma 031 (DNIT-ES, 2006). É dever da Contratada a aquisição de todos os insumos necessários para a produção, fornecimento e entrega do Concreto asfáltico na faixa C segundo a norma 031 (DNIT-ES, 2006), como agregado graduado, material de enchimento (filer) se necessário e cimento asfáltico de petróleo.	ton	86.386,00		750,00	735,66	726,60	R\$ 726,60	R\$ 737,42	11,80	1,60%	MÉDIO	R\$ 63.702.764,12
2	Transporte com caminhão basculante de no mínimo 10 m³ apropriado para o descarregamento de concreto asfáltico (faixa C) na vibrocabadora, saindo do município de Jaru/RO, podendo entregar na RO-463 (GOV. JORGE TEIXEIRA/BR-364), RO-464 (BR-364/THEOBRAMA), RO-133 (THEOBRAMA/5° BEC) e RO-470 (BR-364/ Mirante da Serra). O caminhão basculante carregado deve estar coberto com lona térmica, com tamanho suficiente para proteger a mistura, sobrepassando a caçamba nas laterais e na traseira. Deve estar bem fixada na dianteira para não permitir a entrada de ar entre a cobertura e a mistura asfáltica.	tkm (tonelada a transportada + quilômetro rodado)	86.386,00	175,22	0,67	0,67	0,67	R\$ 0,67	R\$ 0,67	0,00	0,00%	MÉDIO	R\$ 10.141.491,80
TOTAL LOTE II												R\$ 73.844.255,92	
LOTE 3 - JI-PARANÁ													
1	Aquisição do Serviço de Usinagem de Concreto asfáltico na faixa C segundo a norma 031 (DNIT-ES, 2006). É dever da Contratada a aquisição de todos os insumos necessários para a produção, fornecimento e entrega do Concreto asfáltico na faixa C segundo a norma 031 (DNIT-ES, 2006), como agregado graduado, material de enchimento (filer) se necessário e cimento asfáltico de petróleo.	ton	99.960		750,00	735,66	726,60	R\$ 726,60	R\$ 737,42	11,80	1,60%	MÉDIO	R\$ 73.712.503,20
2	Transporte com caminhão basculante de no mínimo 10 m³ apropriado para o descarregamento de concreto asfáltico (faixa C) na vibrocabadora, saindo do município de Ji-Paraná/RO, podendo entregar na RO-135 (JI-PARANÁ/NOVA LONDRINA), RO-479 (BR-364 / ESTRELA DE RONDÔNIA), RO-133 (RO-480/ NOVA COLINA) e RO-473 (BR-364/ Urupá). O caminhão basculante carregado deve estar coberto com lona térmica, com tamanho suficiente para proteger a mistura, sobrepassando a caçamba nas laterais e na traseira. Deve estar bem fixada na dianteira para não permitir a entrada de ar entre a cobertura e a mistura asfáltica.	tkm (tonelada a transportada + quilômetro rodado)	99.960	189	0,67	0,67	0,67	R\$ 0,67	R\$ 0,67	0,00	0,00%	MÉDIO	R\$ 12.657.934,80
TOTAL LOTE III												R\$ 86.370.438,00	

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANTIDADE MÁXIMA DE CBQ (t)	QUILÔMETRAGEM ESTIMADA POR LOTE (km)	EMP 1	EMP 2	EMP 3	PREÇO MÍNIMO (D)	PREÇO MÉDIO (E)	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIÇÃO	PARÂMETRO FILIADO (MÍNIMO/MÉDIO)	SUBTOTAL GERAL [F + G]
					BANCO DE PREÇOS	BANCO DE PREÇOS	BANCO DE PREÇOS						
LOTE 4 - CACOAL													
1	Aquisição do Serviço de Usinagem de Concreto asfáltico na faixa C segundo a norma 031 (DNIT-ES, 2006). É dever da Contratada a aquisição de todos os insumos necessários para a produção, fornecimento e entrega do Concreto asfáltico na faixa C segundo a norma 031 (DNIT-ES, 2006), como agregado graduado, material de enchimento (filer) se necessário e cimento asfáltico de petróleo.	ton	84.630		750,00	735,66	726,60	R\$ 726,60	R\$ 737,42	11,80	1,60%	MÉDIO	R\$ 62.407.854,60
2	Transporte com caminhão basculante de no mínimo 10 m³ apropriado para o descarregamento de concreto asfáltico (faixa C) na vibrocabadora, saindo do município de Cacoal/RO, podendo entregar na RO-383 (BR-364/NOVA ESTRELA), RO-387 (ENT. BR-364/ESPIGÃO DO OESTE), RO-486 (Cacoal / RO-133) e RO-494 (ENT. RO-010 / Primavera de Rondônia). O caminhão basculante carregado deve estar coberto com lona térmica, com tamanho suficiente para proteger a mistura, sobrepassando a caçamba nas laterais e na traseira. Deve estar bem fixada na dianteira para não permitir a entrada de ar entre a cobertura e a mistura asfáltica.	tkm (tonelada a transportada + quilômetro rodado)	84.630	149,88	0,67	0,67	0,67	R\$ 0,67	R\$ 0,67	0,00	0,00%	MÉDIO	R\$ 8.498.510,75
TOTAL LOTE IV												R\$ 70.906.365,35	
LOTE 5 - ROLIM DE MOURA													
1	Aquisição do Serviço de Usinagem de Concreto asfáltico na faixa C segundo a norma 031 (DNIT-ES, 2006). É dever da Contratada a aquisição de todos os insumos necessários para a produção, fornecimento e entrega do Concreto asfáltico na faixa C segundo a norma 031 (DNIT-ES, 2006), como agregado graduado, material de enchimento (filer) se necessário e cimento asfáltico de petróleo. A Contratada deverá garantir que a Usina de Asfalto tenha como requisito mínimo de 80 t/h (toneladas/hora) e que a mesma se encontre em boas condições.	ton	81.564		750,00	735,66	726,60	R\$ 726,60	R\$ 737,42	11,80	1,60%	MÉDIO	R\$ 60.146.924,88
2	Transporte com caminhão basculante de no mínimo 10 m³ apropriado para o descarregamento de concreto asfáltico (faixa C) na vibrocabadora, saindo do município de Rolim de Moura/RO podendo entregar na RO-383 (ROLIM DE MOURA / ALTA FLORESTA DO OESTE) e na RO-481 (Nova Brasília / São Miguel). O caminhão basculante carregado deve estar coberto com lona térmica, com tamanho suficiente para proteger a mistura, sobrepassando a caçamba nas laterais e na traseira. Deve estar bem fixada na dianteira para não permitir a entrada de ar entre a cobertura e a mistura asfáltica.	tkm (tonelada a transportada + quilômetro rodado)	81.564	108	0,67	0,67	0,67	R\$ 0,67	R\$ 0,67	0,00	0,00%	MÉDIO	R\$ 5.888.309,07
TOTAL LOTE V												R\$ 66.035.233,95	
VALOR TOTAL													R\$ 373.401.009,21



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

CERTIDÃO N°416

Venho por meio desta certidão validar o Quadro Comparativo de Preços (0028341909), subsidiado pelas cotações (0028342533), de Banco de Preços, obtidas no site <https://www.bancodeprecos.com.br/>, as quais contemplam os preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública.

A pesquisa de preços foi realizada dentro dos parâmetros da Portaria nº 238/2019/SUPEL-Cl, a qual resolve no Art. 2º:

“Art. 2º A pesquisa de preços será realizada em observância às orientações contidas no Anexo I desta Portaria e mediante a utilização dos seguintes parâmetros:

I – Tabelas referenciais ou preços constantes no sistema de preços referenciais do Estado de Rondônia;

II – Banco de preços eletrônicos

III - contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos cento e oitenta dias anteriores à data da pesquisa de preços;

IV - pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso; ou

V - pesquisa com os fornecedores, desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de cento e oitenta dias.”

A utilização de Banco de Preços na elaboração do Quadro Comparativo obedece aos pré-requisitos observados no item 4.2. do Anexo I, a saber:

“4.2. Parâmetro II – Banco de preços endereço eletrônicos – Tanto públicos, como o Painel de Preços, ou privado, como o Banco de Preços, Cotação Zenite.

4.2.1. Cabe à Gerencia de análise e pesquisa de preços analisar as alternativas apresentadas no banco de preços e, de acordo com a oportunidade e conveniência, elaborar uma cesta de preços aceitáveis condizente com as especificações técnicas e gerais do objeto, sendo necessário efetuar análise qualitativa e crítica das informações e dados fornecidos.”

A continuidade do certame após a realização da pesquisa de preços depende da autorização da autoridade competente, conforme item 9.1 do Anexo da Portaria mencionada, no qual é definido que:

“9. A responsabilização dos analistas e da autoridade responsável pela pesquisa de preços

9.1. A aprovação da pesquisa de preços incumbe à unidade requisitante da contratação, uma vez que é a unidade que mais conhece o objeto a ser contratado/adquirido e que normalmente faz a gestão do macroprocesso no qual o objeto está inserido e ocorre no momento do destacamento orçamentário.”



Documento assinado eletronicamente por **Everton Lopes de Brito, Gerente**, em 27/04/2022, às 11:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Luan Barros Mendonça, Técnico**, em 27/04/2022, às 12:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0028346837** e o código CRC **1D301FE3**.



Referência: Caso responda esta Certidão, indicar expressamente o Processo nº 0009.068268/2022-82

SEI nº 0028346837



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
Equipe de licitação ZETA

ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

ATA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXXX/20XX/SUPEL_RO			
Origem:	Pregão Eletrônico nº XX/20XX		
Data da Publicação no DOE:	XX/XX/XXXX	Processo nº	xxxxxxx
Órgão Participante:	XXXXXXXX		
Órgão gerenciador:	Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL		

1. CLÁUSULA I – IDENTIFICAÇÃO DO(S) FORNECEDOR(S) REGISTRADO(S).

1.1. A identificação dos detentores está inserida no anexo único desta ata.

2. CLÁUSULA II – DO OBJETO

2.1. **REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual aquisição de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, visando atender as necessidades da Secretaria de Estado daXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.**

3. CLÁUSULA III – DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A validade desta ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no Diário Oficial do Estado.

4. CLÁUSULA IV – DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

4.1. A Adesão ao presente Registro de Preços fica condicionada ao atendimento das determinações do Estado de Rondônia, após autorização expressa do órgão gerenciador – Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL.

4.2. A adesão fica ainda condicionada às exigências dispostas no Art. 26 do Decreto Estadual nº 18.340/2013.

4.3. As aquisições ou as contratações adicionais (caronas) não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços.

4.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro dos preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

5. CLÁUSULA V – DA REVISÃO E CANCELAMENTO DO REGISTRO

5.1. De acordo com artigo 21 e 22 do Decreto Estadual 18.340/2013 os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do artigo 65 da Lei 8.666/93

5.2. Nos termos do Decreto Estadual 25.969 de 07 de abril de 2021, os preços registrados serão mantidos inalterados por todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços - ARP, admitida sua revisão, para majorar ou minorar os preços registrados, em casos excepcionais, nas hipóteses legais e considerando os preços vigentes de mercado.

5.3. A revisão de preços prevista no caput do artigo 23B do Decreto Estadual 25.969 precederá de requerimento: I - do detentor da ata, que deverá fazê-la antes do pedido de fornecimento e, instruindo seu pedido com documentação probatória de majoração de preço do mercado e a oneração de custos; ou II - pelo órgão participante ou órgão interessado, comprovando por meio de pesquisas de preços que há minoração do valor originalmente registrado.

5.4. Nos termos do § 2º do Decreto 25.969/2021, se comprovada a majoração dos valores de mercado nas hipóteses da alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993, o órgão gerenciador da Ata convocará, antes da efetiva alteração de preços, as demais licitantes na ordem de classificação original para que manifestem interesse em manter o preço original registrado em ata, de modo que, inexistindo interessados dispostos em manter o valor da ARP; os preços poderão ser revisados conforme disposto no caput artigo 23B.

5.5. Conforme disposto no § 4º do Decreto 25.969/2021. a revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época do registro.

5.5.1. O Decreto Estadual 18.340/2013 dispõe ainda no artigo 25, sobre as hipóteses do cancelamento do preço registrado, que poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, **devidamente comprovados e justificados, por** razão de interesse público; ou II - a pedido do fornecedor

5.5.2. O preço registrado também poderá ser cancelado nas hipóteses do artigo 24 do Decreto Estadual 18.340/2013, quando o fornecedor descumprir total ou parcialmente as condições da ata de registro de preços; não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado, ou sofrer sanção prevista na forma do artigo 87 da Lei 8.666/93.

6. CLÁUSULA VI – DO REAJUSTE DO CONTRATO.

6.1. O reajuste do contrato se dará observando as disposições constantes no Decreto Estadual nº 25.829/2021.

7. CLÁUSULA VI - DA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA

a. A apresentação de novas propostas para compor o cadastro de reserva não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

b. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada caso o melhor colocado no certame tenha seu registro cancelado ou revogado, nas hipóteses previstas no Decreto Estadual 18.340/2013.

c. Para o registro do preço dos demais licitantes será exigida a análise da habilitação.

8. CLÁUSULA VII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

a. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

- b. Fica a empresa detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.
- c. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao Decreto Estadual 18.340/13, Lei Federal nº 8.666/93, demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.
- d. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, o ANEXO ÚNICO desta ata que contém os preços registrados e respectivos detentores.

9. CLÁUSULA VIII - DO FORO

- a. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata, é competente o Foro da Comarca de Porto Velho/RO, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

ANEXO ÚNICO.

Referência: Caso responda este(a) Ata, indicar expressamente o Processo nº 0043.067803/2022-61

SEI nº 0028330741

MODELO 2 - OFÍCIO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE NÃO PARTICIPANTE DA ATA SOLICITANDO ADESÃO COMO INTERESSADO

[UNIDADE CONTRATANTE SOLICITANTE]

OFÍCIO Nº _____ / _____

[], [DATA DA EMISSÃO]

Prezado Gestor da Ata nº [Nº DA ATA] do(a) [ÓRGÃO GESTOR DA ATA]

Nos termos do art. 26 do Decreto Estadual nº 18.340/2013, solicito autorização para ADERIR à Ata de Registro de Preços em epígrafe visando adquirir os itens e quantitativos relacionados na tabela abaixo.

Ressalto que o(s) fornecedor(es), detentor(es) do(s) preço(s) registrado(s), já se manifestou(ram) pela aceitação, conforme previsto no Decreto 18.340/2013

Nº ITEM DA ATA	ESPECIFICAÇÃO	QUANT. ADESÃO

ASSINATURA DO GESTOR DA UNIDADE SOLICITANTE



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
Equipe de licitação ZETA

ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER

MINUTA DE CONTRATO

AQUISIÇÕES DO SERVIÇO DE USINAGEM DE CONCRETO ASFÁLTICO (FAIXA C), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTE DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES - DER/RO, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DESTE TERMO DE REFERÊNCIA, SOB O REGIME DE FORNECIMENTO PARCELADO, N.º _____ QUE ENTRE SI CELEBRAM, A _____ E A EMPRESA _____ (NOME)_____.

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de **2022**, o **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES /DER-RO, sediada a Rua _____ n.º _____**, doravante denominada apenas **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Senhor _____, RG n.º _____, CPF _____, e a firma _____, CNPJ/MF n.º _____, estabelecida no _____, em _____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. _____, (**nacionalidade**), RG _____, CPF _____, residente e domiciliado na _____, celebram o presente Contrato, decorrente do **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0009.068268/2022-82**, o qual originou o Pregão Eletrônico n.º _____/_____/SUPEL/RO, homologado pela Autoridade Competente, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, bem como as disposições da Lei Federal nº. 10.520/2002, e ainda, com o Decreto Estadual artigo 15, inciso II, §§ 1º a 6º da Lei 8.666/1993 e artigo 11 da Lei 10.520/2002; e ainda, ao Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, sujeitando-se às normas dos supramencionados diplomas legais, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

PARÁGRAFO ÚNICO: Aquisições do Serviço de Usinagem de Concreto Asfáltico (Faixa C), para atender as necessidades deste Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER/RO, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações deste Termo de Referência, sob o regime de fornecimento parcelado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESPECIFICAÇÃO, DO CONTRATO E LOCAL DE APLICAÇÃO, DO PRAZO DE ENTREGA, DO LOCAL DE ENTREGA, DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, DO RECEBIMENTO E GARANTIA:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - DA ESPECIFICAÇÃO:

1. O Concreto asfáltico é uma mistura executada a quente, em usina apropriada, com características específicas, composta de agregado graduado, material de enchimento (*filer*) se necessário e cimento asfáltico, espalhada e compactada a quente.
2. O Concreto asfáltico deve estar de acordo com as características mínimas exigíveis segundo a **norma 031 (DNIT-ES, 2006)**.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE MÁXIMA DE CBUQ (t)	QUILOMETRAGEM ESTIMADA POR LOTE (km)
1.0	Lote 01 – Ariquemes			
1.1	<p>Aquisição do Serviço de Usinagem de Concreto asfáltico na faixa C segundo a norma 031 (DNIT-ES, 2006).</p> <p>É dever da Contratada a aquisição de todos os insumos necessários para a produção, fornecimento e entrega do Concreto asfáltico na faixa C segundo a norma 031 (DNIT-ES, 2006), como agregado graduado, material de enchimento (<i>filer</i>) se necessário e cimento asfáltico de petróleo.</p> <p>A Contratada deverá garantir que a Usina de Asfalto tenha como requisito mínimo de 80 t/h (toneladas/hora) e que a mesma se encontre em boas condições.</p> <p>É de responsabilidade da Contratada o combustível e a manutenção da usina de asfalto.</p> <p>A Contratada deve apresentar a usina de asfalto em conformidade nos locais de serviço determinados pela fiscalização do DER-RO, em condições de iniciar a execução dos serviços. Para isto, todos os procedimentos relativos à manutenção preventiva, limpeza e outras verificações da usina e deverão ser previamente realizados.</p> <p>A Contratada deve manter, durante a execução do serviço, apoio de manutenção em problemas mecânicos, elétricos, eletrônicos, hidráulicos e borracharia; mantendo os equipamentos em bom estado de conservação.</p> <p>É dever da contratada entregar o concreto asfáltico na faixa C nas rodovias mencionadas no item 1.2, ou em local designado pelo próprio DER-RO, para execução dos serviços de conservação, restauração ou pavimentação de outras rodovias além das mencionadas.</p>	t	88.704,00	-
1.2	<p>Transporte com caminhão basculante de no mínimo 10 m³ apropriado para o descarregamento de concreto asfáltico (faixa C) na vibroacabadora, saindo do município de Ariquemes/RO, podendo entregar na RO-460 (ENTRONC. RO-421 / BURITIS), RO-459 (BR-364 / Alto Paraíso) e RO-459 (BR-364 / Rio Crespo).</p> <p>O caminhão basculante carregado deve estar coberto com lona térmica, com tamanho suficiente para proteger a mistura, sobrepassando a caçamba nas laterais e na traseira. Deve estar bem fixada na dianteira para não permitir a entrada de ar entre a cobertura e a mistura asfáltica.</p> <p>A quantidade máxima a ser transportada através da ata de registro de preços será de 88.704,00</p>	tkm (tonelada transportada * quilômetro rodado)	88.704,00	182,27

	<p>toneladas de concreto asfáltico.</p> <p>O frete será calculado de acordo com a quantidade a ser transportada para as referidas localidades, de acordo com a programação que será emitida pela Contratante (Preço x quilômetros rodados x toneladas transportada).</p> <p>A Contratada deve garantir frota para que seja entregue pelo menos 640 toneladas de concreto asfáltico por dia, no local indicado pela Contratante, visando manter a produção e aplicação da carga constantes e sem atrasos.</p> <p>O peso específico do concreto asfáltico na faixa C é considerado: 2,4 t/m³.</p>			
2.0	Lote 02 – Jaru			
2.1	<p>Aquisição do Serviço de Usinagem de Concreto asfáltico na faixa C segundo a norma 031 (DNIT-ES, 2006).</p> <p>É dever da Contratada a aquisição de todos os insumos necessários para a produção, fornecimento e entrega do Concreto asfáltico na faixa C segundo a norma 031 (DNIT-ES, 2006), como agregado graduado, material de enchimento (<i>filer</i>) se necessário e cimento asfáltico de petróleo.</p> <p>A Contratada deverá garantir que a Usina de Asfalto tenha como requisito mínimo de 80 t/h (toneladas/hora) e que a mesma se encontre em boas condições.</p> <p>É de responsabilidade da Contratada o combustível e a manutenção da usina de asfalto.</p> <p>A Contratada deve apresentar a usina de asfalto em conformidade nos locais de serviço determinados pela fiscalização do DER-RO, em condições de iniciar a execução dos serviços. Para isto, todos os procedimentos relativos à manutenção preventiva, limpeza e outras verificações da usina e deverão ser previamente realizados.</p> <p>A Contratada deve manter, durante a execução do serviço, apoio de manutenção em problemas mecânicos, elétricos, eletrônicos, hidráulicos e borracharia; mantendo os equipamentos em bom estado de conservação.</p> <p>É dever da contratada entregar o concreto asfáltico na faixa C nas rodovias mencionadas no item 2.2, ou em local designado pelo próprio DER-RO, para execução dos serviços de conservação, restauração ou pavimentação de outras rodovias além das mencionadas.</p>	ton	86.386,00	-
2.2	<p>Transporte com caminhão basculante de no mínimo 10 m³ apropriado para o descarregamento de concreto asfáltico (faixa C) na vibrocabadora, saindo do município de Jaru/RO, podendo entregar na RO-463 (GOV. JORGE TEIXEIRA/BR-364), RO-464 (BR-364/THEOBRAMA), RO-133 (THEOBRAMA/5° BEC) e RO-470 (BR-364 / Mirante da Serra).</p> <p>O caminhão basculante carregado deve estar coberto com lona térmica, com tamanho suficiente para proteger a mistura, sobrepassando a caçamba nas laterais e na traseira. Deve estar bem fixada na dianteira para não permitir a entrada de ar entre a cobertura e a mistura asfáltica.</p> <p>A quantidade máxima a ser transportada através da ata de registro de preços será de 86.386,00 toneladas de concreto asfáltico.</p> <p>O frete será calculado de acordo com a quantidade a ser transportada para as referidas localidades, de acordo com a programação que será emitida pela Contratante (Preço x</p>	tkm (tonelada transportada * quilômetro rodado)	86.386,00	175,22

	quilômetros rodados x toneladas transportada). A Contratada deve garantir frota para que seja entregue pelo menos 640 toneladas de concreto asfáltico por dia, no local indicado pela Contratante, visando manter a produção e aplicação da carga constantes e sem atrasos. O peso específico do concreto asfáltico na faixa C é considerado: 2,4 t/m ³ .			
3.0	Lote 03 – Ji-Paraná			
3.1	<p>Aquisição do Serviço de Usinagem de Concreto asfáltico na faixa C segundo a norma 031 (DNIT-ES, 2006).</p> <p>É dever da Contratada a aquisição de todos os insumos necessários para a produção, fornecimento e entrega do Concreto asfáltico na faixa C segundo a norma 031 (DNIT-ES, 2006), como agregado graduado, material de enchimento (<i>filer</i>) se necessário e cimento asfáltico de petróleo.</p> <p>A Contratada deverá garantir que a Usina de Asfalto tenha como requisito mínimo de 80 t/h (toneladas/hora) e que a mesma se encontre em boas condições.</p> <p>É de responsabilidade da Contratada o combustível e a manutenção da usina de asfalto.</p> <p>A Contratada deve apresentar a usina de asfalto em conformidade nos locais de serviço determinados pela fiscalização do DER-RO, em condições de iniciar a execução dos serviços. Para isto, todos os procedimentos relativos à manutenção preventiva, limpeza e outras verificações da usina e deverão ser previamente realizados.</p> <p>A Contratada deve manter, durante a execução do serviço, apoio de manutenção em problemas mecânicos, elétricos, eletrônicos, hidráulicos e borracharia; mantendo os equipamentos em bom estado de conservação.</p> <p>É dever da contratada entregar o concreto asfáltico na faixa C nas rodovias mencionadas no item 3.2, ou em local designado pelo próprio DER-RO, para execução dos serviços de conservação, restauração ou pavimentação de outras rodovias além das mencionadas.</p>	ton	99.960,00	-
3.2	<p>Transporte com caminhão basculante de no mínimo 10 m³ apropriado para o descarregamento de concreto asfáltico (faixa C) na vibroacabadora, saindo do município de Ji-Paraná/RO, podendo entregar na RO-135 (JI-PARANA/NOVA LONDRINA), RO-479 (BR-364 / ESTRELA DE RONDÔNIA), RO-133 (RO-480 / NOVA COLINA) e RO-473 (BR-364 / Urupá).</p> <p>O caminhão basculante carregado deve estar coberto com lona térmica, com tamanho suficiente para proteger a mistura, sobrepassando a caçamba nas laterais e na traseira. Deve estar bem fixada na dianteira para não permitir a entrada de ar entre a cobertura e a mistura asfáltica.</p> <p>A quantidade máxima a ser transportada através da ata de registro de preços será de 99.960,00 toneladas de concreto asfáltico.</p> <p>O frete será calculado de acordo com a quantidade a ser transportada para as referidas localidades, de acordo com a programação que será emitida pela Contratante (Preço x quilômetros rodados x toneladas transportada).</p> <p>A Contratada deve garantir frota para que seja entregue pelo menos 640 toneladas de concreto asfáltico por dia, no local indicado pela Contratante, visando manter a produção e aplicação da</p>	tkm (tonelada transportada * quilômetro rodado)	99.960,00	189,00

	carga constantes e sem atrasos. O peso específico do concreto asfáltico na faixa C é considerado: 2,4 t/m ³ .			
4.0	Lote 04 – Cacoal			
4.1	<p>Aquisição do Serviço de Usinagem de Concreto asfáltico na faixa C segundo a norma 031 (DNIT-ES, 2006). É dever da Contratada a aquisição de todos os insumos necessários para a produção, fornecimento e entrega do Concreto asfáltico na faixa C segundo a norma 031 (DNIT-ES, 2006), como agregado graduado, material de enchimento (<i>filer</i>) se necessário e cimento asfáltico de petróleo. A Contratada deverá garantir que a Usina de Asfalto tenha como requisito mínimo de 80 t/h (toneladas/hora) e que a mesma se encontre em boas condições. É de responsabilidade da Contratada o combustível e a manutenção da usina de asfalto. A Contratada deve apresentar a usina de asfalto em conformidade nos locais de serviço determinados pela fiscalização do DER-RO, em condições de iniciar a execução dos serviços. Para isto, todos os procedimentos relativos à manutenção preventiva, limpeza e outras verificações da usina e deverão ser previamente realizados. A Contratada deve manter, durante a execução do serviço, apoio de manutenção em problemas mecânicos, elétricos, eletrônicos, hidráulicos e borracharia; mantendo os equipamentos em bom estado de conservação. É dever da contratada entregar o concreto asfáltico na faixa C nas rodovias mencionadas no item 4.2, ou em local designado pelo próprio DER-RO, para execução dos serviços de conservação, restauração ou pavimentação de outras rodovias além das mencionadas.</p>	ton	84.630,00	-
4.2	<p>Transporte com caminhão basculante de no mínimo 10 m³ apropriado para o descarregamento de concreto asfáltico (faixa C) na vibroacabadora, saindo do município de Cacoal/RO, podendo entregar na RO-383 (BR-364/NOVA ESTRELA), RO-387 (ENT. BR-364 / ESPIGÃO DO OESTE), RO-486 (Cacoal / RO-133) e RO-494 (Ent. RO-010 / Primavera de Rondônia). O caminhão basculante carregado deve estar coberto com lona térmica, com tamanho suficiente para proteger a mistura, sobrepassando a caçamba nas laterais e na traseira. Deve estar bem fixada na dianteira para não permitir a entrada de ar entre a cobertura e a mistura asfáltica. A quantidade máxima a ser transportada através da ata de registro de preços será de 84.630,00 toneladas de concreto asfáltico. O frete será calculado de acordo com a quantidade a ser transportada para as referidas localidades, de acordo com a programação que será emitida pela Contratante (Preço x quilômetros rodados x toneladas transportada). A Contratada deve garantir frota para que seja entregue pelo menos 640 toneladas de concreto asfáltico por dia, no local indicado pela Contratante, visando manter a produção e aplicação da carga constantes e sem atrasos. O peso específico do concreto asfáltico na faixa C é considerado: 2,4 t/m³.</p>	tkm (tonelada transportada * quilômetro rodado)	84.630,00	149,88
5.0	Lote 05 – Rolim de Moura			

5.1	<p>Aquisição do Serviço de Usinagem de Concreto asfáltico na faixa C segundo a norma 031 (DNIT-ES, 2006).</p> <p>É dever da Contratada a aquisição de todos os insumos necessários para a produção, fornecimento e entrega do Concreto asfáltico na faixa C segundo a norma 031 (DNIT-ES, 2006), como agregado graduado, material de enchimento (<i>filer</i>) se necessário e cimento asfáltico de petróleo.</p> <p>A Contratada deverá garantir que a Usina de Asfalto tenha como requisito mínimo de 80 t/h (toneladas/hora) e que a mesma se encontre em boas condições.</p> <p>É de responsabilidade da Contratada o combustível e a manutenção da usina de asfalto.</p> <p>A Contratada deve apresentar a usina de asfalto em conformidade nos locais de serviço determinados pela fiscalização do DER-RO, em condições de iniciar a execução dos serviços. Para isto, todos os procedimentos relativos à manutenção preventiva, limpeza e outras verificações da usina e deverão ser previamente realizados.</p> <p>A Contratada deve manter, durante a execução do serviço, apoio de manutenção em problemas mecânicos, elétricos, eletrônicos, hidráulicos e borracharia; mantendo os equipamentos em bom estado de conservação.</p> <p>É dever da contratada entregar o concreto asfáltico na faixa C nas rodovias mencionadas no item 5.2, ou em local designado pelo próprio DER-RO, para execução dos serviços de conservação, restauração ou pavimentação de outras rodovias além das mencionadas.</p>	ton	81.564,00	-
5.2	<p>Transporte com caminhão basculante de no mínimo 10 m³ apropriado para o descarregamento de concreto asfáltico (faixa C) na vibroacabadora, saindo do município de Rolim de Moura/RO podendo entregar na RO-383 (ROLIM DE MOURA / ALTA FLORESTA DO OESTE) e na RO-481 (Nova Brasilândia / São Miguel).</p> <p>O caminhão basculante carregado deve estar coberto com lona térmica, com tamanho suficiente para proteger a mistura, sobrepassando a caçamba nas laterais e na traseira. Deve estar bem fixada na dianteira para não permitir a entrada de ar entre a cobertura e a mistura asfáltica.</p> <p>A quantidade máxima a ser transportada através da ata de registro de preços será de 81.564,00 toneladas de concreto asfáltico.</p> <p>O frete será calculado de acordo com a quantidade a ser transportada para as referidas localidades, de acordo com a programação que será emitida pela Contratante (Preço x quilômetros rodados x toneladas transportada).</p> <p>A Contratada deve garantir frota para que seja entregue pelo menos 640 toneladas de concreto asfáltico por dia, no local indicado pela Contratante, visando manter a produção e aplicação da carga constantes e sem atrasos.</p> <p>O peso específico do concreto asfáltico na faixa C é considerado: 2,4 t/m³.</p>	tkm (tonelada transportada * quilômetro rodado)	81.564,00	107,75

3. Nos itens de transportes, os impostos e custos operacionais e de manutenção deverão estar inclusos até a localidade de cada item.

PARÁGRAFO SEGUNDO - REQUISITOS

1. A composição do concreto asfáltico deve satisfazer aos requisitos da FAIXA C do quadro seguinte com as respectivas tolerâncias no que diz respeito à granulometria (DNERME 083) e aos percentuais do ligante asfáltico determinados pelo projeto da mistura.

Peneira de malha quadrada		% em massa, passando	
Série ASTM	Abertura (mm)	C	Tolerâncias
2"	50,8	-	-
1 1/2"	38,1	-	± 7%
1"	25,4	-	± 7%
3/4"	19,1	100	± 7%
1/2	12,7	80 - 100	± 7%
3/8"	9,5	70 - 90	± 7%
Nº 4	4,8	44 - 72	± 5%
Nº 10	2	22 - 50	± 5%
Nº 40	0,42	8 - 26	± 5%
Nº 80	0,18	4 - 16	± 3%
Nº 200	0,075	2 - 10	± 2%
Asfalto solúvel no CS2(+) (%)		4,5 - 9,0 Camada de rolamento	± 0,3%

2. Devem ser obedecidos os valores limites para as características especificadas no quadro a seguir:

Características	Método de ensaio	Camada de rolamento
Porcentagem de vazios, %	DNER-ME 043	3 a 5
Relação betume/vazios	DNER-ME 043	75 - 82
Estabilidade, mínima, (Kgf) (75 golpes)	DNER-ME 043	500
Resistência à Tração por Compressão Diametral estática a 25°C, mínima, Mpa	DNER-ME 138	0,65

PARÁGRAFO TERCEIRO - DO CONTRATO E LOCAL DE APLICAÇÃO:

1. Nos termos do Art. 62, parág. 1º e 4º da Lei Federal Nº 8666/93 de 21.06.93, torna-se indispensável a elaboração de contrato, eis que o fornecimento se dará em parcelas e frações nos termos do peculiar interesse e necessidade da Administração Pública.
2. As aquisições dos produtos constantes do presente ocorrerão de acordo com as necessidades e conveniências deste DER-RO, e desde que exista o respectivo crédito orçamentário, mediante a emissão de Nota de Empenho.
3. A Contratada deve garantir frota para que seja entregue pelo menos 640 toneladas de concreto asfáltico por dia, no local indicado pela Contratante, visando manter a produção e aplicação da carga constantes e sem atrasos.
4. Os Concretos asfálticos na faixa C serão utilizados para serviços de conservação, restauração ou pavimentação nas vias de jurisdição estadual, deste DER-RO.

PARÁGRAFO TERCEIRO - DO PRAZO DE ENTREGA:

1. A Contratada terá um prazo de até 05 (cinco) dias corridos, contados da data de recebimento da solicitação de material (ordem de fornecimento) emitida pelo DER/RO. Este prazo poderá ser ampliado em casos excepcionais, mediante justificativa, com concordância da Administração.
2. A entrega dos materiais se dará de forma parcelada, de acordo com os quantitativos solicitados por este Departamento, podendo variar com a necessidade de utilização da massa asfáltica de Concreto asfáltico na faixa C.

PARÁGRAFO QUARTO - DO LOCAL DE INSTALAÇÃO E ENTREGA:

1. A contratada poderá se instalar nos seguinte municípios:

Lote 1: Município de Ariquemes, Município de Buritis ou Distrito de Cabajá.

Lote 2: Município de Jaru.

Lote 3: Município de Ji-Paraná.

Lote 4: Município de Cacoal.

Lote 5: Município de Rolim de Moura.

2. Os produtos desse termo de referência deverão ser entregues nas rodovias mencionadas no item 3, **ou em local designado pelo próprio DER-RO, para execução dos serviços de conservação, restauração ou pavimentação de outras rodovias além das mencionadas no item 3**, no horário das 08:00 às 17:00 horas, de segunda-feira à sexta-feira.

- 2.1. A entrega do objeto se realizará nas seguintes localidades:

Lote 1: O Concreto asfáltico na faixa C deverá ser entregue na RO-460 (ENTRONC. RO-421 / BURITIS), RO-459 (BR-364 / Alto Paraíso) e RO-459 (BR-364 / Rio Crespo). Horário de funcionamento: De segunda-feira a domingo, das 06h00min às 18h00min.

Lote 2: O Concreto asfáltico na faixa C deverá ser entregue na RO-463 (GOV. JORGE TEIXEIRA/BR-364), RO-464 (BR-364/THEOBRAMA), RO-133 (THEOBRAMA/5° BEC) e RO-470 (BR-364 / Mirante da Serra). Horário de funcionamento: De segunda-feira a domingo, das 06h00min às 18h00min.

Lote 3: O Concreto asfáltico na faixa C deverá ser entregue na RO-135 (JI-PARANA/NOVA LONDRINA), RO-479 (BR-364 / ESTRELA DE RONDÔNIA), RO-133 (RO-480 / NOVA COLINA) e RO-473 (BR-364 / Urupá). Horário de funcionamento: De segunda-feira a domingo, das 06h00min às 18h00min.

Lote 4: O Concreto asfáltico na faixa C deverá ser entregue na RO-383 (BR-364/NOVA ESTRELA), RO-387 (ENT. BR-364 / ESPIGÃO DO OESTE), RO-486 (Cacoal / RO-133) e RO-494 (Ent. RO-010 / Primavera de Rondônia).. Horário de funcionamento: De segunda-feira a domingo, das 06h00min às 18h00min.

Lote 5: O Concreto asfáltico na faixa C deverá ser entregue na RO-383 (ROLIM DE MOURA / ALTA FLORESTA DO OESTE) e na RO-481 (Nova Brasilândia / São Miguel).. Horário de funcionamento: De segunda-feira a domingo, das 06h00min às 18h00min.

2.2. Além da entrega no(s) local(s) designados pelo DER-RO, deverá a contratada também carregar e descarregar os produtos no local indicado por servidor, comprometendo-se, ainda, integralmente com eventuais danos ou quebras causadas aos mesmos;

2.3. A Contratada deve garantir frota para que seja entregue pelo menos 640 toneladas de concreto asfáltico por dia, no local indicado pela Contratante, visando manter a produção e aplicação da carga constantes e sem atrasos.

PARÁGRAFO QUINTO - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

1. Os serviços de conservação, restauração ou pavimentação em Concreto asfáltico serão realizados por Administração Direta do DER-RO.

2. A CONTRATANTE é responsável pelo serviço de usinagem, incluso todo o custo operacional e insumos necessários para a confecção de Concreto asfáltico na Faixa C, segundo a norma 031 (DNIT-ES, 2006).

3. A CONTRATANTE é responsável pela manutenção, diesel, lona específica para concreto asfáltico e frota suficiente para que seja entregue 640 toneladas de concreto asfáltico por dia, no local indicado pela Contratante, visando manter a produção e aplicação da carga constantes e sem atrasos.

PARÁGRAFO SEXTO - DO RECEBIMENTO:

1. O Concreto asfáltico na faixa C segundo a norma 031 (DNIT-ES, 2006) será recebido pela Comissão de Recebimento de Materiais, formada por dois ou mais servidores do órgão, nomeados pelo Diretor Geral para tal finalidade, sendo que esta Comissão deverá seguir o estabelecido nos Artigos de 73 a 76 da Lei Federal Nº. 8.666/93.

2. É de responsabilidade da CONTRATADA a entregar o Concreto asfáltico na faixa C de acordo com a norma 031 (DNIT-ES, 2006) e com o **tiquete de pesagem** no local indicado pela CONTRATANTE.

3. A CONTRATANTE informará o local de entrega (município/distrito) na Nota de Empenho.

4. Será recebido o objeto do presente contrato, PROVISORIAMENTE, no prazo de 48 horas (quarenta e oito) horas, nos termos do Art. 73, II, “a” e § 2º, para efeito de verificação da conformidade do material com a especificação exigida;

5. Será recebido o objeto do presente contrato, DEFINITIVAMENTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos termos do Art. 73, II, "b", para comprovação da qualidade e quantidade do material adquirido;
6. Se, após o recebimento provisório, for constatado que os materiais foram entregues de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, será interrompido o prazo de recebimento definitivo e suspenso o prazo de pagamento até que seja sanada a situação;
7. Realizada a entrega pela Contratada, a Contratante, por intermédio da Comissão de Recebimento, realizará no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, os exames necessários para aceitação/aprovação do(s) Produto(s) solicitado de modo a comprovar que o mesmo atende as especificações estabelecidas neste Termo de Referência;
8. Por ocasião da entrega, caso seja detectado que o (s) produto (s) solicitado(s) não atende(m) às especificações previamente definidas neste Termo de Referência, poderá a Administração rejeitá-lo, integralmente ou em parte, obrigando-se a contratada a providenciar a substituição do produto não aceito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos.
9. O(s) produto(s) que for(em) recusado(s) pela Contratante deverá ser substituído, automaticamente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados da data de recebimento da notificação, correndo por conta do fornecedor as despesas de devolução dos produtos recusados;
10. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do material, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo Instrumento Contratual;
11. A Contratada permitirá e oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização.
12. O Gestor ou fiscal do Contrato poderá exigir apresentação da documentação do veículo (CRLV), para fins de comprovação da propriedade do mesmo.

PARÁGRAFO SÉTIMO - DA GARANTIA: Os produtos ofertados deverão atender aos dispositivos da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Realizar os pagamentos nos prazos e condições estabelecidos na cláusula sexta deste instrumento;

PARÁGRAFO SEGUNDO: Prestar informações indispensáveis a regular execução do contrato e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

PARÁGRAFO TERCEIRO: Realizar a fiscalização e o gerenciamento da entrega do objeto;

PARÁGRAFO QUARTO: Registrar os defeitos, as falhas e as imperfeições detectadas e comunicar à Contratada;

PARÁGRAFO QUINTO: Remeter à Contratada a expedição da Ordem de Fornecimento para que se efetue seu recebimento no prazo estipulado;

PARÁGRAFO SEXTO: Zelar pela preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas nos instrumentos convocatórios;

PARÁGRAFO SEGUNDO: Não utilizar de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do que dispõe o artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Responsabilizar-se pela fiel execução do objeto;

PARÁGRAFO QUARTO: Entregar o objeto de acordo com as especificações constantes na proposta de preços, no prazo e local indicados na mesma.

PARÁGRAFO QUINTO: Fazer acompanhar, quando da entrega do material, a respectiva nota fiscal, na qual deve haver referência ao processo e a respectiva nota de empenho da despesa, na qual deverá constar o objeto da presente contratação com seus valores correspondentes.

PARÁGRAFO SEXTO: Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto desta contratação em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação para tal;

PARÁGRAFO SÉTIMO: Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais, bem como pelos custos de frete e de tributos, resultantes da execução do contrato;

PARÁGRAFO OITAVO: Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao DER ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, se for o caso, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

PARÁGRAFO NONO: Comunicar ao órgão Contratante qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

PARÁGRAFO DÉCIMO: Se responsabilizará por eventuais danos ou prejuízos causados direta ou indiretamente ao Estado ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo de seus representantes ou empregados na execução do futuro contrato;

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Assumir todos e quaisquer ônus referentes a salário, horas extras, adicionais e demais encargos sociais relativos a seus empregados;

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação da licitação;

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: Entregar o (s) produto (s) dentro das especificações contidas no anexo I deste termo de referência, responsabilizando-se pela troca, em caso de danificação do material, independentemente do motivo alegado, conforme parecer técnico da Contratante;

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: A inobservância ao disposto do item anterior implicará o não pagamento à contratada, até a sua regularização;

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: Comunicar ao órgão solicitador no prazo máximo de 07 (sete) dias que antecedam o prazo de vencimento da entrega, os motivos que venham a impossibilitar o seu cumprimento;

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: A Contratada deverá entregar o Concreto Asfáltico dentro da FAIXA C em conformidade com a norma 031 (DNIT-ES, 2006), dentro das especificações contidas neste instrumento, inclusive apresentando os devidos ensaios de laboratório comprovando a qualidade do material, com isso deve ser realizado um **mínimo de 02 (dois) ensaios mensais e/ou a cada 400 toneladas do produto entregue**, a contratante poderá também solicitar ensaios a qualquer momento, para atestar a qualidade da massa asfáltica. A Contratada deve responsabilizar-se pela troca, em caso de

anormalidade, desde que comprometa o uso do produto em questão, independentemente do motivo alegado, conforme parecer técnico do servidor encarregado do recebimento;

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: Todos os materiais utilizados na fabricação de Concreto Asfáltico (Insumos) devem ser examinados em laboratório, obedecendo a metodologia indicada pelo DNIT, com:

- a) Determinação de Viscosidade Saybolt Furol (NBR-14950);
- b) Determinação de Teor de betume em CAP (NBR-14855 ou DNER-ME 043);
- c) Determinação do Ponto de fulgor (NBR-11341);
- d) Determinação de Densidade Aparente (DNER-ME 117/94);
- e) Determinação do Índice de vazios (DNER-ME 043).

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: Deverá, na entrega do Concreto Asfáltico - faixa C, apresentar Laudo Técnico devidamente registrado no CREA/RO que comprove que foram realizados todos os ensaios em conformidade com as especificações anexas, podendo ser solicitada outras especificações técnicas que o DER/RO julgue necessário. O recebimento do lote fica condicionado, entre outros aspectos técnicos, a apresentação do Laudo;

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO: Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao DER/RO ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos prepostos, se for o caso, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

PARÁGRAFO VIGÉSIMO: Realizar testes e corrigir defeitos nos materiais/bens, inclusive com a sua substituição quando necessário, sem ônus para a Contratante;

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO: A empresa deverá satisfazer às especificações em vigor, responsabilizando-se pela troca, em caso de anormalidade, desde que comprometa o uso do produto em questão, independentemente do motivo alegado, conforme parecer do servidor encarregado do recebimento.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO: Reparar ou substituir às suas expensas no total ou em parte, os materiais em que se verificarem má qualidade, na forma do Art. 618, do Código Civil Brasileiro, sem ônus para o DER-RO. O produto ofertado deverá atender aos dispositivos da Lei nº. 8.078/90 (Código De Defesa do Consumidor) e as demais legislações pertinentes.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO: Além da entrega no(s) local (s) designados pelo DER-RO, deverá a contratada carregar e descarregar os produtos no local indicado por servidor, comprometendo-se, ainda, integralmente com eventuais danos ou quebras causadas aos mesmos.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO: Toda e qualquer entrega de produtos fora do estabelecido neste termo será imediatamente notificada à licitante vencedora que ficará obrigada a substituí-los, o que fará prontamente, ficando entendido que correrão por sua conta e risco tais substituições, sendo aplicadas também, as sanções previstas neste termo.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUINTO: Realizar testes e corrigir defeitos nos materiais, inclusive com a sua substituição quando necessário, sem ônus para a Contratante.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEXTO: Para tramitação da medição e pagamento das faturas serão exigidos os documentos e informações, conforme o que se segue:

- a) Nota Fiscal;
- b) Certidão negativa da Fazenda Estadual;

- c) Certidão negativa da Receita Federal;
- d) Certidão da Dívida Ativa da União;
- e) Certidão negativa do INSS;
- f) Certidão negativa municipal;
- g) Certidão de Regularidade do FGTS;
- h) Guia GPS INSS (original / autenticada);
- i) Guia GFIP INSS (original / autenticada);
- j) Certidão Negativa de Débitos Fiscais Trabalhistas – CNDT.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SÉTIMO: A Contratada deverá apresentar, no momento da assinatura do contrato:

- a) Certificado de Regularidade-CR, emitido pelo IBAMA;
- b) Certidão Negativa de Débito, emitida pelo IBAMA;
- c) Licença Ambiental de Operação, emitida por órgão ambiental.
- d) Composição de custo unitário de Usinagem de concreto asfáltico - faixa C e de Transporte com caminhão basculante;
- e) Ensaios laboratoriais comprovando o traço da composição unitária de Usinagem de concreto asfáltico dentro faixa C.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO OITAVO: Retirar a Nota de Empenho e assinar Termo Contratual ou instrumento equivalente junto ao Contratante no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da ciência da convocação.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO NONO: Realizar cadastro no sistema SEI, bem como manter suas informações atualizadas até o término de suas obrigações.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO: A Contratada é responsável pela segurança do transporte dos materiais até o local da entrega, somente se desincumbindo desse ônus com o recebimento provisório dos materiais.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO PRIMEIRO: A Contratada deverá garantir que a Usina de Asfalto tenha como requisito mínimo de 80 t/h (toneladas/hora) e que a mesma se encontre em boas condições.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO SEGUNDO: É dever da Contratada efetuar periodicamente as manutenções da Usina de Asfalto.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO TERCEIRO: É dever da contratada fornecer o serviço de pesagem através de balança rodoviária, com certificado de verificação e aprovação do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços junto ao INMETRO e IPEM-RO, e com suas revisões realizadas e certificadas sendo obrigatoriamente necessário o devido funcionamento para liberação da Massa Asfáltica.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO QUARTO: A pesagem do carregamento de cada caminhão deverá efetuada na presença de um servidor indicado pela Contratante, podendo ser membro da Comissão de Fiscalização, o qual incumbira de conferir e certificar o tiquete de balança.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO QUINTO: O carregamento dos caminhões, a critério da Contratante, poderá ocorrer nos seguintes turnos **06:00 às 18:00 de segunda-feira a domingo.**

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO SEXTO: É dever da CONTRATADA efetuar a pesagem do Concreto asfáltico (Faixa C) para e entregar o **ticket de pesagem** no local indicado pela CONTRATANTE.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO SÉTIMO: A contratada deverá comprovar frota própria de no mínimo de 05 caminhões basculantes para transportar o total do volume de concreto asfáltico contratado pela Ata de Registro de Preço.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO OITAVO: Antes da assinatura do contrato, a contratada deverá informar o nome do seu representante, caso utilize de instrumento de procuração para representar a empresa.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO NONO: Havendo subcontratação, a contratada deverá apresentar cópia do Contrato junto a Contratante antes de iniciar os serviços.

PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO: A Contratada responderá por todos os acidentes de tráfego em que se envolverem veículos próprios ou de seus subcontratados.

PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO PRIMEIRO: A Contratada deverá observar as leis de segurança do trânsito para efetivação dos transportes, condições de segurança dos veículos, sinalização adequada nos locais de saída e chegada dos caminhões.

PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO SEGUNDO: É de responsabilidade da Contratada o combustível e a manutenção dos caminhões basculantes e da usina de asfalto.

PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO TERCEIRO: É de responsabilidade da Contratada o fornecimento de equipamento de proteção individual e alimentação do motorista, bem como das possíveis estadias.

PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO QUARTO: A Contratada deverá garantir que os caminhões basculantes e a usina de asfalto estejam em condições de uso.

PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO QUINTO: Prestar à CONTRATANTE qualquer informação sobre o objeto a ser adquirido, sobretudo qualquer dificuldade encontrada na entrega do objeto.

PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO SEXTO: A execução do objeto contratado não esgota a responsabilidade da contratada quanto a eventuais quebras ou avarias que deverão corrigidas de imediato.

PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO SÉTIMO: Levar, imediatamente ao conhecimento da fiscalização do contratante qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços, para adoção das medidas cabíveis, bem como, comunicar por escrito e de forma detalhada, todo tipo de acidente que eventualmente venha a ocorrer.

PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO OITAVO: Diligenciar para que seus empregados prepostos tratem o pessoal do contratante com atenção e urbanidade.

PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO NONO: Indicar e manter, durante o cumprimento do contrato, funcionário da empresa com poderes para resolver quaisquer adversidades referentes a obrigações contratuais para atuar como preposto, mantendo atualizado o seu telefone de contato.

PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO: No momento da apresentação dos caminhões basculantes apropriados para o descarregamento de concreto asfáltico na vibro acabadora, disponibilizar cópia do Documento de Propriedade e habilitação do motorista/operador (indicando estar em dia e quite com todas as suas

obrigações) para cadastro. Na hipótese de não ser a proprietária dos caminhões basculantes, a CONTRATADA deverá apresentar a documentação que comprove o vínculo formal da CONTRATADA com o proprietário dos caminhões basculantes, de modo a demonstrar a disponibilidade dos caminhões basculantes.

PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO PRIMEIRO: Iniciar a efetiva prestação de serviços após a emissão, pelo Diretor Geral do DER-RO, da “Ordem de Início dos Serviços”; quanto a paralização dos mesmos, a contratada deverá ser notificada 30 (trinta) dias antes, tendo ciência da “Ordem de Paralização dos Serviços”.

PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO SEGUNDO: Apresentar a usina de asfalto e os caminhões basculantes em conformidade nos locais de serviço determinados pela fiscalização do DER-RO, em condições de iniciar a execução dos serviços. Para isto, todos os procedimentos relativos à manutenção preventiva, limpeza e outras verificações da usina e dos caminhões basculantes deverão ser previamente realizados.

PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO: Manter, durante a execução do serviço, apoio de manutenção em problemas mecânicos, elétricos, eletrônicos, hidráulicos e borracharia; mantendo os equipamentos em bom estado de conservação.

PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO QUARTO: Comunicar com antecedência ou imediatamente à fiscalização do DER-RO a substituição dos caminhões basculantes e motoristas que se fizer necessário.

PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO QUINTO: Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais ao patrimônio público ou privado, bem como danos ambientais ocasionados por seus funcionários ou equipamentos durante a execução dos serviços.

PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO SEXTO: Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes do contrato.

PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO SÉTIMO: Manter motoristas habilitados e capacitados para a condução das unidades, conforme a legislação pertinente; neste caso a contratada apresentará mensalmente junto às medições, documento atestado pelo titular da contratada indicando a legitimidade dos seus operadores e motoristas.

PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO OITAVO: Fornecer e exigir o uso de uniformes com timbre da contratada incluindo em seu *slogan* a escrita (A SERVIÇO DO DER/RO) e Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) para os seus funcionários, conforme legislação pertinente; neste caso a contratada apresentará mensalmente junto às medições, copia das fichas de EPI'S contendo a assinatura de seus funcionários.

PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO NONO: Manter em dia todas as suas obrigações com terceiros, em especial as sociais, trabalhistas, previdenciárias, tributárias e comerciais, bem como assumir inteira responsabilidade pelo cumprimento destas obrigações.

PARÁGRAFO SEXTAGÉSIMO : Apresentar, durante a execução do contrato, quando solicitado, os documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial quanto aos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários e comerciais.

PARÁGRAFO SEXTAGÉSIMO PRIMEIRO: Cumprir todas as disposições legais em vigor e, em especial, as pertinentes à segurança do trabalho as quais estão sujeitos os contratos de trabalho regidos pela CLT, pela Lei nº 6.514, de 22/12/77, pela Portaria nº 3.214, de 08/06/78 do Ministério do Trabalho e Emprego, e demais normas pertinentes à matéria, independente do seu quadro de pessoal enquadrar-se nesta situação.

PARÁGRAFO SEXTAGÉSIMO SEGUNDO: É dever da contratada entregar o concreto asfáltico na faixa C nas rodovias mencionadas na cláusula segunda, ou em local designado pelo próprio DER-RO, para execução dos serviços de conservação, restauração ou pavimentação de outras rodovias além das mencionadas na cláusula segunda.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor do presente Contrato é de R\$ ____ (____) de acordo com os valores especificados na Proposta de preços e Planilhas de Preços.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As despesas decorrentes da aquisição dos materiais/bens correrão por conta dos recursos consignados **na Fonte de Recurso, Programa de Atividade e Elemento de Despesa**, do ano de **2022**, **provenientes do DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES/DER-RO**, e conforme Pré-Empenho com a devida Adequação Financeira.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O pagamento será realizado por meio de ordem bancária e depósito em conta bancária informada pela Contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da entrega, mediante apresentação da Nota Fiscal / Fatura devidamente certificada por meio de Relatório de Medição (Relatório de medição deverá conter informações do material recebido com registro fotográfico com data e hora do recebimento) emitido pela Comissão de Recebimento, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções vigentes;

PARÁGRAFO SEGUNDO: As notas fiscais / faturas deverão ser emitidas em 02 (duas) e apresentadas à Contratante para certificação, devendo conter em seu corpo a descrição do objeto a indicação do número do número do contrato e da conta bancária da Contratada.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A(s) Nota(s) Fiscal(is) / Fatura(s) deverão, ainda, estar acompanhada(s), obrigatoriamente, das certidões que atestem a regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, ao recolhimento do FGTS e do INSS e aos Débitos Trabalhistas.

PARÁGRAFO QUARTO: Em caso de atraso de pagamento, motivado exclusivamente pela Administração Contratante, o valor devido deverá ser acrescido de atualização monetária, à ser calculado entre a data limite prevista para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = N x VP x I, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da Parcela a ser paga

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$I = (TX/100) / 365$ I =

TX = Percentual atribuído ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA

PARÁGRAFO QUINTO: Havendo erro ou irregularidade na Nota Fiscal / Fatura ou circunstancia que impeça a liquidação da despesa, àquela será devolvida à Contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, e o pagamento ficará pendente até que se providenciem as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou apresentação de novo documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

PARÁGRAFO SEXTO: A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha à ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão;

PARÁGRAFO SÉTIMO: Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A Contratante poderá modificar unilateralmente o contrato para melhor adequá-lo às finalidades de interesse de qualquer dos órgãos beneficiados pela contratação, respeitados os direitos da Contratada, conforme o art. 58, inciso I e o art. 65, inciso I todos da Lei Nº. 8.666/93;

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Pela Inexecução total ou parcial do objeto, o DER-RO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada as seguintes sanções:

1.1. Advertência, que será aplicada por meio de notificação, estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa contratada apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da Administração;

1.2. Multa moratória correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento), sobre o valor do contrato, por dia de atraso no cumprimento das obrigações assumidas, até a data do efetivo adimplemento, observado o limite de 10 (dez) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso;

1.2.1. A multa moratória será aplicada a partir do 1º dia útil da inadimplência, contado da data definida para o regular cumprimento da obrigação;

1.3. Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso na assinatura do instrumento contratual ou no recebimento da Ordem de Fornecimento ou da Nota de Empenho, observado o limite de 10 (dez) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total do contrato, salvo no caso de justificativa aceita pela Administração;

1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa injustificada em assinar o contrato, em aceitar ou retirar o instrumento equivalente (nota de empenho), ou em receber a Ordem de Fornecimento, caso em que será caracterizada a inexecução total do contrato, salvo no caso de justificativa aceita pela Administração;

1.5. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do produto não entregue, no caso de inexecução parcial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao DER-RO pela execução parcial do contrato;

1.6. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de sua inexecução total, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao DER-RO;

1.7. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do produto não entregue, pela recusa injustificada na substituição de material defeituoso no prazo estabelecido no Termo de Referência;

1.8. Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do produto não entregue, por dia de atraso na substituição do material defeituoso, observado o limite de 10 (dez) dias corridos, após o qual será considerada a inexecução parcial do contrato, salvo em caso de justificativa aceita pela administração;

PARÁGRAFO SEGUNDO: A multa prevista nos subitens **1.2,1.3** e **1.8** poderão ser aplicadas isoladas ou em conjunto com as previstas nos subitens **1.5** e **1.6**;

PARÁGRAFO TERCEIRO: As multas eventualmente impostas à Contratada serão descontadas dos pagamentos a que fizer jus, acrescidas de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a Contratada não tenha nenhum valor a receber do Contratante, ser-lhe-á concedido o prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, os dados da Contratada serão encaminhados ao órgão competente para inscrição em dívida ativa.

PARÁGRAFO QUARTO: O convocado que, dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, e será descredenciado do Sistema de Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no presente instrumento e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO QUINTO: As penalidades serão obrigatoriamente registradas no cadastro estadual de fornecedores impedidos de licitar e no caso de suspensão de licitar, a empresa contratada deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas das demais comunicações legais.

CLÁUSULA NONA - DO ACOMPANHAMENTO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Conforme art. 67 da Lei 8666/93, a Gestão e Fiscalização do Contrato será exercida por servidores do DER-RO especialmente designados, demandantes através de Ordem de Fornecimento.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A Gestão e fiscalização exercida pelo Gestor e/ou Fiscal do Contrato, ou outro servidor designado, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O Gestor e o Fiscal do Contrato oriundo deste contrato poderá ser localizado no prédio sede do DER-RO, Avenida Farquar, 2986 – Complexo Administrativo Palácio Rio Madeira – Anexo Rio Jamari (Curvo C) – 5º Andar – Bairro Pedrinhas – Cep: 76801-470 - Porto Velho - RO, fone (69) 3216-5904.

PARÁGRAFO QUARTO: O Gestor e o Fiscal do Contrato terá como responsabilidade o controle e o acompanhamento da entrega dos materiais envolvidos no objeto contratual, com autoridade para exercer, como representante da Administração do Ente, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da entrega dos materiais.

PARÁGRAFO QUINTO: O Gestor do Contrato terá as seguintes atribuições:

1. Verificar a entrega dos materiais, objetivando garantir sua qualidade e conformidade com o objeto do Contrato;

2. Manter organizado e atualizado um sistema de controle sobre entrega dos materiais, acompanhando toda a entrega do mesmo;
3. Atestar e encaminhar a nota fiscal ao Setor competente para autorização do pagamento;
4. Exigir da Contratada a substituição dos materiais com erros ou imperfeições;
5. Manter organizado e atualizado diário de acompanhamento do objeto do Contrato;
6. Informar à Contratada sobre quaisquer irregularidades apresentadas na entrega dos materiais do contrato;
7. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa entregar o objeto do Contrato, dentro das normas do contrato;
8. Prestar aos funcionários da Contratada todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados;
9. Acompanhar, fiscalizar e avaliar da entrega do objeto do contrato;
10. Comunicar ao representante da contratada sobre descumprimento do contrato e indicar os procedimentos necessários ao seu correto cumprimento;
11. Solicitar à Administração a aplicação de penalidades por descumprimento de cláusula contratual.

PARÁGRAFO SEXTO: Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela entrega do objeto contemplados no Termo de Contrato, o DER-RO reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre a contratação, direta ou indiretamente, podendo para isso.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Solicitar da Contratada, ou obter do DER-RO, tempestivamente, todas as providências necessárias a entrega do bem do objeto em Contrato.

PARÁGRAFO OITAVO: Fiscalizar o cumprimento das obrigações e encargos sociais pela Contratada, no que se refere ao objeto do Contrato.

PARÁGRAFO NONO: Na gestão e fiscalização e acompanhamento a entrega do objeto contratual, o fiscal do contrato atenderá as disposições constantes da Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Realizar o recebimento provisório e o recebimento definitivo mediante a elaboração dos seus respectivos termos circunstanciados;

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Acompanhar e controlar o saldo do empenho, de modo a facilitar o acompanhamento das despesas;

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Encaminhar a documentação pertinente aos demais setores responsáveis pela formalização dos procedimentos contratuais, como notificações, pagamentos, prorrogações, alterações, reequilíbrio, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros;

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: Verificar e conferir aspectos relacionados a conformidade, regularidade e legalidade dos atos e procedimentos contratuais e principalmente para legitimar a fiscalização e a liquidação dos pagamentos devidos ao contratado, e ainda, para orientar as autoridades competentes para adotar medidas necessárias que extrapolem a competência da gestão do contrato, quando for o caso de aplicação de sanções, rescisões contratuais e outras ações relacionadas;

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: Tratar com o preposto da contratada, para exigir o cumprimento do contrato, e ainda, para sugerir eventuais alterações que possam melhorar a execução contratual; Assim como sobre assuntos que extrapolem a competência da fiscalização do objeto, principalmente quanto à documentação e sua respectiva formalização, quando for o caso de garantias contratuais; da publicação dos extratos; da verificação da manutenção das

condições de habilitação; da documentação para fins de pagamento, especialmente quanto aos comprovantes de pagamentos de salários de funcionários, taxas, impostos e outros; certificar as certidões apresentadas pela contratada; entre outras providências relacionadas;

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTE

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O reajuste em sentido estrito, espécie de reajuste nos contratos de obra, fornecimento ou serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra, consiste na aplicação de índice de correção monetária estabelecido no contrato, que retratará a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, de acordo com o art. 4º, §1º ao 3º a Lei nº25.892/21.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O pedido de reajuste deverá ser apresentado pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do fato gerador de seu direito, de acordo com o art. 15, §2º ao §7º da Lei nº25.892/21.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Observando-se o Art. 23-B:

1. Art. 23-B. Os preços registrados serão mantidos inalterados por todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços - ARP, admitida sua revisão, para majorar ou minorar os preços registrados, em casos excepcionais, nas hipóteses legais e considerando os preços vigentes de mercado. (Artigo acrescido pelo Decreto nº 25.969, de 7/4/2021)

§ 1º. A revisão de preços prevista no caput precederá de requerimento: (Parágrafo acrescido pelo Decreto nº 25.969, de 7/4/2021)

I - do detentor da ata, que deverá fazê-la antes do pedido de fornecimento e, instruindo seu pedido com documentação probatória de majoração de preço do mercado e a oneração de custos; ou (Inciso acrescido pelo Decreto nº 25.969, de 7/4/2021)

II - pelo órgão participante ou órgão interessado, comprovando por meio de pesquisas de preços que há minoração do valor originalmente registrado. (Inciso acrescido pelo Decreto nº 25.969, de 7/4/2021)

§ 2º. Comprovada a majoração dos valores de mercado nas hipóteses da alínea “d” do inciso II do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993, o órgão gerenciador da Ata convocará, antes da efetiva alteração de preços, as demais licitantes na ordem de classificação original para que manifestem interesse em manter o preço original registrado em ata, de modo que, inexistindo interessados dispostos em manter o valor da ARP; os preços poderão ser revisados conforme disposto no caput deste artigo. (Parágrafo acrescido pelo Decreto nº 25.969, de 7/4/2021)

§ 3º. Comprovada a minoração dos valores de mercado, o órgão gerenciador da ata convocará os licitantes na ordem de classificação original para que manifestem interesse em adequar o preço registrado em ata, de modo que o órgão, mediante análise de vantajosidade e probidade das licitantes, poderá realizar, a seu critério técnico, os trâmites administrativos cabíveis para o cancelamento do beneficiário da ata. (Parágrafo acrescido pelo Decreto nº 25.969, de 7/4/2021)

§ 4º. A revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época do registro. (Parágrafo acrescido pelo Decreto nº 25.969, de 7/4/2021)

§ 5°. Para fins deste Decreto e do Sistema de Registro de Preços - SRP, por ele regulamentado, o órgão gerenciador do registro de preços, fixará por meio de Portaria, a forma de apuração do preço de mercado para efetivação de ajustes decorrentes das Atas de Registro de Preços. (Parágrafo acrescido pelo Decreto nº 25.969, de 7/4/2021).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O descumprimento de qualquer Cláusula ou de simples condição deste Contrato, assim como a execução do seu objeto em desacordo com o estabelecido em suas Cláusulas e Condições, dará direito à **CONTRATANTE** de rescindi-lo mediante notificação expressa, sem que caiba à **CONTRATADA** qualquer direito, exceto o de receber o estrito valor correspondente ao fornecimento realizado, desde que estejam de acordo com as prescrições ora pactuadas, assegurada a defesa prévia.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O contrato poderá rescindir a qualquer tempo, mediante decisão judicial ou denúncia escrita entre as partes, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ocorrendo quaisquer das situações prevista no Art. 78, da Lei 8.666/93, ou ainda pela inobservância de quaisquer condições pactuadas no instrumento contratual.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Este Contrato poderá, ainda, ser rescindido nos seguintes casos:

1. Decretação de falência, pedido de concordata ou dissolução da **CONTRATADA**;
2. Alteração do Contrato Social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA**, que, a juízo da **CONTRATANTE**, prejudique a execução deste pacto;
3. Transferência dos direitos e/ou obrigações pertinentes a este Contrato, sem prévia e expressa autorização da **CONTRATANTE**;
4. Cometimento reiterado de faltas, devidamente anotadas;
5. No interesse da **CONTRATANTE**, mediante comunicação com antecedência de 05 (cinco) dias corridos, com o pagamento dos materiais/bens adquiridos até a data comunicada no aviso de rescisão;
6. No caso de descumprimento da legislação sobre trabalho de menores, nos termos do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

PARÁGRAFO ÚNICO: A publicação do presente Contrato no Diário Oficial, por extrato, será providenciada até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no **prazo de 20 (vinte) dias corridos**, daquela data, correndo as despesas às expensas da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Será permitido **20%** da subcontratação do item **1.2, 2.2, 3.2, 4.2 e 5.2 para cada lote**, indo de acordo com art. 72 da Lei 8.666/93, que determina que "o contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, **poderá** subcontratar partes da obra,

serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração."

PARÁGRAFO SEGUNDO: Dentre as principais razões que justificam a subcontratação é a rejeição de cargas de mistura asfáltica transportadas para a obra, ressalta-se:

1. Temperatura baixa – a mistura asfáltica apresenta aspecto endurecido ou recobrimento irregular das partículas maiores do agregado. A temperatura deve ser verificada imediatamente e se for menor que os limites especificados a carga deve ser rejeitada;
2. As misturas asfálticas são levadas ao local de execução do pavimento por meio de caminhões transportadores geralmente com balsa traseira. O número de caminhões necessário é determinado por alguns fatores tais como: a velocidade de produção da mistura asfáltica na usina; a distância de transporte; o tipo de tráfego no percurso e o tempo estimado para descarregamento. O número de caminhões necessários para manter constante o lançamento da mistura asfáltica na pista pode ser estimado considerando-se o tempo de ida e volta dividido pelo tempo de carregamento de cada caminhão.
3. O caminhão basculante carregado deve estar coberto com lona térmica, com tamanho suficiente para proteger a mistura, sobrepassando a caçamba nas laterais e na traseira. Deve estar bem fixada na dianteira para não permitir a entrada de ar entre a cobertura e a mistura asfáltica.
4. A Contratada deve garantir frota para que seja entregue pelo menos 640 toneladas de concreto asfáltico por dia, no local indicado pela Contratante, visando manter a produção e aplicação da carga constantes e sem atrasos.
5. O peso específico do concreto asfáltico na faixa C é considerado: 2,4 t/m³.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

PARÁGRAFO ÚNICO: A CONTRATADA deverá observar os mais altos padrões éticos durante a execução do Contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação em caso de inobservância.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Declaram as partes que este Contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei 8.666/93;

PARÁGRAFO TERCEIRO: A rescisão administrativa do contrato em razão da inexecução total ou parcial do seu objeto, sem prejuízo das sanções previstas na Cláusula Oitava, acarreta as seguintes consequências:

1. Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da administração;
2. Ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários a sua continuidade na forma do inciso V do artigo 58 da Lei 8.666/93;
3. Execução da garantia contratual, caso prestada, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a elas devidas;
4. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

PARÁGRAFO QUARTO: Ficam os termos do presente contrato vinculados às regras definidas neste instrumento convocatório.

PARÁGRAFO QUINTO: Fica estabelecida neste instrumento a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta da contratada, nos termos do artigo 55, inciso XI da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

PARÁGRAFO ÚNICO: serão solucionados diretamente pela autoridade Competente, observados os preceitos de direito público e as disposições que se aplicam as demais condições constantes na Lei Federal n.º. 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações, e ainda, Lei complementar n.º. 123/06.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Fica eleito pelas partes o Foro da Comarca de Porto Velho, Capital do Estado de Rondônia, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas do presente ajuste, inclusive às questões entre a empresa **CONTRATADA** e a **CONTRATANTE**, decorrentes da execução deste **CONTRATO**, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para firmeza e como prova do acordado, é lavrado o presente **TERMO DE CONTRATO**, as fls...à..., do Livro Especial de **CONTRATOS** de N.º que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes, dele sendo extraídas as cópias que se fizerem necessárias para sua publicação e execução, através de processo xerográfico, devidamente certificadas pela **Procuradoria Geral do Estado – PGE-DER/RO.**

Porto Velho/RO,de..... de 2022.

Titular da CONTRATANTE

Titular da CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **Polliane Queiroz Ravani, Gerente**, em 18/04/2022, às 15:36, conforme horário oficial de Brasília, com autenticação por meio de assinatura eletrônica. Documento disponível em <https://seuportal.dps.gov.br/assinatura/verificacao/0028162451> e o código CRC **385F7FB1**.

Referência: Caso responda este(a) Minuta de Contrato, indicar expressamente o Processo nº 0009.068268/2022-82

SEI nº 0028162451



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
Equipe de licitação ZETA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 289/2022/ZETA/SUPEL/RO

A SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES, por meio de seu(a) Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio, nomeada por força das disposições contidas na **Portaria nº 11 de 28 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial de 28/01/2022**, torna público que se encontra autorizada a realização da licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, sob o nº **289/2022/ZETA/SUPEL/RO**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, Regime de Execução **INDIRETO – Empreitada por Preço Global**, tendo por finalidade a qualificação de empresas e a seleção da proposta mais vantajosa, conforme disposições descritas neste edital e seus anexos, em conformidade com as [Leis Federais nº 10.520/02](#) e [nº 8.666/93](#) e suas alterações a qual se aplica subsidiariamente a modalidade de Pregão, [Decreto Federal nº. 10.024 de 20 de setembro de 2019](#) e [Portaria nº 248/2019/SUPEL-CI](#), com os [Decretos Estaduais nº 26.182/2021](#), [nº 16.089/2011](#) e [nº 21.675/2017](#), com a [Lei Complementar nº 123/06](#) e suas alterações, com a [Lei Estadual nº 2414/2011](#), e demais legislações vigentes, tendo como interessada a **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGENS E TRANSPORTES DER/RO**.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0009.329483/2021-84

OBJETO: Registro de Preços para Eventuais e Futuras Aquisições do Serviço de Usinagem de Concreto Asfáltico (Faixa C), para atender as necessidades deste Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER/RO, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações deste Termo de Referência, sob o regime de fornecimento parcelado.

VALOR ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO: R\$ 373.401.009,21 (Trezentos e setenta e três milhões, quatrocentos e um mil, nove reais e vinte e um centavos).

DATA DE ABERTURA: 08 de agosto de 2022, às 09h30min. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>

CÓDIGO DA UASG: 925373

LOCAL: O Pregão Eletrônico será realizado por meio do endereço eletrônico acima mencionado, por meio do(a) Pregoeiro(a) e equipe de apoio.

EDITAL: O Instrumento Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada no endereço eletrônico acima mencionado, e, ainda, no site www.supel.ro.gov.br. Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados pelo(a) Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio, na Superintendência Estadual Licitações, pelo telefone (69) 3212-9267, ou no endereço sito a Av. Farquar, S/N, Bairro: Pedrinhas, Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos, 2º Andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.903-036.

Porto Velho-RO, 22 de julho de 2022.

JADER C BERNARDO DE OLIVEIRA

Pregoeiro(a) SUPEL-RO

Mat. 300130075